



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL REI
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM HISTÓRIA – MESTRADO
PODER E CULTURA
PODER E RELAÇÕES SOCIAIS

**FAMÍLIA ESCRAVA EM SÃO JOSÉ DEL REI: ASPECTOS DEMOGRÁFICOS
E IDENTITÁRIOS (1830-1850)**

FÁBIO CARLOS VIEIRA PINTO

SÃO JOÃO DEL REI
MARÇO DE 2010

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL REI
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM HISTÓRIA – MESTRADO
PODER E CULTURA
PODER E RELAÇÕES SOCIAIS

**FAMÍLIA ESCRAVA EM SÃO JOSÉ DEL REI: ASPECTOS DEMOGRÁFICOS
E IDENTITÁRIOS (1830-1850)**

FÁBIO CARLOS VIEIRA PINTO

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em História – Mestrado – Poder e Cultura, na linha de pesquisa Poder e Relações Sociais, do Departamento de Ciências Sociais, da Universidade Federal de São João Del Rei, para a obtenção do título de Mestre em História.

ORIENTADOR: PROF. DR. AFONSO DE ALENCASTRO GRAÇA FILHO

SÃO JOÃO DEL REI
MARÇO DE 2010



FÁBIO CARLOS VIEIRA PINTO

**FAMÍLIA ESCRAVA EM SÃO JOSÉ DEL REI: ASPECTOS DEMOGRÁFICOS
E IDENTITÁRIOS (1830-1850)**

Banca Examinadora

Prof. Dr. Afonso de Alencastro Graça Filho – UFSJ – Orientador

Prof. Dr. Douglas Cole Libby – UFMG

Prof. Dr. Marcos Ferreira de Andrade – UFSJ

MARÇO DE 2010

A meus pais Antônio de Andrade Pinto e
Maria dos Reis Vieira Pinto.
Aos meus irmãos.

AGRADECIMENTOS

O trabalho ora apresentado só pôde ser concebido devido ao apoio de várias pessoas. Agradeço às amigas Renata Kosucinski e Edriana Nolasco, que ajudaram a finalizar a coleta de dados nos inventários *post-mortem*. Na montagem do banco de dados e na impressão da dissertação, os amigos Agostinho, Lúcia e Luciano foram providenciais com seus conhecimentos de informática e disponibilidade de socorrer-me. Nas horas de cansaço das aulas, Renata, Eduardo, Adriano, Carla, Dani, Gabriel, Marcelo, Jorge estavam lá. Todos nós nos ajudando. Aos professores, Wlamir, João Paulo, Éder, Ivan, obrigado pelos ensinamentos e críticas. Afonso merece um agradecimento especial. Meu orientador, sempre discutindo soluções para meus problemas na pesquisa e indicando os caminhos a serem trilhados desde a época da graduação. À banca de qualificação, só tenho a agradecer as valiosas sugestões e indicações dos professores Douglas Libby (UFMG) e Marcos Andrade (UFSJ). Às secretárias, Carmen do Decis, e Luciana do Mestrado em História, muito obrigado pela disponibilidade em atender-me. Amigos são todos importantes, mas Paula Teixeira merece ser lembrada com carinho. Mesmo de longe, enviava indicações e discutia problemas relativos à minha pesquisa, sugerindo soluções. Tio Roberto, grande incentivador, contribuiu com minha biblioteca, tornando mais fácil o acesso a várias obras utilizadas neste trabalho. Aos amigos das escolas em que trabalho, que apoiaram minhas atividades, sendo solícitos com meus horários. À Escola Estadual Evandro Ávila, aos seus funcionários e alunos, agradeço a parceria. Nas pessoas de Geralda e Nina, diretora e vice, agradeço o empenho na minha liberação das atividades de sala de aula. À 34ª Superintendência Regional de Ensino e à Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, registro o agradecimento pela licença concedida para a finalização da dissertação entre os meses de setembro e dezembro de 2009. Família, minha base. Meus irmãos, meus pais, meus sobrinhos, sempre na torcida. Em especial, agradeço à paciência e incentivo de minhas irmãs Vera e Lúcia. Obrigado a todos.

RESUMO:

O trabalho pretende abordar a configuração das famílias escravas no termo da Vila de São José Del Rei (atual Tiradentes) no período de 1830 a 1850. Pretende, também, demonstrar a estabilidade dos laços familiares entre os cativos. Busca perceber que o casamento é parte de um processo de socialização a que os escravos passavam no contexto da escravidão no Brasil do século XIX, em especial levando-se em conta a existência de muitos africanos e de muitos escravos nascidos no próprio Brasil nos plantéis da região. São mapeadas as estratégias de sobrevivência forjadas através do casamento entre mancípios. O mercado matrimonial via a reprodução de casamentos de africanos com outros africanos, ao passo que os “brasileiros” também se casavam com outros “brasileiros”, sem excluir das escolhas conjugais os casamentos mistos (africano com brasileiro). São apontados alguns questionamentos para esse perfil são-joseense de formação familiar cativa.

Palavras-chave: escravidão, família escrava, estabilidade, africanos, crioulos, identidade escrava.

ABSTRACT:

The study addresses the configuration of slave families at the end of the village of San Jose Del Rei (current Tiradentes) in the period 1830 to 1850. It also intends to demonstrate the stability of family ties among the captives.

Search realize that marriage is part of a socialization process to which slaves passed in the context of slavery in nineteenth-century Brazil, especially taking into account the existence of many Africans and many slaves that were born in Brazil. We mapped strategies for survival forged through marriage “mancípios.” The marriage market through the reproduction of marriages of Africans with other Africans, while the “Brazilians” also married with other “Brazilians,” without excluding marital choices of mixed marriages (African with Brazilian). We have pointed out some questions for this profile are of São José captive families.

Keywords: slavery, slave family, stability, African, crioulos, slave identity.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	iv
RESUMO.....	v
ABSTRACT.....	vi
LISTA DE TABELAS.....	9
LISTA DE MAPAS.....	10
LISTA DE FIGURAS.....	10
INTRODUÇÃO.....	11
Capítulo 1 - A origem das escravarias de São José Del Rei: escravos africanos e brasileiros	15
1.1 - A reprodução das escravarias: tráfico ou reprodução endógena?.....	15
1.2 – O termo de São José Del Rei.....	30
1.3 – Reprodução das escravarias - O caso de São José Del Rei (1830-1850).....	41
Capítulo 2 - A estabilidade da família escrava são-joseense.....	68
2.1 – A Família Escrava na Historiografia Brasileira: as várias interpretações para o mesmo tema.....	69
2.2 – A Visão Europeia da Escravidão Brasileira no Século XIX.....	82
2.3 – Estabilidade ou separação de famílias: a historiografia das partilhas de escravos entre os herdeiros dos senhores falecidos.....	91
2.4 – As partilhas nos inventários e a confirmação da estabilidade familiar.....	103
Capítulo 3 - São José Del Rei: endogamia ou exogamia?.....	112
3.1 – O “considerar-se africano” no Brasil escravista.....	116
3.2 – Casamentos de escravos em São José Del Rei oitocentista: endogamia e casais mistos.....	122

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	131
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	133
Fontes primárias manuscritas.....	133
Fontes primárias digitalizadas.....	133
Fontes primárias impressas.....	134
Fontes secundárias.....	135

LISTA DE TABELAS

Capítulo 1

Tabela nº.1 - Escravos embarcados de Benin para o Brasil (1820 – 1860).....	21
Tabela nº.2 - Origem da escravaria dos inventários de S. José Del Rei, 1830-1850.....	42
Tabela nº.3 Escravarias são-joseenses por faixas etárias e origem, 1743-1850.....	44
Tabela nº.4 - Escravos africanos e nativos em idade produtiva, São José Del Rei, 1830-1850.....	46
Tabela nº.5 - Sexo e Nações Africanas, 1830-1850.....	49
Tabela nº.6 - Grupos de africanos por período de tempo, 1830-1850.....	51
Tabela nº. 7 - Escravos de origem nacional, São José Del Rei, 1830-1850.....	62
Tabela nº.8 - Proporção de homens para cada mulher dentre os escravos africanos, 1830-1850.....	65

Capítulo 2

Tabela nº. 9 - Estrutura de posses de escravos por tamanho de escravaria, São José Del Rei, 1830-1850.....	104
Tabela nº. 10 - População escrava do termo de São José Del Rei, segundo o censo de 1831.....	107
Tabela nº. 11 - Filhos separados dos pais durante a partilha, com idade declarada (1830-1850).....	109
Tabela nº.12 - Escravarias e casais de escravos de S. José, 1830-1850.....	110

Capítulo 3

Tabela nº.13 - Casais de escravos por origens, 1830-1850.....	128
Quadro nº.1 - Composição dos casais de escravos de São José, 1830-1850.....	123

LISTA DE MAPAS

Capítulo 1

Mapa 1 – As principais rotas marítimas de abastecimento de africanos para o porto do Rio de Janeiro, c. 1750 – c. 1830.....	27
Mapa 2 – As principais rotas terrestres de escravos na região da África Central Atlântica, c. 1750 – c. 1830.....	28
Mapa 3 – A África Ocidental, c. 1750 – c. 1830.....	52
Mapa 4 – A África Oriental, c. 1750 – c. 1830.....	53
Mapa 5 – África Centro-Occidental.....	54
Mapa 6 – Principais Portos de Tráfico de Escravos do Atlântico Sul.....	57

LISTA DE FIGURAS

Capítulo 1

Figura 1 - Pranchas n.ºs 39, 40, 43 e 44 (RUGENDAS), representando os escravos observados pelo viajante em sua estadia no Brasil, nos anos 1820.....	50
Figura 2 - Prancha 45 – Negros Crioulos (RUGENDAS).....	62
Figura 3 - Prancha 22 (DEBRET: tomo II, vol. II) – Escravas de diferentes nações.....	67

Capítulo 2

Figura 4 - Prancha 6 (DEBRET: tomo II, vol. II) – Uma senhora brasileira em seu lar.....	87
Figura 5 - Prancha 7 (DEBRET: tomo II, vol. II) – O jantar no Brasil.....	87
Figura 6 - Prancha 85 (RUGENDAS) - Habitação de negros.....	90

Introdução

O que era ser escravo? Difícil responder. Após esta nova historiografia, entretanto, sabe-se que não era trabalhar, comer e dormir acorrentado a grilhões silenciosos.¹

A escravidão colonial foi marcada pela entrada constante de africanos no Brasil. O tráfico negreiro dava preferência aos escravos homens, o que causava desproporção entre os sexos. Esse argumento foi muito usado por historiadores para demonstrar a “anomia social” e a “coisificação” a que eram sujeitos os escravos, que não teriam acesso à constituição familiar regular. Mercadorias que apanhavam ao descumprir as ordens senhoriais, os negros foram, por muito tempo, relegados à passividade pela historiografia. Quando o cativo surgia como personagem ativo, ele era o violento escravo de quilombos, o assassino de senhores e feitores. Mas na maioria das vezes, era o mancípio percebido como um ser obediente; as mulheres estavam à mercê da voluptuosidade dos proprietários brancos.

Fruto do escravismo colonial, o cativo teria dificuldades para elaborar seus projetos de vida, pois pertencia a um senhor. Nos anos 1980, essa visão mais tradicional da escravidão no Brasil passou a ser desconstruída. O escravo participava, dentro dos limites a ele impostos pela sua condição social, da elaboração de sua jornada. A constituição de famílias, tema deste trabalho, era uma das formas dos escravos participarem mais ativamente da construção da sociedade brasileira.

Objetivamos aqui discutir aspectos relativos à família escrava em São José Del Rei e seu termo, vila que também era conhecida como São José do Rio das Mortes (atualmente, Tiradentes), localizada em Minas Gerais, na antiga Comarca do Rio das Mortes. O período de tempo da pesquisa engloba os anos 1830 a 1850. Esse limite

¹ FARIA, Sheila de Castro. **A Colônia em Movimento. Fortuna e Família no Cotidiano Colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 291.

cronológico faz-se necessário para entender a dinâmica da reprodução da escravaria mineira no período entre as duas leis do fim do tráfico de africanos. A lei de 1831² (que propunha o fim do tráfico de africanos), a famosa “lei para inglês ver”, apesar de não ter sido cumprida à risca pelos proprietários, contribuiu para elucidar a conjuntura de crise do tráfico atlântico de escravos, que viria a ser proibido no ano de 1850, com a Lei Eusébio de Queirós.³ Veremos como essa legislação influenciou a composição das escravarias são-joseenses.

O trabalho apresenta caráter quantitativo, respaldado por uma grande massa documental. Privilegiamos como fontes primárias os inventários *post-mortem* de São José Del Rei existentes para o nosso recorte temporal (1830 – 1850). A documentação é bastante extensa, compondo-se de 333 inventários com escravos arrolados entre os bens, totalizando 3886 cativos. Os inventários são úteis por permitirem análises seriais. Todavia, não podemos esquecer que descrevem os bens dos proprietários no momento do falecimento, isto é, a visão da riqueza amealhada pelo inventariado é datada, mas os bens arrolados foram adquiridos em diferentes momentos da vida do senhor. Desses documentos buscamos informações acerca da composição das escravarias: nação de origem, idade, sexo, filiação, condição civil, se estava coartado (ou quartado)⁴ ou doente, se era especializado em alguma atividade, o preço e, em caso da existência de famílias, o nosso maior interesse, se estas eram estáveis ou não. Além dessas informações, constam do banco de dados o nome e o sobrenome do inventariado, o local de morada, o ano da elaboração do inventário e a caixa em que o documento está alocado no Escritório Técnico do IPHAN de São João Del Rei. Também

² **Lei de 7 de Novembro de 1831.** Declara livres todos os escravos vindos de fora do Império e impõe penas aos importadores dos mesmos escravos.

³ **Lei número 581, de 4 de setembro de 1850 – Lei Eusébio de Queirós.**

⁴ Quartado é um termo utilizado para referir-se a uma forma de adquirir a liberdade através de compra, geralmente a um prazo de quatro anos, daí o nome adotado, embora esse prazo pudesse ser variado. Ver MOURA, Clóvis. **Dicionário da escravidão negra no Brasil.** São Paulo: Edusp, 2004 e PAIVA, Eduardo França. **Escravos e libertos nas Minas Gerais do Século XVIII.** São Paulo: Annablume, 1995.

complementamos nossos dados com as informações presentes na lista nominativa de 1831 para o termo de São José, organizada pela equipe da professora Clotilde Paiva, CEDEPLAR-UFGM, gentilmente cedida pelo orientador Afonso Graça Filho para a pesquisa.

Estruturamos a presente dissertação em 3 capítulos, com o intuito de melhor percebermos a família escrava em São José, em seus aspectos demográficos e identitários. Entendemos como aspectos identitários os fatores que conduziram à recriação por parte dos escravos de certa comunidade em torno da realidade escravista. A identificação como africanos conferia-lhes identidade, bem como a identificação como escravos.

O primeiro capítulo, intitulado “A origem das escravarias de São José Del Rei: escravos africanos e brasileiros”, foi dividido em 3 tópicos. Primeiramente, traçamos uma discussão historiográfica sobre as formas de composição das escravarias no Brasil, em Minas Gerais e, mais especificamente, na região em tela. Em seguida, buscamos delimitar espacialmente a região da pesquisa. E, finalmente, traçamos com base em nossa documentação primária, o perfil das escravarias são-joseenses, observando a presença marcante de africanos e de brasileiros em seus plantéis.

Em “A estabilidade da família escrava são-joseense”, nosso segundo capítulo, novamente optamos por realizar uma divisão em tópicos dos assuntos a serem discutidos. Dessa forma, num primeiro momento, focalizamos o debate historiográfico acerca da constituição da família escrava no Brasil, para, a seguir, perceber a visão dos estrangeiros que visitaram o país na época da escravidão sobre essas famílias. Revisamos a historiografia das partilhas de escravos no momento de falecimento dos proprietários e analisamos como se deu a partilha dos familiares escravos de São José nos inventários *post-mortem*.

O terceiro e último capítulo, “São José Del Rei: endogamia ou exogamia?”, debate a construção de identidades escravas pelos cativos são-joseenses e a configuração dos casamentos entre eles, tendo em vista essas identidades forjadas no cativeiro.

Capítulo 1

A origem das escravarias de São José Del Rei: escravos africanos e brasileiros

Não existe qualquer homogeneidade nos nomes das procedências [dos escravos]: vão desde os nomes de ilhas, portos de embarque, vilas e reinos a pequenos grupos étnicos (...) Em nenhum deles é possível afirmar, com certeza, que a nação corresponde a um grupo étnico.⁵

1.1 - A reprodução das escravarias: tráfico ou reprodução endógena?

A historiografia sobre as Minas Gerais dos últimos anos tem apresentado algumas vertentes interpretativas para a conformação das escravarias na província. De onde viriam os escravos mineiros? Seriam, em maioria, africanos? Ou as taxas de reprodução endógena, isto é, de escravos nascidos no Brasil, seriam mais significativas?

Há três variações de interpretação que merecem ser destacadas. A primeira delas é a defendida por Francisco Vidal Luna, Wilson Cano e, mais recentemente, por Laird Bergad, que postula a reprodução endógena como fator preponderante a partir do século XIX. A segunda defende a supremacia da reposição de mão-de-obra via tráfico atlântico, tendo como maior representante Roberto Martins. Por fim, uma terceira via interpretativa visa conjugar a importância tanto da reprodução endógena quanto do tráfico negreiro, tendo em Douglas Libby e Clotilde Paiva seus maiores expoentes.

Luna e Cano afirmam que a economia de Minas Gerais apresentava “um baixo grau de mercantilização”, sendo mais provável, portanto, que o crescimento da população escrava tenha sido resultado de causas naturais, quais sejam, o nascimento de escravos na própria província⁶. Bergad, por sua vez, argumenta que o que impulsionou o crescimento mancipio mineiro desde a última década do Setecentos foi a reprodução

⁵ SOARES, Mariza de Carvalho. **Devotos da cor – Identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 109.

⁶ LUNA, F. V.; CANO, W. “Economia Escravista em Minas Gerais”. **Cadernos IFCH/UNICAMP**, Campinas, outubro de 1983, p. 13.

natural, tendo em vista a dinamização da economia mineira, neste ponto afastando-se dos autores anteriores. Segundo Bergad, a “decadência” de Minas não é uma realidade, uma vez que “um grande setor de subsistência e uma dinâmica esfera comercial dirigida aos crescentes mercados urbanos da capitania e do Rio de Janeiro” teriam configurado uma situação de coexistência de mercado interno e mercado externo. “Muitas fazendas tocavam os dois mundos com um cultivo de subsistência, produtos comerciais como tabaco ou café e, ainda, com a pecuária.”⁷

Douglas Libby critica o trabalho de Bergad. Primeiramente, Libby considera mais acertado falar em “deslocamentos de fatores de produção” ao invés de transição para uma economia diversificada em Minas Gerais, como o faz Bergad, pois desde cedo havia diversificação econômica na capitania. Os métodos do brasilianista são criticados. A reprodução natural é percebida por Bergad indiretamente: ao observar a diminuição da “razão de sexo” constata maior facilidade para a reprodução natural, mas não distingue os escravos em crioulos ou africanos para comprovar essa forma de reprodução da escravaria. O aumento de importações de mulheres e crianças africanas no século XIX também poderia ter contribuído para isso, argumenta Libby.⁸

Contrariando os argumentos de Cano e Luna, Roberto Martins inova a historiografia enfatizando que Minas era, em verdade, uma província dinâmica no início do século XIX, sendo, inclusive a que concentrava o maior percentual de escravos do país. Lembremos que desde os anos 1980, os novos estudos vinham questionando a ideia de uma decadência mineira ao final do chamado “ciclo do ouro”⁹. Segundo

⁷ BERGAD, Laird W.. **Escravidão e História Econômica; Demografia de Minas Gerais, 1720-1880**. Bauru: EDUSC, 2004, p. 70.

⁸ LIBBY, Douglas Cole. “Minas na mira dos brasilianistas: reflexões sobre os trabalhos de Higgins e Bergad.” In BOTELHO, Tarcísio Rodrigues et alii (orgs.). **História Quantitativa e Serial: um balanço**. Goiânia: ANPUH, 2001. As críticas a Bergad encontram-se nas páginas 287-297. A citação é da p. 288.

⁹ O debate sobre essa questão se inicia com mais ênfase nos anos de 1980, com os seguintes trabalhos: MARTINS, Roberto. **A economia escravista de Minas Gerais no século XIX**. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 1982; SLENES, R. W. “Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX”, **Cadernos IFCH/UNICAMP**, n. 17, 1985 e LENHARO, Alcir. **As**

Martins, em outra obra¹⁰, os africanos continuavam entrando no país mesmo depois da lei de 1831, que proibia o tráfico de negros. Chegavam a Minas Gerais através de traficantes especializados em reexportação, sediados na Corte. Muitos autores apontam que não houve especialização em tráfico de escravos. Destacamos o levantamento realizado por João Fragoso e Roberto Guedes em uma série de códices do Arquivo Nacional, em que os autores perceberam a realização de variadas atividades pelos maiores negociantes de escravos da Corte para o interior do país, especialmente para Minas Gerais, o que desmonta a ideia de especialização.¹¹

Os políticos mineiros acabavam posicionando-se contrários ao fim do tráfico e buscavam anular os efeitos da referida lei. Foram apresentados alguns projetos para a inviabilização da lei, que acabou conhecida como a “lei para inglês ver”, pois era uma exigência dos ingleses. Embora existisse no papel, foi burlada pela elite brasileira, em especial mineira, principalmente durante a liderança do mineiro Bernardo Pereira de Vasconcelos. Vasconcelos, enquanto ministro do Império e da Justiça, no gabinete de 1837, permitiu a expansão do tráfico, apesar de ser ilegal¹². A diversificação da economia mineira proporcionou nos anos 1820 um *boom* na importação de escravos, segundo Martins. Tanto fatores externos quanto internos contribuíram para que isso ocorresse. Externamente, o fim da escravidão em São Domingos e o fim do tráfico para

Tropas da Moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1802-1842. São Paulo, Símbolo, 1979. Ver também GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. **A Princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais, São João del Rei(1831-1888).** São Paulo: Annablume, 2002.

¹⁰ MARTINS, Roberto Borges. “Minas e o tráfico de escravos no século XIX, outra vez”. In SZMRECSÁNYI, Tamás; LAPA, José Roberto do Amaral (org.). **História Econômica da Independência e do Império.** São Paulo: HUCITEC/Fapesp/ABPHE, 1996, pp. 99-130.

¹¹ FRAGOSO, João Luís Ribeiro; FERREIRA, Roberto Guedes. **Tráfico de Escravos, Mercado e Fianças – Dois Bancos de Dados (despachos de escravos, passaportes e licenças).** Relatório final apresentado ao Laboratório Interdisciplinar de Pesquisa em História Social/UFRJ. Páginas 56-70. Os códices pesquisados foram 390, 411, 419, 421, 424, 425, 1000 e 1002. Marcos Ferreira também discute a não especialização em tráfico de escravos para o Sul de Minas, mencionando alguns integrantes da família Junqueira que atuaram esporadicamente no tráfico interno de escravos. In ANDRADE, Marcos Ferreira de. **Elites regionais e a formação do Estado imperial brasileiro: Minas Gerais - Campanha da Princesa (1799-1850).** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

¹² MARTINS, Roberto Borges. “Minas e o tráfico de escravos no século XIX, outra vez”. In SZMRECSÁNYI, Tamás; LAPA, José Roberto do Amaral (org.). **História Econômica da Independência e do Império.** São Paulo: HUCITEC/Fapesp/ABPHE, 1996, p. 105.

os Estados Unidos e para as colônias inglesas, holandesas e dinamarquesas, no início do século XIX, aumentaram a oferta de escravos para o Brasil. Ao mesmo tempo, internamente, o crescimento agropecuário proporcionado pela vinda da Corte Real Portuguesa para o país, demandava mais e mais escravos, para suprir a mão-de-obra necessária à produção para um novo mercado dos produtos mineiros no Rio de Janeiro. Portanto, as décadas de 20, 30 e 40 do século XIX viram aumentar a exportação de escravos para Minas, por causa de sua economia dinâmica¹³.

É o que apontam os dados de Luiz Felipe Alencastro. Conforme nos informa o autor, o Brasil foi a região que mais recebeu africanos nas décadas de 1830 e 1840. Entre 1831-1840, chegaram 334,3 mil escravos ao Brasil, ao passo que a segunda região que mais recebeu africanos foi a América Espanhola com 207 mil, dos 552,1 mil africanos desembarcados em outras regiões. Já no decênio 1841-1850, a África enviou 433 mil negros, dos quais 378,4 mil eram destinados ao Brasil e os demais 54,6 mil para a América Hispânica. Todavia, Alencastro aponta que os números hispano-americanos poderiam ser maiores e, conseqüentemente, a entrada de cativos no Brasil um pouco menor. Segundo ele, era comum a fraude de declarar a vinda de escravos para o Brasil como alternativa para pagar menos impostos.¹⁴ O autor ainda explica que o predomínio da exportação de africanos para o Brasil insere-se na lógica de organização da economia:

Convinha mais fazer açúcar para vender na Europa e obter meios de compra de escravos (...) do que investir na produção de alimentos, estimular uniões entre os cativos, preservar as mulheres grávidas e as crianças nos engenhos e nas fazendas na expectativa de recolher, a médio prazo, novos trabalhadores cativos nascidos e criados no local.¹⁵

¹³ MARTINS, Roberto Borges. “Minas e o tráfico de escravos no século XIX, outra vez”. In SZMRECSÁNYI, Tamás; LAPA, José Roberto do Amaral (org.). **História Econômica da Independência e do Império**. São Paulo: HUCITEC/Fapesp/ABPHE, 1996, p. 108.

¹⁴ ALENCASTRO, Luiz Felipe. **O Trato dos Viventes. Formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Cia. das Letras, 2000, tabela 1, p. 69, p. 70.

¹⁵ ALENCASTRO, Luiz Felipe. **O Trato dos Viventes. Formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Cia. das Letras, 2000, p. 149.

Dessa forma, garantia-se a reposição dos escravos mortos, alforriados e até mesmo fugidos, acredita Alencastro.

Fragoso e Guedes perceberam que as Gerais absorveram 40% dos cativos novos do Rio entre 1824 e 1830. Todavia, para os anos anteriores (1819-1821) apenas 2% dos negros novos “cariocas” dirigiram-se aos mineiros, sendo que em 1823 não há registros para a antiga província da mineração, uma vez que os lançamentos para a dita região foram realizados em livro separado (não encontrado na documentação do Arquivo Nacional). O interessante é que entre 1819-1821, 60% dos tropeiros que conduziam escravos eram mineiros, o que sugere a Fragoso e Guedes que poderiam ser os responsáveis pelo envio de cativos para as Minas, mas, talvez declarassem o destino como sendo o Rio de Janeiro (em especial a cidade de Resende), com o intuito de pagar menores impostos.¹⁶ Da mesma maneira, Fragoso e Guedes especulam sobre o sumiço dos escravos novos na documentação (despachos e passaportes) a partir dos anos 1830. Em 1831, os ladinos superaram os escravos novos, desaparecendo dos registros no ano de 1833, último contemplado pelos documentos pesquisados.¹⁷

¹⁶ A discussão é bastante longa sobre as possibilidades de pesquisa nos códices apresentados pelos autores, mas algumas sugestões que nos foram úteis estão aqui apresentadas. Cf. FRAGOSO, João Luís Ribeiro; FERREIRA, Roberto Guedes. **Tráfico de Escravos, Mercadores e Fianças – Dois Bancos de Dados (despachos de escravos, passaportes e licenças)**. Relatório final apresentado ao Laboratório Interdisciplinar de Pesquisa em História Social/UFRJ. Páginas 6, 7, 24, 27-32, 40-46.

¹⁷ FRAGOSO, João Luís Ribeiro; FERREIRA, Roberto Guedes. **Tráfico de Escravos, Mercadores e Fianças – Dois Bancos de Dados (despachos de escravos, passaportes e licenças)**. Relatório final apresentado ao Laboratório Interdisciplinar de Pesquisa em História Social/UFRJ. Páginas 48-49. Fragoso, analisando os códices 390, 421, 424 e 425 de registros de saídas de tropeiros, apontara 48,4% dos cativos com destino a Minas Gerais, ao passo que as regiões agroexportadoras do Vale do Paraíba e Norte Fluminense absorveram juntas 36,5% dos escravos entre 1825 e 1833. Cf. FRAGOSO, J. **Homens de grossa aventura – Acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998, p. 177. A discussão acima foi publicada em artigo: FRAGOSO, João Luís; FERREIRA, Roberto Guedes. “Alegrias e artimanhas de uma fonte seriada. Os códices 390, 421, 424 e 425: despachos de escravos e passaportes da Intendência de Polícia da Corte, 1819-1833.” In BOTELHO, Tarcísio Rodrigues et alii (orgs.). **História Quantitativa e Serial: um balanço**. Goiânia: ANPUH, 2001, especialmente pp. 246-253.

Paul Lovejoy¹⁸ também destaca em sua argumentação o papel das leis para o fim do tráfico de escravos no início do século XIX dos Estados Unidos, da Dinamarca e da Inglaterra. Porém, essas só afetariam o Brasil, de acordo com o autor, por volta de 1840. Para a América continuariam a vir escravos e seus preços eram altos, mesmo que na África houvesse momentos de queda. Após o fim do tráfico inglês em 1808, houve uma queda de cerca de 30% no comércio de escravos, também influenciada pelas guerras napoleônicas europeias. Todavia, a partir de 1815, em momento de paz, o tráfico voltou a crescer. Segundo Lovejoy, houve embarque de 700.000 escravos na década de 1820, volume mantido nos anos 1830, havendo declínio na década seguinte. Nessa época o comércio com a África Ocidental foi o mais afetado, diminuindo progressivamente durante o século XIX, ao passo que a África Centro-Ocidental estaria mantendo certo fluxo de escravos para a América. Isso poderia explicar o predomínio de povos de origem *banto* e a pequena parcela dos *mina* nas escravarias são-joseenses no século XIX, como veremos adiante. Porém, a presença de minas nas escravarias mineiras já era pequena desde o século XVIII. Lovejoy percebeu o declínio da exportação de mancípios africanos para o Brasil ocorrendo *de facto* após a lei de fim do tráfico de 1850 (Eusébio de Queiroz), coincidente com a tomada do porto de Lagos pelos ingleses. Os dados do autor sobre a vinda de escravos de Benin para o Brasil são apresentados na tabela abaixo:

¹⁸ LOVEJOY, Paul E. **A Escravidão na África – uma história de suas transformações**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, especialmente pp. 213-243.

Tabela nº 1 – Escravos embarcados de Benin para o Brasil (1820 – 1860)

DÉCADA	QUANTIDADE DE ESCRAVOS
1820	115.000
1830	88.000
1840	99.000
1850	23.000
1860	3.000

Fonte: LOVEJOY, Paul E. **A Escravidão na África – uma história de suas transformações**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 224.

A reposição da escravaria do Brasil pelo tráfico atlântico foi percebida por Manolo Florentino, em especial para a região do Rio de Janeiro, que entre 1790 e 1830, foi a maior consumidora de escravos do mundo. A reprodução natural da mão-de-obra, segundo Florentino, não era suficiente, o que demandava o tráfico. Por isso, as elites brasileiras resistiram às pressões econômicas, políticas e militares inglesas desde 1810 até 1850 para manterem a importação de escravos.¹⁹

A necessidade do tráfico oceânico para reproduzir a escravidão foi bem demonstrada por Conrad²⁰, no caso brasileiro. Ele fez um apanhado da legislação que regulamentou este lucrativo comércio, primordial para a economia brasileira, na visão do autor. Em 1807, o Parlamento britânico proibiu seus súditos de participarem do tráfico internacional de escravos. Portugal, despreparado para contribuir com seus aliados ingleses, ignorou os desejos britânicos o quanto pôde. Porém, devido à dependência econômica para com a Inglaterra, em 1810, D. João restringiu o tráfico de escravos de suas possessões africanas. Já em 1813, só era permitido o transporte de

¹⁹ FLORENTINO, Manolo. **Em Costas Negras – uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)**. São Paulo: Cia. das Letras, 1997, pp. 8-33.

²⁰ CONRAD, Robert Edgar. **Tumbeiros – o tráfico de escravos para o Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1985, especialmente pp. 66-118.

cinco escravos por tonelada do navio e era obrigatória a presença de um cirurgião a bordo da embarcação para observar a saúde dos escravos.

Em 1815, no Congresso de Viena, foi assinada a “Declaração sobre o tráfico negreiro”, sendo que os signatários proibiram o tráfico. Dentre eles, Portugal. A proibição era ao norte da linha do Equador na costa africana e fixava uma data para a abolição total do comércio escravista. Isso explica a nova diminuição da entrada de escravos da África Ocidental (Costa da Mina) no Brasil no século XIX. Em 1817, Grã-Bretanha e Portugal reforçaram o acordo anterior e criaram as “comissões mistas” para a abordagem de navios mercantes suspeitos de transportar escravos ilegalmente. Os portugueses deveriam estabelecer punições para os desviantes da lei. Entretanto, vale ressaltar que para o Brasil poderiam vir escravos dos portos legais africanos (aqueles localizados ao sul da linha do Equador) para todas as regiões. Daí, a manutenção da entrada de mancipios oriundos da África Centro-Ocidental no país em grande quantidade.

O Brasil resistiu bem às pressões da Inglaterra, mas em 1826, os dois governos assinaram um acordo para o fim da exportação de escravos em três anos após a ratificação do tratado, quando o tráfico passaria a ser considerado pirataria. O preço dos escravos e os tráficos legal e ilegal aumentaram por temor do fim do comércio de escravos com a África.

Em 1831, um projeto de lei foi aprovado em sete de novembro, confirmando a validade do tratado de 1826. Todos os escravos que viessem para o Brasil a partir daquela data seriam considerados livres segundo o Art. 1º da lei:

Art. 1º - Todos os escravos, que entrarem no territorio ou portos do Brazil, vindos de fóra, ficam livres. Exceptuam-se:

1. Os escravos matriculados nos serviços de embarcações pertencentes a paiz, onde a escravidão é permittida, emquanto empregados no serviço das mesmas embarcações.

2. Os que fugirem de territorio, ou embarcação estrangeira, os quaes serão entregues aos senhores que os reclamarem, e reexportados para fóra do Brazil.

Para os casos da exxeção nº 1º, na vista da entrada se lavrará termo do numero dos escravos , com as declarações necessarias para verificar a identidade dos mesmos, e fiscalizar-se na vista da sahida se a embarcação leva aquelles, com que entrou. Os escravos, que forem achados depois da sahida da embracação, serão apprehendidos, e retidos até serem reexportados.²¹

Como punições a mesma lei estabelecia que os infratores pegariam até 9 anos de prisão, pagariam 200\$000 (duzentos mil réis) de multa por escravo apreendido e seriam os responsáveis pelos custos de envio de volta dos negros para a África.

Já no ano de 1832, apareceram aberturas nas regulamentações da lei de 1831: os navios que entrassem ou saíssem do Brasil deveriam ser inspecionados. O tráfico em 1832 tornara-se mais lucrativo e as autoridades públicas já prestavam assistência aos comerciantes. Para os líderes locais, a lei de 1831 era inadequada à economia nacional. Em 1835, o conservador Bernardo Pereira de Vasconcelos entrou com o pedido de anulação da lei anterior. Em 1837, quando assumiu o Gabinete brasileiro, voltou a exigir a apreciação de sua proposta. Foi quando o Marquês de Barbacena, senador Felisberto Caldeira Brant, pronunciou um discurso sobre o tráfico escravo, mencionando a ineficácia da lei de 31, uma vez que passados os dois primeiros anos de sua promulgação, nos quais o tráfico diminuía, o comércio escravo ter-se-ia multiplicado como nunca, pois uma “máquina” de burlar a lei foi estabelecida: havia vários depósitos de recepção de escravos, vários funcionários para conduzi-los aos locais de trabalho e até professores de língua portuguesa para “torná-los” ladinos. Barbacena apresentou um novo projeto de lei ao Senado em que se proibia a importação

²¹ **Lei de 7 de Novembro de 1831.** Declara livres todos os escravos vindos de fora do Império e impõe penas aos importadores dos mesmos escravos. In: <http://www.icmc.usp.br/ambiente/saocarlos/?historia/o-processo-de-abolicao-e-a-vinda-dos-imigrantes-europeus/lei-de-1831>. Mantido o texto original.

de escravos e estabelecia que a proibição do tráfico seria restrita a mares e portos. Caso o escravo fosse descoberto em terra, seria mantido o direito de propriedade sobre ele. No texto estava escrito que “nenhuma ação poderá ser tomada contra aqueles que compraram escravos após seu desembarque, e a lei de 7 de novembro de 1831, e todas as outras em contrário estão revogadas.”²² Eltis concorda parcialmente com a visão do político regencial ao afirmar que entre 1832 e 1836 a entrada de escravos estancou-se no Brasil. O historiador estende o período de eficácia da lei de 1831.²³ Embora o projeto de Barbacena não tenha se tornado lei, deu um alento aos proprietários de escravos pois era uma tentativa de legitimar a escravidão que ocorria *de facto* em suas fazendas. O tráfico de escravos permaneceu com vitalidade por mais 14 anos, desde o governo de Vasconcelos, passando por liberais e conservadores. As pressões britânicas não contemplavam a realidade social do Brasil, país tropical e agrícola, nos dizeres de Conrad.²⁴

Destacando a importância do tráfico para a manutenção das escravarias brasileiras encontramos ainda Herbert Klein. Entrementes, o autor vai sublinhar também a importância da reprodução endógena, especialmente no caso de Minas Gerais. Sobre as importações, ele afirma que antes de 1791, o Brasil era a maior sociedade escravista da América, perdendo o título para os EUA no século XIX, todavia sem decair a importância da escravidão, crescente até 1850. Se houve declínio da mineração no final do século XVIII, houve a recuperação agrícola, especialmente após a crise haitiana, mesmo que o Brasil enfrentasse a concorrência euro-caribenha na produção do açúcar.

²² Anais do Senado (1837), pp. 175-181. Apud: CONRAD, Robert Edgar. **Tumbeiros – o tráfico de escravos para o Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1985, especialmente p. 113

²³ ELTIS, David. **Economic growth and the ending of the transatlantic slave trade**. Oxford: Oxford University Press, 1987.

²⁴ CONRAD, Robert Edgar. **Tumbeiros – o tráfico de escravos para o Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1985, especialmente p. 118. Todas as discussões relativas à legislação do tráfico de escravos aqui mencionadas estão também apresentadas em: FLORENTINO, Manolo. **Em Costas Negras – uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)**. São Paulo: Cia. das Letras, 1997, pp. 41-44.

Em 1805, o Brasil respondia por 15% da produção mundial.²⁵ Na década de 1820, eram produzidas 40 mil toneladas de açúcar; nos anos 1830, 70.000; chegando a produzir 100.000 toneladas nas décadas de 1840, 1850 e 1860.²⁶ Em Campos, o crescimento da produção se processou em meados do século, depois de uma estabilidade no início do XIX. Em São Paulo, o açúcar tornou-se a mais preciosa mercadoria, embora a produção fosse inferior à do Rio de Janeiro. Mas o produto mais beneficiado pela crise de São Domingos no século XIX foi o café. Aliada ao aumento das demandas europeia e norte-americana, a crise do Haiti elevou a produção cafeeira a partir de 1815. Na década de 1820, o Brasil produzia duas vezes o que era produzido por Cuba e Porto Rico juntos, liderando o mercado mundial. Klein afirma que

...o crescimento do café nas províncias centrais do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, os três maiores produtores, esteve intimamente associado com o crescimento e expansão do tráfico atlântico de escravos para o Brasil, que chegou a proporções enormes no século XIX.²⁷

Mônica Ribeiro, estudando a Zona da Mata mineira, demonstrou que havia uma tendência de crescimento do número de africanos no decorrer do século XIX. “Esse dado é altamente revelador do vigor que a lavoura cafeeira alcançou, com investimentos cada vez maiores na obtenção de escravos africanos”, afirma a autora, para a segunda metade do século. Observando a existência de 29,19% de crianças crioulas nos plantéis da região estudada, Ribeiro percebe uma sugestão da importância da reprodução endógena para a reposição da mão-de-obra cativa. Portanto, a autora não descarta a

²⁵ KLEIN, Herbert S. **A Escravidão Africana – América Latina e Caribe**. São Paulo: Brasiliense, 1987, pp. 132-3.

²⁶ KLEIN, Herbert S. **A Escravidão Africana – América Latina e Caribe**. São Paulo: Brasiliense, 1987, pp. 133.

²⁷ KLEIN, Herbert S. **A Escravidão Africana – América Latina e Caribe**. São Paulo: Brasiliense, 1987, pp. 138.

reprodução interna das escravarias, embora deixe clara a necessidade de importação de escravos.²⁸

Entre os anos de 1820 e 1860, segundo Klein, os vales centrais do Rio de Janeiro, Vassouras, o oeste de São Paulo e o sul de Minas Gerais, reavivaram a economia iniciada com o açúcar e completaram-na com o café. Em Minas Gerais, na década de 1820, a população escrava era de 180.000 e continuava a crescer, devido a uma “complexa mistura de atividades agropecuárias.” As fazendas mineiras eram de menores proporções que as cariocas e paulistas e ainda assim, apresentavam bastantes escravos até a década de 1870, por causa da “contínua importação de escravos de outras regiões e o crescimento de uma população escrava crioula.” A complexidade da estrutura produtiva mineira mostra um dos escassos casos de escravos envolvidos em produções local ou nacional, observa Klein.²⁹ Klein, em seus últimos trabalhos, tem reafirmado a importância da reprodução endógena em Minas, especialmente no artigo escrito com Clotilde Paiva sobre Campanha e no livro *O tráfico de escravos no Atlântico*.³⁰

Slenes apresenta uma argumentação parecida com a de Martins e defende a primazia do tráfico de escravos para a composição e renovação das escravarias mineiras. Porém, ele ressalta que nos anos 1840 o número de escravos nascidos no Brasil tendeu a aumentar. Mesmo assim, ele reafirma que o maior responsável pelo aumento da escravaria ainda era o tráfico negroiro³¹.

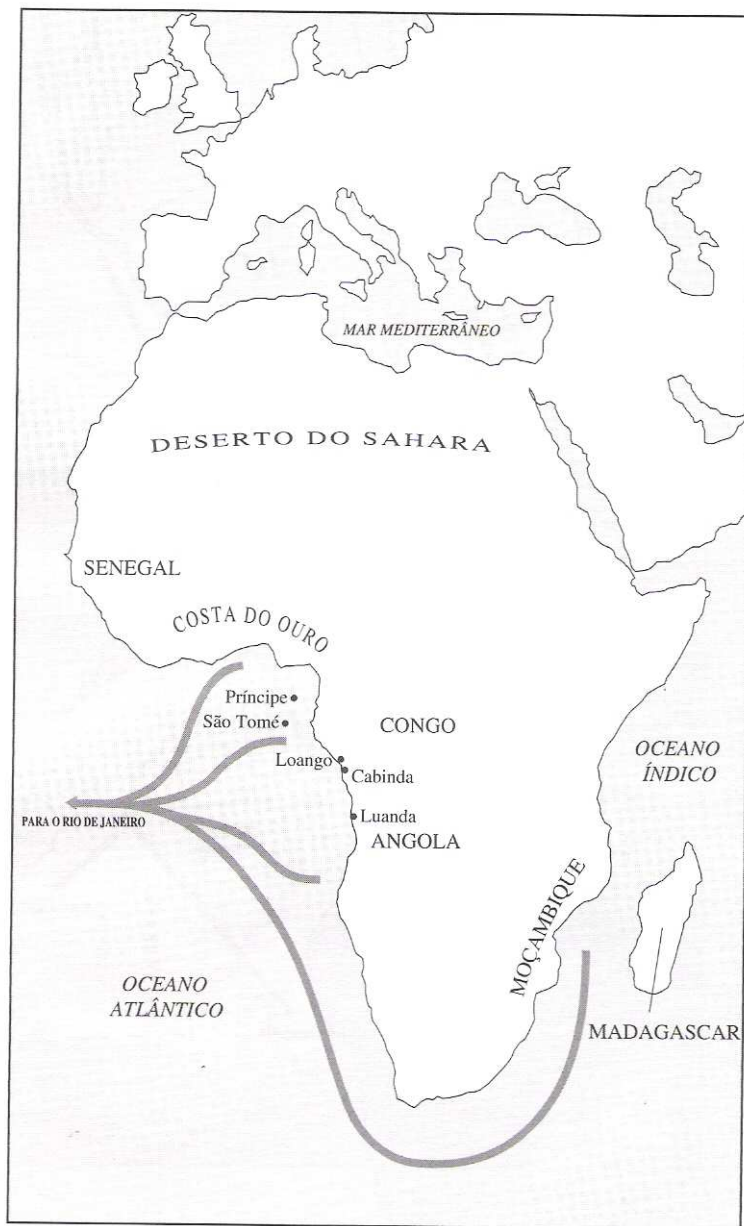
²⁸ OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. **Negócios de Famílias. Mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira – 1780-1870**. Bauru: Edusc; Juiz de Fora: Funalfa, 2005, pp. 72 e 124.

²⁹ KLEIN, Herbert S. **A Escravidão Africana – América Latina e Caribe**. São Paulo: Brasiliense, 1987, pp. 139-144. O café mineiro passa a ser de destaque na década de 1880.

³⁰ PAIVA, Clotilde Andrade; KLEIN, Herbert S. “Escravos e livres nas Minas Gerais do século XIX: Campanha em 1831.” **Estudos Econômicos**. São Paulo: s.n, v.22, n.1, pp. 129-151, jan./abr. 1992; KLEIN, Herbert S. **O tráfico de escravos no Atlântico**. Ribeirão Preto: Funpec, 2004.

³¹ SLENES, R. W. “Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX”, **Cadernos IFCH/UNICAMP**, n. 17, 1985; ROCHA, Cristiany M. **Histórias de famílias escravas – Campinas, século XIX**. Campinas: Editora Unicamp, 2004, p. 66.

O mapa abaixo demonstra os principais portos fornecedores de escravos para o Rio de Janeiro, dos quais, por sua vez, muitos viriam para Minas Gerais.



Mapa 1: As principais rotas marítimas de abastecimento de africanos para o porto do Rio de Janeiro, c. 1750-c. 1830.

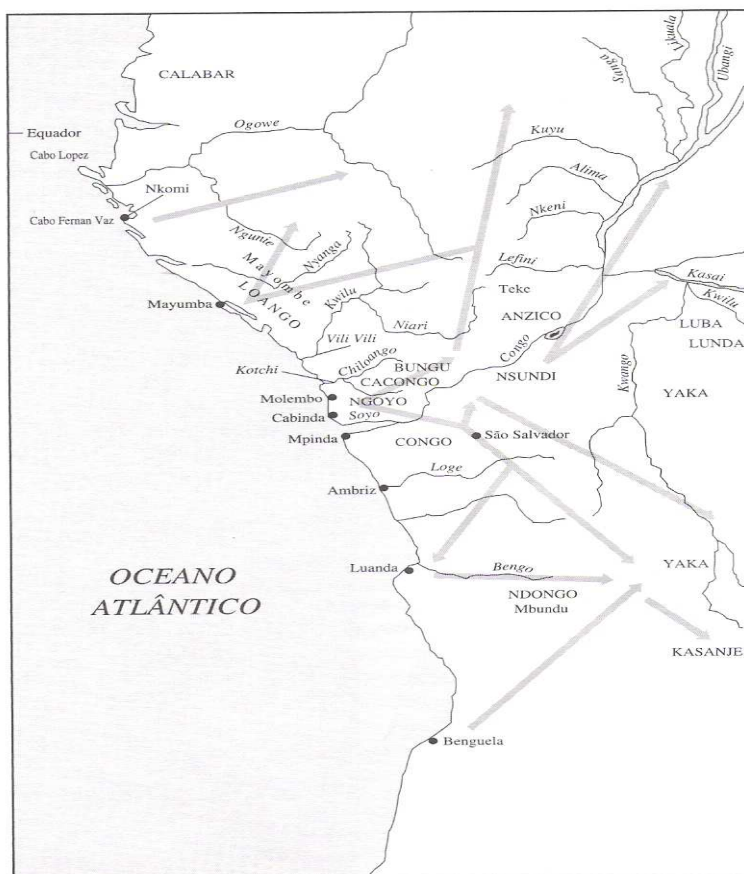
Fonte: FLORENTINO, Manolo. **Em Costas Negras – uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)**. São Paulo: Cia. das Letras, 1997, p. 17.

Retomando as discussões travadas por Manolo Florentino, podemos destacar, em suas próprias palavras, a importância do mercado de escravos para o Brasil. Ele diz que

era no Brasil que se gerava uma demanda por escravos, mas a concretização do comércio escravista dependia da organização africana de distribuição de cativos.

A análise do comércio de almas tem permitido detectar que da formação escravista do Sul/Sudeste brasileiro partiam as determinações últimas da migração forçada de africanos. Era dali que surgia a demanda detonadora da migração, e era o seu capital comercial que a controlava [em especial, o do Rio de Janeiro] (...) o comércio atlântico de almas constituía uma empresa afro-americana, já que, do ponto de vista formal, seu funcionamento global só pode ser compreendido quando se leva em conta as características específicas de cada uma das etapas da longa cadeia que se estendia desde o interior africano até os mercados regionais no Brasil.³²

O mapa 2 representa as rotas terrestres no continente africano:



Mapa 2: As principais rotas terrestres de escravos na região da África Central Atlântica, c. 1750-c. 1830.

Fonte: FLORENTINO, Manolo. **Em Costas Negras – uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)**. São Paulo: Cia. das Letras, 1997, p. 18.

³² FLORENTINO, Manolo. **Em Costas Negras – Uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)**. São Paulo: Cia. das Letras, 1997, p. 209.

Maria Lúcia Teixeira percebeu um aumento da reprodução natural no Distrito da Lage, no termo de São José, na década de 1840, atribuindo o fato à lei de 1831, que proibia a entrada de novos africanos no país. A autora ressalta que desde os fins do século XVIII, era grande a presença de escravos nascidos no Brasil compondo os plantéis da região³³. Podemos perceber que tanto a reprodução da escravaria pelo tráfico quanto pelo nascimento de escravos brasileiros encontram defensores na historiografia. Arvorados em dados demográficos consistentes, Clotilde Paiva, Douglas Libby, Afonso Alencastro³⁴, entre outros, preferem conjugar as duas hipóteses anteriores, de forma a esclarecer a realidade econômica mineira. Se a economia mineira era diversificada e dinâmica no início do século XIX, não haveria problemas em importar escravos, ao mesmo tempo em que a reprodução natural da escravidão se processaria nos plantéis, tendo em vista a difusão dos casamentos entre os escravos mineiros³⁵. Portanto, demonstraremos esta conjugação de fatores para a reprodução da escravaria são-joseense, entre os anos 1830 e 1850.

³³ TEIXEIRA, Maria Lúcia Resende Chaves. **Família escrava e riqueza na comarca do Rio das Mortes. O distrito da Lage e o Quarteirão do Mosquito**. São Paulo: Annablume; Coronel Xavier Chaves: Prefeitura Municipal de Coronel Xavier Chaves, 2007, pp. 80-81.

³⁴ LIBBY, Douglas C. **Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no Século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1988; LIBBY, Douglas C. “As Populações Escravas das Minas Setecentistas: um balanço preliminar.” In: RESENDE, Maria E. L. de; VILLALTA, L. C.. **História de Minas Gerais. As Minas Setecentistas 1**. Belo Horizonte: Autêntica, Companhia do Tempo, 2007, pp. 407-438; PAIVA, C. A. de. **População e economia nas Minas Gerais do século XIX**. São Paulo: USP, 1996, tese de doutorado; LIBBY, Douglas, GRAÇA FILHO, Afonso A. **A economia do Império Brasileiro**. São Paulo: Atual, 2004 (*Discutindo a História*); LIBBY, Douglas Cole. “Protoindustrialização em uma sociedade escravista: o caso de Minas Gerais”. In SZMRECSÁNYI, Tamás; LAPA, José Roberto do Amaral (org.). **História Econômica da Independência e do Império**. São Paulo: HUCITEC/Fapesp/ABPHE, 1996, pp. 237-280; GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. **A Princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais, São João del Rei(1831-1888)**. São Paulo: Annablume, 2002, pp. 216-222.

Ver também: ANDRADE, Marcos Ferreira de. **Elites regionais e a formação do Estado imperial brasileiro: Minas Gerais - Campanha da Princesa (1799-1850)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008, especialmente o capítulo 5, pp. 273-314, em que o autor esboça as relações dos senhores e dos escravos em Campanha e em Carrancas (Comarca do Rio das Mortes), percebendo a existência significativa de crioulos e de africanos.

³⁵ Sobre os casamentos e a constituição de famílias escravas em Minas Gerais, conferir os capítulos 2 e 3.

1.2 – O termo de São José Del Rei

A *decadência urbana* de Minas Gerais no século XIX que a historiografia anterior aos anos 1980 propunha não confere com os dados sobre importação de escravos ou circulação de mercadorias em Minas e no comércio interprovincial. Vilas mineiras, como Campanha, São João Del Rei, Barbacena, Diamantina e Ouro Preto tinham um intenso comércio de gêneros produzidos na própria província³⁶. Dessa forma, o abastecimento de escravos via tráfico atlântico poderia ser sustentado, como demonstramos acima. Mas o que ocorreria com São José Del Rei, uma Vila que os viajantes descrevem como decadente no século XIX? Como era esta vila e seu termo?

A província de Minas Gerais era dividida no século XIX em comarcas, que eram compostas por termos. A comarca “era uma circunscrição judiciária sob jurisdição de um ou mais juízes de direito.”³⁷ Cada termo ou município possuía uma sede jurídico-administrativa, que se localizava no distrito mais importante³⁸. Os distritos tornaram-se subdivisões dos municípios na década de 1830. Em 1818, segundo Saint-Hilaire, o termo da Vila de São José localizava-se na Comarca do Rio das Mortes, ao lado de outros sete termos: Barbacena, Queluz (atual Conselheiro Lafaiete), São João Del Rei, Santa Maria de Baependi, Campanha da Princesa, Tamanduá (atual Itapecerica) e São Carlos do Jacuí. Em 1833, Barbacena e Baependi saíram da Comarca do Rio das Mortes para compor, junto ao município de Pomba, uma nova Comarca, a de Paraibuna. Por esta época, Campanha, Jacuí e Pouso Alegre compuseram a Comarca de Sapucaí e a Vila de Queluz foi incorporada à Comarca de Ouro Preto. Sobraram no Rio das Mortes,

³⁶ MARTINS, Roberto Borges. “Minas e o tráfico de escravos no século XIX, outra vez”. In SZMRECSÁNYI, Tamás; LAPA, José Roberto do Amaral (org.). **História Econômica da Independência e do Império**. São Paulo: HUCITEC/Fapesp/ABPHE, 1996.

³⁷ MARTINS, Maria do Carmo Salazar. “Fontes para o estudo da Província de Minas Gerais.” In BOTELHO, Tarcísio Rodrigues et alii (orgs.). **História Quantitativa e Serial no Brasil: um balanço**. Goiânia: ANPUH-MG, 2001, pp. 200-201.

³⁸ GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. **A Princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais, São João del Rei(1831-1888)**. São Paulo: Annablume, 2002, p. 48, nota 1.

as Vilas Del Rei (São João e São José), Tamanduá e Lavras. Em 1841, Tamanduá encontrava-se substituída por Oliveira³⁹. Mas as mudanças não paravam por aí.

Além dessas alterações de seus termos, temos uma infinidade de modificações nos distritos que compunham os municípios, fato que dificulta enormemente a descrição cronológica de sua abrangência administrativa e judiciária⁴⁰.

Um exemplo dessa situação encontra-se nas seguintes localidades rurais do termo de São José para o nosso período de estudo (1830-1850): Santa Rita do Rio Abaixo, São Tiago, Bom Sucesso e Santo Antônio do Amparo. Em 1821, todas estas localidades encontravam-se sob a jurisdição da Vila de São João Del Rei⁴¹e, posteriormente, passaram a pertencer ao termo de São José. O caso de Oliveira também deve ser destacado: em 1841 consta como uma das Vilas de Minas Gerais que compunham a Comarca do Rio das Mortes. No entanto, até 1838, pelo menos, Oliveira era um distrito do termo da Vila de São José⁴².

Devido a estes problemas relativos à divisão administrativa da província no século XIX, daremos uma listagem das localidades englobadas pelo termo de São José Del Rei entre 1830 e 1850, com a ressalva de que nem sempre eles poderiam estar dentro dos limites demarcados para a Vila. A listagem foi elaborada a partir da coleta de dados nos inventários disponíveis para este período de tempo, que estão alocados no Escritório Técnico do IPHAN de São João Del Rei e utilizamos como complemento as informações constantes na lista nominativa de 1831. Baseados nos inventários, separamos vinte localidades de grande abrangência territorial e que correspondem, hoje, a várias cidades, algumas com os mesmos nomes do passado. São elas: São José Del

³⁹ GRAÇA FILHO, Afonso Alencastro. **A Princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais, São João Del Rei (1831-1888)**. São Paulo: Annablume, 2002, p. 33

⁴⁰ Idem, *ibidem*, p. 34.

⁴¹ GRAÇA FILHO, Afonso Alencastro. **A Princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais, São João Del Rei (1831-1888)**. São Paulo: Annablume, 2002, p. 35, quadro nº 1.

⁴² Inventário *post-mortem* de Inácia Maria da Fonseca, 1838, caixa 441, Escritório Técnico do IPHAN de São João Del Rei.

Rei, a sede do município (hoje, Tiradentes), Lage (atual Resende Costa), Bom Sucesso, Japão (hoje, Carmópolis de Minas), Bichinho (Vitoriano Veloso, ainda distrito, pertencente a Prados), Santo Antônio do Amparo, São Tiago, Padre Gaspar (ainda distrito de Tiradentes), Córrego, Cláudio, Prados, Lagoa Dourada, Santa Rita do Rio Abaixo (atual Ritópolis), Oliveira, Desterro (Marilândia, atualmente), Perdões, Passatempo, Cana Verde, São João Batista (Morro do Ferro) e Rio do Peixe (município de São Tiago, atualmente)⁴³.

O distrito da Vila de São José, segundo Waldemar Barbosa, apresentava em 1831 uma população de 1.891 livres e 1.168 cativos, como mostra o censo realizado naquele ano, que traz ainda a listagem das profissões dos moradores: 189 fiandeiras, 44 costureiras, 15 mineiros, 4 sapateiros, 9 jornaleiros, 6 negociantes, 7 ferreiros, 11 latoeiros, tecedeira, pintor, arquiteto, cabeleireiro, parteira, demonstrando, portanto, certa prosperidade. A decadência chegaria mais tarde na vila, que foi incorporada a São João Del Rei em 1848, sendo logo restaurada em 1849. Ao consultarmos a lista nominativa de 1831, cedida pelo professor Afonso Alencastro, encontramos um total de 3055 habitantes na Vila, distribuídos em 497 fogos, havendo 702 homens cativos e 448 mulheres nessa situação, além de 8 homens e 11 mulheres quartados. Portanto, não percebemos os mesmos dados apontados por Barbosa, utilizando a mesma fonte. Nos inventários, entre 1830 e 1840, encontramos 769 escravos e para o período de 1841-1850, foram 436 cativos.

⁴³ Inventários *post-mortem* da Vila de São José, 1830-1850, Escritório Técnico do IPHAN de São João Del Rei. Cf. também BARBOSA, Waldemar de Almeida. **Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais**. Belo Horizonte, Rio de Janeiro: Itatiaia, 1995. Para a composição espacial dos termos da Vila de São José que segue abaixo, utilizamos: BARBOSA, Waldemar de Almeida. **Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais**. Belo Horizonte, Rio de Janeiro: Itatiaia, 1995, pp. 351 (Vila de São José), 279 (Lage), 55 (Bom Sucesso), 82 (Japão), 371 (Bichinho), 305 (Santo Antônio do Amparo), 331 (São Tiago e Rio do Peixe), 234 (Padre Gaspar), 89 (Cláudio), 269 (Prados), 181 (Lagoa Dourada), 288 (Santa Rita do Rio Abaixo), 226-228 (Oliveira), 197-198 (Desterro), 249-250 (Perdões), 241 (Passatempo), 74 (Cana Verde), 212 (São João Batista), respectivamente. Usamos, ainda, a lista nominativa de 1831, produzida pela equipe da professora Clotilde Paiva, gentilmente cedida pelo professor Afonso Alencastro.

O distrito da Lage foi criado em 1836, sendo o curato elevado à freguesia em 1840. Em 1831, encontramos 1239 habitantes listados no censo, sendo 662 homens e 577 mulheres, distribuídos em 121 fogos. Nesta população, 404 homens eram cativos e as cativas somavam 253. Encontramos também um liberto. Pelos inventários temos a seguinte população escrava: 507 (para 1830-1840) e 304 (1841-1850).

Bom Sucesso fora chamado de arraial da Campanha do Rio Grande, tendo sua capela filiada a São João Del Rei, mas desde o final do século XVIII e início do século seguinte, o arraial apareceu associado ao termo da Vila de São José, tornando-se paróquia em 1825. Na lista nominativa de 1831, apresentava 3067 habitantes, 1626 homens e 1441 mulheres. Destes, 752 escravos e 466 escravas, havendo, ainda, 54 libertos e 52 libertas. Os dois quarteirões do distrito eram compostos pelo total de 443 fogos. Entre 1830 e 1840, percebemos nos inventários a existência de 194 escravos e entre 1841-1850, de 82.

Já o arraial do Japão é mencionado desde 1802, como pertencente ao termo de São José, mas o curato só seria criado como filial de Passatempo em 1861. Em 1831, o distrito de Carmo do Japão era composto por 1876 habitantes, sendo 1047 do sexo masculino e 829, feminino. Os 178 fogos apresentaram 18 libertos e 13 libertas, além de 637 escravos e 408 escravas. Nos inventários, encontramos apenas 12 escravos para a década de 1830, não havendo mais escravos registrados para a localidade no período posterior.

O arraial do Bichinho é um dos mais antigos da região em tela, sendo que sua capela data de 1729. Não é listado em 1831 como distrito de São José e aparece em nossos inventários apenas com dois proprietários: Francisca Maria do Pilar, com 6 escravos em 1834; e o casal Ana Hilária de Jesus e João José da Conceição, possuindo 8 escravos em 1850.

A freguesia de Santo Antônio do Amparo foi criada por decreto regencial de 1832, sendo instituída canonicamente em 1833. Em 1831, no censo, apresentou 1922 habitantes, divididos em 1001 homens e 921 mulheres, vivendo em 247 fogos. Havia 416 escravos, 284 escravas, 30 libertos e 27 libertas. Entre 1830-1840, registram-se nos inventários 93 escravos presentes na região, não havendo cativos na localidade registrados para o período posterior nos documentos citados.

São Tiago já figurava como arraial de São José desde a década de 1830, existindo povoamento na região desde a década de 1760. Em 1853, os moradores exigiram a criação da paróquia e em 1855 tornou-se freguesia. O distrito em 1831 possuía 1152 habitantes, 635 do sexo masculino, sendo as mulheres um total de 517. Ainda pelo censo de 1831, os seis quarteirões, que englobavam 133 fogos, possuíam 397 homens cativos e 247 mulheres escravas, além de 22 libertos e 27 libertas. Pelos inventários, percebemos a seguinte população mancípia: 219 (1830-1840) e 36 (1841-1850).

No ano de 1831, aparecia listado no censo um morador de Padre Gaspar que era proprietário de 47 escravos, entre eles, 3 ferreiros, 2 pedreiros, 1 alfaiate e 1 sapateiro, conforme informa Waldemar Barbosa. Padre Gaspar tem registro da capela datado de 1731. Ao analisarmos a lista nominativa de 1831, o distrito possuía 717 habitantes, sendo 393 homens e 324 mulheres. Os 117 fogos registraram 134 cativos homens e 82 mulheres cativas. Ainda observamos a ocorrência de sete alforriados (cinco homens e duas mulheres). Os inventários nos revelam 15 cativos para a década de 1830 e apenas um para a década seguinte, no ano de 1847.

O arraial de Córrego aparece listado em nossos inventários em dois momentos: Maria Ferreira de Rezende, em 1834, registrou seis cativos e José Pereira Muniz, em 1843, possuía cinco mancípios. Não há menção a esse arraial na lista nominativa de

1831, tampouco no Dicionário Histórico-Geográfico escrito por Waldemar Barbosa. A região parece corresponder ao subúrbio da Vila de São José, mas como os dois inventários citados o apresentam como um arraial, mantemos aqui a terminologia adotada pelos documentos.

Cláudio teria capela desde a década de 1760 e figurava como parte do termo de São José em 1802. A paróquia foi separada de São José em 1858. Em 1831, eram 2773 habitantes (1401 homens e 1372 mulheres) espalhados em dois quarteirões, compostos de 462 fogos. Os escravos eram 460 homens e 336 mulheres. Encontramos 70 forros e 81 forras. Os inventários apontaram 94 cativos para os anos entre 1830 e 1840.

Já o arraial de Prados fora uma região antiga de mineração. Há registros datados de 1716 de atividades religiosas praticadas na capela. Em 1831, o arraial contava com 1101 cativos (641 do sexo masculino e 460, feminino), totalizando 308 fogos. Observamos a existência de 65 libertos e 92 libertas, além de um homem e uma mulher quartados. A população total era de 2522 habitantes (1331 homens e 1191 mulheres). Waldemar Barbosa encontrou número inferior de escravos e grande número de livres, mas não havia dados que comprovassem na lista nominativa de 1831 que as pessoas que ele considera livres eram, de fato, desta condição.

Em 1832, Lagoa Dourada elevou-se a freguesia e teve a paróquia instituída em 1834. A região já era bem povoada desde 1717. O distrito possuía, em 1831, 2169 habitantes (1135 homens e 1034 mulheres). Os 12 quarteirões eram compostos por 310 fogos. Os escravos constantes no censo de 1831 eram 579 homens e 383 mulheres. Ainda foram encontrados 45 forros e 72 forras. Os inventários apresentaram 219 cativos entre 1830-1840 e 166 entre 1841-1850.

Santa Rita do Rio Abaixo tornou-se freguesia em 1854. A região costuma ser relacionada a São João Del Rei em alguns períodos, conforme mencionamos

anteriormente. Em 1831, composta por 130 fogos, a região apresentava 719 homens e 542 mulheres, dos quais 414 eram escravos e 215 eram escravas. Havia também 18 libertos e 19 libertas. Nos inventários foram registrados 88 escravos entre 1830-1840 e 39 escravos entre 1841-1850.

O arraial de Oliveira foi elevado a freguesia em 1832 e sua paróquia surgiu em 1833. Em 1839, teve seu território elevado à categoria de vila, o que se oficializou com instalação solene em 1840. Ainda em 1831, os 2735 habitantes do distrito de Nossa Senhora de Oliveira eram 1390 homens e 1345 mulheres, dos quais 630 escravos e 475 escravas. Os inventários da década de 1830 registraram 48 cativos.

A povoação de Desterro tornou-se freguesia em 1839, sendo criado o distrito de Nossa Senhora do Desterro em 1847. O distrito de dois quarteirões com 59 fogos possuía 537 moradores, sendo 287 homens e 250 mulheres. Pela lista de 1831 eram 149 homens cativos e 114 mulheres cativas, havendo, também, 54 alforriados e 50 alforriadas. Os inventários registraram 60 mancípios na década de 1830 e apenas 14, pertencentes a José Francisco dos Anjos, em 1845.

Não houve ato de criação do distrito de Perdões, mas em 1831, há a listagem de moradores. Havia 2049 habitantes, dos quais 1067 homens e 982 mulheres. Os escravos eram 402 homens e 237 mulheres e os libertos eram 32 do sexo masculino e 29 do sexo feminino. Essa população distribuía-se em 15 quarteirões, compostos por 343 fogos. Tornou-se freguesia em 1855. Para os anos de 1830 a 1840 os inventários registraram 47 cativos na região.

A freguesia de Passatempo surgiu de um desmembramento da de São José em 1832, instituindo-se canonicamente em 1833. As primeiras sesmarias da região foram concedidas em 1747. O censo de 1831 mostrou 779 homens e 703 mulheres. Os oito quarteirões, compostos por 191 fogos possuíam em 1831 uma população escrava de 629

seres (374 homens e 255 mulheres) e nove libertos (cinco do sexo masculino e quatro do feminino). Os inventários de 1830 a 1840 registraram 144 cativos e em 1841 Joaquina Felizarda de Jesus foi a única inventariada, possuindo nove escravos em seu plantel.

Senhor Bom Jesus da Cana Verde só foi criado como distrito em 1858, pertencendo a Lavras, na época. Porém, aparece como arraial na década de 1830, no termo de São José.⁴⁴ Os inventários registraram 10 escravos: Juliana Maria dos Santos possuía 7 cativos em 1832 e Domingos Teixeira da Cunha possuía 3 escravos em 1838. A lista nominativa de 1831 apresentou 1160 moradores na região, sendo 625 homens e 535 mulheres. 181 escravos e 101 escravas, além de quatro homens forros fazem parte dessa população. O distrito de Cana Verde possuía, em 1831, 232 fogos, distribuídos em 10 quarteirões.

A Câmara Municipal de Oliveira criou o distrito de Morro do Ferro em 1842. Todavia, a região chamava-se São João Batista quando Oliveira ainda pertencia ao termo da Vila de São José. O distrito de São João Batista era composto por 75 fogos em 1831, totalizando 782 habitantes, dos quais 426 eram do sexo masculino e 356 do sexo feminino. Os escravos eram 248 e as escravas, 194. Havia 19 libertos e 16 libertas no censo daquele ano. 32 escravos foram registrados nos inventários entre 1830 e 1840.

A região do Rio do Peixe ainda pertence a São Tiago. Francisco Moreira da Silva é o único inventariado registrado no Arraial do Rio do Peixe em 1833, possuindo oito cativos. Teriam sido os moradores do Rio do Peixe e de Jacaré os responsáveis pela criação da capela de São Tiago na década de 1760. Santana do Jacaré é um distrito presente na lista de 1831 para o qual não encontramos informações nos inventários. Segundo o censo de 1831 compunha-se de 102 fogos, com 615 habitantes (321 homens

⁴⁴ Inventários *post-mortem* de Juliana Maria dos Santos e Domingos Teixeira da Cunha, respectivamente, de 1832 e 1838, caixas 461 e 73. Escritório Técnico do IPHAN de São João Del Rei.

e 294 mulheres), dos quais 188 eram cativos (108 homens e 80 mulheres) e 122 eram libertos (68 homens e 54 mulheres). Em 1802, Santana do Jacaré subordinava-se à freguesia de Tamanduá, sendo o arraial um dos povoados subordinados à vila de São José.⁴⁵

O distrito de Ressaca é apresentado em 1831 com 680 habitantes, 393 do sexo masculino e 287, feminino. Os 86 fogos abarcavam 205 homens e 111 mulheres na condição de escravos e os libertos eram 19 homens e 15 mulheres. Nos inventários a região totalizou 81 escravos entre 1830 e 1850, mas estava subordinada a Lagoa Dourada ou a Prados. Hoje, corresponde a um povoado no município de Lagoa Dourada.⁴⁶

O distrito de Olhos D'água encontra-se listado em nossos inventários juntamente a Prados, contendo 51 cativos. Porém, a lista nominativa de 1831 o separa da região citada. Pelo censo, Olhos D'água possuía quatro quarteirões, compostos de 93 fogos, englobando 564 habitantes, sendo 279 homens e 285 mulheres. 123 escravos, 105 escravas, 20 libertos e 22 libertas foram registrados em 1831. Segundo Waldemar Barbosa, a capela foi erigida em 1733, como filial de Prados, em 1802 já era listado como um dos povoados de São José, mas depois o arraial decaiu de importância. Nossos dados coletados da lista nominativa divergem dos apresentados por Barbosa.⁴⁷

Finalmente, na lista de 1831 encontramos o distrito de Carmo da Mata, que não foi identificado entre os inventários. 93 fogos compõem a região, habitada por 594 pessoas, sendo a maioria (333) do sexo masculino. Os escravos listados eram 142 homens e 81 mulheres. Encontramos um liberto do sexo masculino e duas forras, além

⁴⁵ BARBOSA, Waldemar de Almeida. **Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais**. Belo Horizonte, Rio de Janeiro: Itatiaia, 1995, p. 302.

⁴⁶ BARBOSA, Waldemar de Almeida. **Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais**. Belo Horizonte, Rio de Janeiro: Itatiaia, 1995, p. 280.

⁴⁷ Cf. BARBOSA, Waldemar de Almeida. **Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais**. Belo Horizonte, Rio de Janeiro: Itatiaia, 1995, p. 226.

de quatro homens quartados. Segundo Barbosa, em 1824, havia 200 ou 300 aplicados e 63 fogos em Carmo da Mata. O distrito foi criado em 1842, embora já em 1831 a divisão administrativa do censo houvesse utilizado a terminologia “distrito” para a região em tela.⁴⁸

Traçado o panorama da região que focalizamos neste estudo, cabe demonstrar que São José Del Rei inseria-se numa área dinâmica economicamente na primeira metade do Oitocentos. Aproximadamente entre os anos de 1825-1835, Minas Gerais absorveu entre 40% e 60% dos cativos saídos do Rio de Janeiro, que seriam empregados em sua economia de abastecimento, caracterizada por plantéis de diferentes tamanhos. Fragoso menciona a absorção de 48,4% dos cativos registrados nas saídas de tropeiros do Rio de Janeiro para Minas Gerais entre 1825-1833.⁴⁹ A comarca do Rio das Mortes demonstrava o maior dinamismo econômico e demográfico da província mineira: entre 1776 e 1821, a população total cresceu 158% e o número de negros e mulatos aumentou de 1/5 para 1/3 da população.⁵⁰ O termo de São José Del Rei localiza-se nessa região.

São José, ao que indicam os viajantes, realmente, entrou em decadência ao final da produção aurífera em grande escala, ainda nos fins do século XVIII. Vejamos alguns depoimentos sobre a situação desta Vila mineira no oitocentos.

Pohl fala que a vila não apresentava atividade comercial. “As atividades dos habitantes reduzem-se à criação de gado (bovino e suíno) e à cultura dos gêneros

⁴⁸ BARBOSA, Waldemar de Almeida. **Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais**. Belo Horizonte, Rio de Janeiro: Itatiaia, 1995, p. 80.

⁴⁹ FRAGOSO, J. **Homens de grossa aventura – Acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998, p. 177.

⁵⁰ FLORENTINO, Manolo. **Em Costas Negras – Uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)**. São Paulo: Cia. das Letras, 1997, pp. 38-39.

comuns dos campos e hortas, o que, logicamente, não produz comércio ativo.”⁵¹ Spix e Martius mencionam a baixa produtividade: os cereais dão mais palhas do que grãos. Ressaltam que “a não ser a sua igreja, que é a mais bela de toda Minas, nada mais oferece dignos de nota.”⁵² Rugendas quase não menciona a Vila, “outrota rica em virtude das lavagens de ouro que aí se faziam, mas hoje muito empobrecida.”⁵³ A imagem construída sobre São José é desanimadora na perspectiva econômica.

Todavia, acreditamos que o termo de São José, devido à proximidade de São João Del Rei, o maior entreposto comercial mineiro durante o século XIX⁵⁴, deve ter fornecido muitos dos produtos da pauta de exportação mineira, vendidos por São João. Maria Augusta do Amaral Campos informa que São José do Rio das Mortes exercia caráter complementar à economia de São João Del Rei, um dos maiores centros abastecedores do Rio de Janeiro a partir da década de 1810, devido à demanda da Corte instalada na capital. São José abastecia o comércio sanjoanense com sua produção rural, uma vez que a vida urbana da vila retraiu-se após o período de mineração do século XVIII.⁵⁵ São José sofreu êxodo para as atividades agropecuárias, a vila se intitulava decadente, no entanto, “percebemos que as atividades se concentravam em produções rurais nos arredores da vila e eram comercializadas fora dela.”⁵⁶ A crise por que passava a Vila não necessariamente englobaria todo o termo de São José. Esta crise era essencialmente urbana. Temos que ressaltar, por exemplo, o dinamismo do distrito da

⁵¹ POHL, Johann Emanuel. **Viagem no Interior do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: EDUSP, 1976, p. 88.

⁵² SPIX, J.B. von, MARTIUS, C. F. P. von. **Viagem pelo Brasil. 1817 – 1820**. São Paulo: Melhoramentos, Brasília: INL, 1976, tomo 1, 3ª edição, pp. 172-173.

⁵³ RUGENDAS, João Maurício. **Viagem Pitoresca Através Do Brasil**. 8ª ed. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, EDUSP, 1979, p. 31.

⁵⁴ GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. **A Princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais, São João del Rei(1831-1888)**. São Paulo: Annablume, 2002.

⁵⁵ CAMPOS, Maria Augusta do Amaral. **A Marcha da Civilização. As Vilas Oitocentistas de São João Del Rei e São José do Rio das Mortes – 1810/1844**. Belo Horizonte: Fafich, UFMG, 1998. (dissertação de mestrado), pp. 10-12, 21-22.

⁵⁶ CAMPOS, Maria Augusta do Amaral. **A Marcha da Civilização. As Vilas Oitocentistas de São João Del Rei e São José do Rio das Mortes – 1810/1844**. Belo Horizonte: Fafich, UFMG, 1998. (dissertação de mestrado), p. 128.

Lage, uma região que apresentava uma mercantilização independente da produção aurífera desde o século XVIII, como demonstram os trabalhos de Maria Lúcia e de Paula Teixeira⁵⁷. Devemos ainda considerar o fato de que algumas regiões rurais da Comarca do Rio das Mortes no século XIX ora apresentaram-se sob a jurisdição de uma das Vilas Del Rei⁵⁸, ora estavam subordinadas a outra delas, como já mencionamos anteriormente. Estas áreas rurais poderiam sustentar, portanto, um significativo comércio de escravos africanos. Aliada à reprodução natural, percebemos o grande contingente de cativos africanos no termo de São José. Nas palavras de Libby, a região em tela tinha condições de sustentar-se com a economia dinâmica:

Se é que houve uma crise da mineração – e este não é um ponto pacífico para a historiografia mineira -, ela eclodiu com bem mais força nos centros urbanos de Vila Rica e Mariana e em boa parte de seus respectivos termos. E se havia uma região que mal sentiu os efeitos de tal crise era a da Comarca do Rio das Mortes, já acomodada em abastecer um amplo mercado interno que incluía a cidade do Rio de Janeiro e adjacências e todo o vasto interior da própria Capitania de Minas Gerais.⁵⁹

1.3 – Reprodução das escravarias - O caso de São José Del Rei (1830-1850)

Para procedermos à análise quantitativa, elencamos uma amostra de 3.886 escravos distribuídos entre 333 proprietários, enumerados na totalidade dos inventários *post-mortem* que se encontram disponíveis para a nossa pesquisa no Escritório Técnico do IPHAN de São João Del Rei, para o período de 1830 a 1850, para o termo da Vila de

⁵⁷ TEIXEIRA, Maria Lúcia Resende Chaves. **Família escrava e riqueza na comarca do Rio das Mortes. O distrito da Lage e o Quarteirão do Mosquito**. São Paulo: Annablume; Coronel Xavier Chaves: Prefeitura Municipal de Coronel Xavier Chaves, 2007, pp. 38-9, 70-3; TEIXEIRA, Paula Chaves. “Família E Negócios: O Caso Gervásio Pereira Alvim.” **Anais do XV Encontro Regional de História**, Sessão de Minas Gerais, Associação Nacional de História – ANPUH-MG, julho de 2006.

⁵⁸ São João e São José, atuais São João Del Rei e Tiradentes, respectivamente.

⁵⁹ LIBBY, Douglas C. “As Populações Escravas das Minas Setecentistas: um balanço preliminar.” In: RESENDE, Maria E. L. de; VILLALTA, L. C.. **História de Minas Gerais. As Minas Setecentistas 1**. Belo Horizonte: Autêntica, Companhia do Tempo, 2007, p. 430.

São José. Desse total, não foi possível identificar a origem, se brasileira ou africana, de 382 cativos (9,8% do total). Do restante de nossa amostragem, encontramos 62% de brasileiros e 38% de africanos (Tabela nº.2), o que condiz com a bibliografia consultada para a região mineira.⁶⁰

Tabela nº.2

Origem da escravaria dos inventários de S. José Del Rei, 1830-1850

Período	africanos	% de africanos no total de escravos de cada período	nativos	% de nativos no total de escravos de cada período	Total*
1830-1840	949	40,2	1414	59,8	2363
1841-1850	383	33,6	758	66,4	1141
Total	1332	38,0	2172	62,0	3504

Fonte: Escritório Técnico do IPHAN de São João Del Rei. Inventários *post-mortem* da Vila de São José, 1830-1850.

*O número total de escravos da tabela exclui 261 cativos entre 1830-1840 e 121 entre 1841-1850 para os quais não foi possível definir a origem.

Em trabalho anterior⁶¹, abarcando um período mais extenso (1743-1850), pude demonstrar que a conjugação das duas hipóteses de reposição da escravaria de São José, via tráfico atlântico ou através da reprodução natural, eram plausíveis. Os números não apresentaram nenhuma discrepância exorbitante para desconsiderarmos qualquer das duas formas mencionadas de reposição da mão-de-obra cativa. Mesmo com um

⁶⁰ A título de comparação, citamos um estudo sobre a Comarca do Rio das Velhas: SANTOS, R. F.; CORRÊA, C. P. "A Trajetória Econômica da Comarca do Rio das Velhas: Um Estudo das Estruturas de Posse de Escravos e as Relações com o Mercado Internacional de Escravos (Século XVIII)." In PAIVA, Eduardo França; IVO, Isnara Pereira. **Escravidão, mestiçagem e histórias comparadas**. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFGM; Vitória da Conquista: Edunesb, 2008, pp. 277-291. Na mesma obra é mencionado por Roberto Guedes o predomínio de africanos no contexto de São Paulo: "segue a tendência da capitania paulista como um todo, isto é, um ensaio de crescimento natural interrompido pelo tráfico." Cf. GUEDES, Roberto. "Estrutura de Posse e Demografia Escrava (Porto Feliz/SP, 1798-1843)." In PAIVA, Eduardo França; IVO, Isnara Pereira. **Escravidão, mestiçagem e histórias comparadas**. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFGM; Vitória da Conquista: Edunesb, 2008, p. 316.

⁶¹ PINTO, Fábio Carlos Vieira. **A Escravidão em São José Del Rei – Aspectos Demográficos (1743-1850)**. Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Sociais, Políticas e Jurídicas, da Universidade Federal de São João Del Rei para a obtenção do título de Bacharel em História. UFSJ: 2005.

predomínio em números absolutos de brasileiros, os africanos predominaram em alguns decênios na composição do grupo em idade ativa, como nos anos 1820 (Tabela nº.3).

Tabela n.º.3⁶²

Escravarias são-joseenses por faixas etárias e origem, 1743-1850

Faixas etária	Até 10 anos			11-15 anos			16-45 anos			>45 anos			Total*		
	AF	BR	Σ	AF	BR	Σ	AF	BR	Σ	AF	BR	Σ	AF	BR	Σ
<1801	1	190	191	4	54	58	226	141	367	141	18	159	372	403	775
1801-1810	–	239	239	1	73	74	74	151	225	41	17	58	116	480	596
1811-1820	1	123	124	6	44	50	113	146	259	80	33	113	200	346	546
1821-1830	4	175	179	20	50	70	258	224	482	90	51	141	372	500	872
1831-1840	–	92	92	12	39	51	175	131	306	23	39	62	210	301	511
1841-1850	–	13	13	–	7	7	21	23	44	5	6	11	26	49	75
Total	6	832	838	43	267	310	867	816	1683	380	164	544	1296	2079	3375

Fonte: Escritório Técnico do IPHAN de São João Del Rei. Inventários *post-mortem* da Vila de São José, 1830-1850.

*Só foram considerados na tabela os escravos com idade declarada nos inventários.

⁶² Esta tabela encontra-se originalmente em PINTO, Fábio Carlos Vieira. **A Escravidão em São José Del Rei – Aspectos Demográficos (1743-1850)**. Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Sociais, Políticas e Jurídicas, da Universidade Federal de São João Del Rei para a obtenção do título de Bacharel em História. UFSJ: 2005, p. 14, tabela n.º.5 e fora reproduzida em GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro ; PINTO, Fábio Carlos Vieira ; MALAQUIAS, C. O. “Famílias escravas em Minas Gerais nos inventários e registros de casamento - o caso de São José do Rio das Mortes, 1743-1850”. **Varia História**. Belo Horizonte, Editora UFMG: 2007, v. 23, p. 200.

Ainda analisando a tabela nº.3, notamos a predominância dos escravos nativos sobre os africanos na soma da população cativa a partir do início dos Oitocentos e a significativa presença dos infantes nascidos na região, até a idade de 15 anos, o que revela a possibilidade da reprodução endógena como mecanismo de reposição de parte da força de trabalho, ainda que encontremos parcela majoritária de africanos na faixa etária dos adultos nos inventários dos Setecentos e das décadas de 1820 e 1830. Na época de elaboração do trabalho mencionado⁶³, o acervo documental pesquisado para as décadas de 1830 e 1840 ainda não tinha sido totalmente explorado. Agora, com a totalidade dos documentos para o período em estudo analisada, percebemos que não houve distorção das fontes para os números apresentados: nos anos 1830 havia um maior contingente de escravos africanos do que de brasileiros, ao passo que, na década seguinte, os escravos nascidos no Brasil superam os oriundos da África (Tabela nº.4). Entretanto cabe aqui uma ressalva importante: os inventários *post-mortem* revelam as escravarias no momento do falecimento dos senhores e as importações de escravos poderiam ter acontecido bem antes dessa data. Acreditamos que muitas dessas importações tenham ocorrido nos anos 1810 e 1820, impulsionadas pelas pressões inglesas quanto ao fim do tráfico.

⁶³ PINTO. Op. cit.

Tabela nº.4

Escravos africanos e nativos em idade produtiva, São José Del Rei, 1830-1850*

Faixa etária	16 – 45 anos		
Períodos	AF	BR	Σ
1830-1840	670	585	1255
1841-1850	266	284	550
Total	936	869	1805

Fonte: Escritório Técnico do IPHAN de São João Del Rei. Inventários *post-mortem* da Vila de São José, 1830-1850.

*Consideramos na tabela apenas os escravos para os quais foi possível definir a origem africana ou brasileira.

NOTA: mesmo quadro apresentado na tabela nº. 3 com cálculo refeito utilizando a documentação completa.

Se o número de africanos de nossa amostragem é muito grande, devemos mapear quem eram estes escravos. Portanto, consideraremos os grupos de africanos que compunham a escravaria são-joseense. Antes, porém, devemos ressaltar a dificuldade de se trabalhar com a nomenclatura destas “etnias”. Na verdade, as designações não correspondem exatamente à etnia africana, mas sim ao porto de embarque na África, conforme nos informam Libby e Hebe Mattos.⁶⁴ Devido a isto, Mattos propõe que as designações que passam a ser associadas com os homens e mulheres vindos da África para

⁶⁴LIBBY, Douglas C. “As Populações Escravas das Minas Setecentistas: um balanço preliminar.” In: RESENDE, Maria E. L. de; VILLALTA, L. C.. **História de Minas Gerais. As Minas Setecentistas 1**. Belo Horizonte: Autêntica, Companhia do Tempo, 2007, pp. 430-431; MATTOS, Hebe. “Africanos” in VAINFAS, Ronaldo (dir.). **Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, p. 29. Mary Karasch também aponta a denominação dos escravos africanos pelo porto de embarque, mas ressalta que os escravos passaram a se agrupar como tais nações no Brasil. Cf. KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 45.

o trabalho forçado no Brasil tornam-se identidades “guarda-chuva”, que remetem à formação de verdadeiras *nações* de pretos em nosso país⁶⁵.

É também neste sentido que argumenta Mariza Soares: a nação, entendida como grupo de procedência, num contexto de migração forçada, proporciona identificações de novas “configurações identitárias”, que permitem aos escravos a organização para a convivência⁶⁶. Ao adotarmos esta conceituação podemos desviar de problemas quanto à identificação mais adequada dos escravos africanos. Mariza Soares destaca:

Um dos maiores desafios foi compreender a composição dos nomes que entre escravos e forros combinam nomes cristãos (com ou sem sobrenome) com reinos, localidades e portos africanos (...) Em todos os casos, os nomes ou seus atributos trazem a marca de uma designação de grupo mais que uma forma de nomear escravos, pude entender que este era um recurso adotado para classificar a escravaria (...) Cada uma dessas designações vem acompanhada de características físicas e comportamentais, formas de vestir, línguas, crenças. (...) Este enfoque tem levado os pesquisadores a minimizar a importância da questão da composição étnica da escravaria brasileira e a não identificar as noções de etnia/grupos étnicos, raça e procedência.⁶⁷

Adotaremos neste trabalho a expressão “nação” quando formos nos referir aos grupos de cativos provenientes da África, entendida como grupos de procedência, uma vez que a terminologia nação é comum aos inventários por nós pesquisados. Isso porque, como informa Karasch, nação “referia-se não somente a um pequeno grupo étnico ou a um grande estado de onde vieram os africanos, como também a um novo grupo criado na cidade.”⁶⁸ Não desprezamos as particularidades destacadas por Mariza Soares na citação

⁶⁵ MATTOS. Op. cit., p.29.

⁶⁶ SOARES, Mariza. “Histórias Cruzadas: os mahi setecentistas no Brasil e no Daomé”. In: FLORENTINO, Manolo (org.). **Tráfico, Cativo e Liberdade – Rio de Janeiro, séculos XII-XIX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 134.

⁶⁷ SOARES, Mariza. **Devotos da cor. Identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, pp. 25-26.

⁶⁸ KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, nota 3, p. 507.

acima, mas preferimos perceber como os escravos puderam utilizar-se da identidade forjada na ideia de “nação”.

Separámos na Tabela nº.5 os grupos de nações mencionadas nos inventários de São José Del Rei.

Tabela nº.5

Sexo* e Nações Africanas, 1830-1850

Nações	Angola		Benguela		Ganguela		Cabinda		Cassange		Congo		Mina		Moçambique		Mofumbe		Monjolo		Songo		Rebolo		Outros**	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
1830-1840	66	29	196	65	18	4	52	11	24	6	173	34	27	10	47	11	7	1	41	1	10	1	44	17	38	20
1841-1850	15	8	55	12	7	1	15	3	8	2	38	7	5	1	18	2	0	0	7	0	1	0	13	2	115	48

Fonte: Escritório Técnico do IPHAN de São João Del Rei. Inventários *post-mortem* da Vila de São José, 1830-1850.

*Na tabela, H representa homens e M, mulheres.

**Foram incluídos na categoria “outros” os grupos de menor expressão nas escravarias são-joseenses, a saber: ambara, borundo, quimbebe, mugango, cassamba, macua, fula, bamba, gumba, cabunda, cambunda (todos com apenas um escravo homem entre 1830-1840), 3 escravos camundá e quatro escravos quissama para o mesmo período. Além deles há 19 africanos e 18 africanas para os quais não encontramos referências à nação de pertencimento. Para o período 1841-1850, há um escravo mogango, um camundá e 113 africanos sem menção à nação. Quanto às mulheres todas as 48 são africanas sem maiores especificações quanto à procedência. Os grupos de menor expressão parecem indicar algo além da identificação dos africanos entre si por causa da região na qual embarcaram. Entretanto, são muito pouco expressivos em nossa fonte de pesquisa, os inventários *post-mortem*. Os escravos referidos nos inventários como “da Costa” estão agregados aos mina, os quissambá estão junto como os quissama⁶⁹.

⁶⁹ Adotamos como critério para esta separação/junção de nações os apontados no mapa elaborado por Mary Karasch. KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850**. São Paulo, Companhia das Letras, 2000, pp. 481-496 e em: SOARES, Mariza. **Devotos da cor. Identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, pp. 109-110.

Figura 1 - Pranchas n.ºs 39, 40, 43 e 44 (RUGENDAS), representando os escravos observados pelo viajante em sua estadia no Brasil, nos anos 1820⁷⁰



⁷⁰ RUGENDAS, João Maurício. *Viagem Pitoresca Através Do Brasil*. 8ª ed. Belo Horizonte, Itatiaia, São Paulo: EDUSP, 1979.

Adotando a separação por região de procedência na África utilizada por Libby⁷¹ e Karasch⁷², agrupamos as nações na Tabela nº.6, para percebermos de qual região africana provinha a maior parte dos escravos são-joseenses. Bamba, cabinda, congo, gumba, monjolo, angola, cabunda, cassange, rebolo, quissama, songo, benguela, cambunda, ganguela, borundo, cassamba, camundá e mofumbe são referentes à África Centro-Oeste. Mina e os escravos “da Costa” representam a parte ocidental; moçambique e macua provêm do lado oriental. Não conseguimos identificar a região de origem dos escravos ambara, quimbebe, mogango, mugango e fula.

Tabela nº.6
Grupos de africanos por período de tempo, 1830-1850

Período	África Ocidental	África Centro- Oeste	África Oriental	Região não identificada	Total de africanos
1830-1840	37	813	59	40	949
1841-1850	6	195	20	162	383
1830-1850	43	1008	79	202	1332

Fonte: Escritório Técnico do IPHAN de São João Del Rei. Inventários *post-mortem* da Vila de São José, 1830-1850.

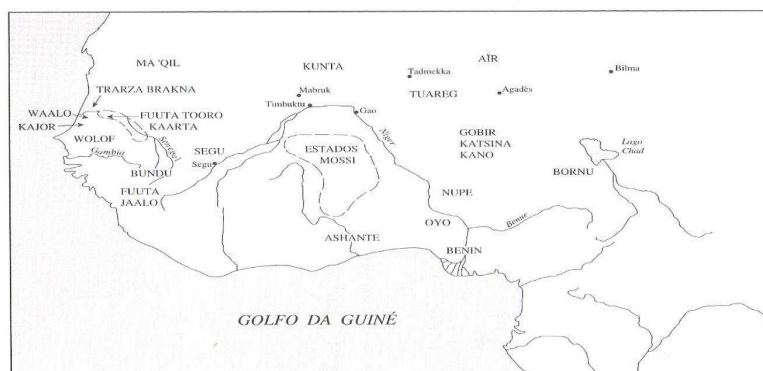
NOTA: remeter à tabela nº. 5.

Observando a Tabela nº.6, percebemos que a importação de escravos africanos para São José é predominantemente realizada via África Centro-Oeste. 75,67% dos mancípios africanos provinham desta região contra apenas 3,23% da África Ocidental e 5,93% da África Oriental. Os demais 15,16% não foram identificados quanto à proveniência africana.

⁷¹ LIBBY, Douglas C. “As Populações Escravas das Minas Setecentistas: um balanço preliminar.” In: RESENDE, Maria E. L. de; VILLALTA, L. C.. **História de Minas Gerais. As Minas Setecentistas 1**. Belo Horizonte: Autêntica, Companhia do Tempo, 2007, p. 431.

⁷² KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850**. São Paulo, Companhia das Letras, 2000, apêndice A, p. 481-496.

Manolo Florentino encontrou, entre 1795 e 1830, os seguintes percentuais de escravos aportando no Rio de Janeiro: 81,8% da África Central; 16,2% da África Oriental e 2% da África Ocidental.⁷³ Ainda para compararmos, citamos as percentagens observadas por Fragoso e Guedes nos despachos e passaportes de escravos da Corte: a África Central forneceu 63%, a Oriental era responsável por 26,3% e do Ocidente vieram 9% dos cativos.⁷⁴ Mary Karasch observou as percentagens seguintes, para a primeira metade do século XIX: centro-oeste africano (66% a 96,2%), oriente (18% a 27%) e ocidente (até 7%).⁷⁵ Os mapas 3, 4 e 5 representam as regiões ocidental, oriental e centro-ocidental da África, respectivamente.



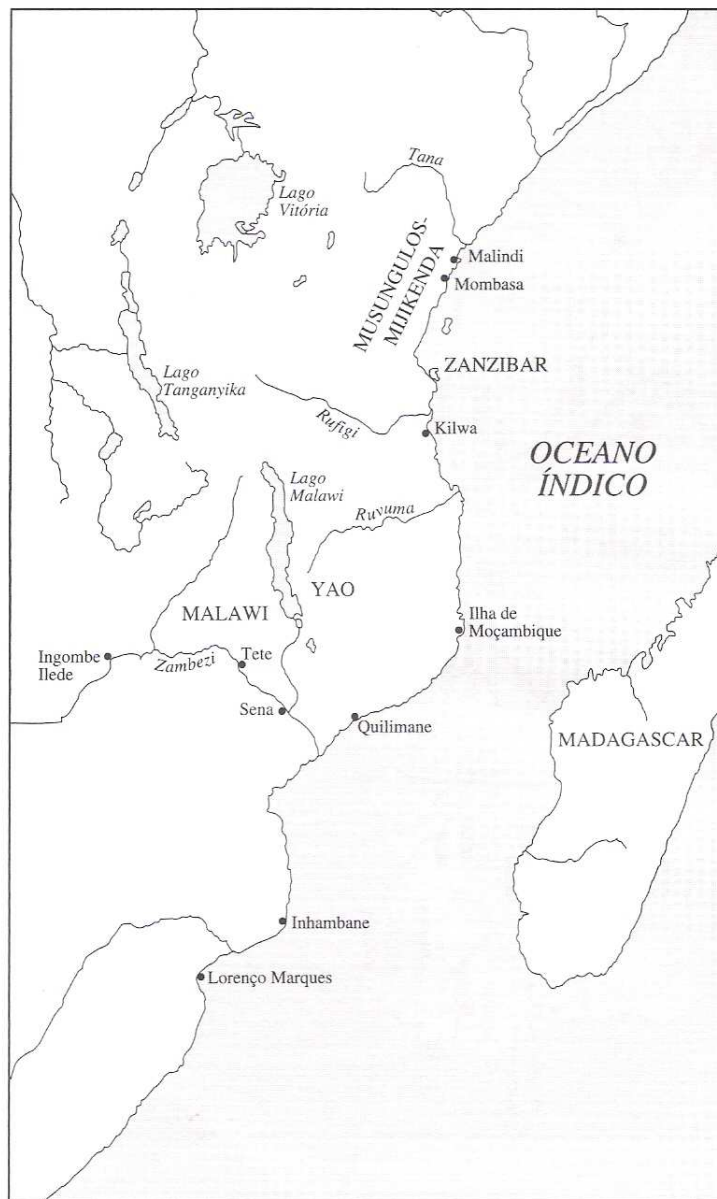
Mapa 3: A África Ocidental, c. 1750-c. 1830.

Fonte: FLORENTINO, Manolo. **Em Costas Negras – uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)**. São Paulo: Cia. das Letras, 1997, p. 19.

⁷³ FLORENTINO, Manolo. **Em Costas Negras – uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)**. São Paulo: Cia. das Letras, 1997, p. 234.

⁷⁴ FRAGOSO, João Luís Ribeiro; FERREIRA, Roberto Guedes. **Tráfico de Escravos, Mercadores e Fianças – Dois Bancos de Dados (despachos de escravos, passaportes e licenças)**. Relatório final apresentado ao Laboratório Interdisciplinar de Pesquisa em História Social/UFRJ. Página 53. FRAGOSO, João Luís; FERREIRA, Roberto Guedes. “Alegrias e artimanhas de uma fonte seriada. Os códices 390, 421, 424 e 425: despachos de escravos e passaportes da Intendência de Polícia da Corte, 1819-1833.” In BOTELHO, Tarcísio Rodrigues et alii (orgs.). **História Quantitativa e Serial: um balanço**. Goiânia: ANPUH, 2001, especialmente p. 269.

⁷⁵ KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, respectivamente, pp. 50,58, 63.



Mapa 4: A África Oriental, c. 1750-c. 1850.

Fonte: FLORENTINO, Manolo. **Em Costas Negras – uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)**. São Paulo: Cia. das Letras, 1997, p. 20.

Mapa 5 – África Centro-Occidental



Fonte: FRAGOSO, J; BICALHO, M F; GOUVEA, M F (org) **O Antigo Regime nos Trópicos: a decadência imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 429.

Este quadro de importação que se esboça está concernente com um grande número de trabalhos de pesquisa sobre Minas Gerais. De acordo com os trabalhos de Libby e de

Florentino⁷⁶, até 1730 predominava a entrada de escravos minas em Minas Gerais. Estes desembarcavam em Salvador e de lá eram transferidos para nossa região, através do Caminho Velho. Em nossa amostragem, a presença dessa nação não é muito significativa (3,23%), devido ao período pesquisado (1830-1840). Mesmo assim, se analisarmos os escravos alforriados, perceberemos uma grande maioria de minas entre eles, como apontam Libby e Graça Filho.⁷⁷ Fragoso e Guedes apontam 9% de escravos de origem ocidental nos despachos e passaportes no início dos anos 1830, mesmo após o tráfico ter sido proibido ao norte do Equador em 1815.⁷⁸

A partir de 1730, passam a predominar escravos de origem centro-ocidental, estes vindos do porto do Rio de Janeiro. Por isso a presença de mais de 75% de escravos desta região nos plantéis de São José.

Maria do Carmo Salazar Martins e Helenice Silva, em trabalho recente, perceberam a importância do Caminho do Sertão para o comércio de escravos para Minas Gerais. Partindo de Salvador, grande contingente de escravos era enviado para as regiões nordeste, norte e noroeste mineiras, próximas, portanto, ao Distrito Diamantino. Ainda no século

⁷⁶ LIBBY, Douglas C. “As Populações Escravas das Minas Setecentistas: um balanço preliminar.” In: RESENDE, Maria E. L. de; VILLALTA, L. C.. **História de Minas Gerais. As Minas Setecentistas 1**. Belo Horizonte: Autêntica, Companhia do Tempo, 2007, pp. 431; FLORENTINO, Manolo. “O tráfico negreiro e o parentesco na família escrava”. **Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, v. 27, nº157, fevereiro de 2000, p. 46.

Mariza Soares também menciona a diminuição dos escravos mina no Rio de Janeiro já durante o século XVIII. Ver: SOARES, Mariza. **Devotos da cor. Identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, pp.73-85.

⁷⁷ LIBBY, Douglas C. “As Populações Escravas das Minas Setecentistas: um balanço preliminar.” In: RESENDE, Maria E. L. de; VILLALTA, L. C.. **História de Minas Gerais. As Minas Setecentistas 1**. Belo Horizonte: Autêntica, Companhia do Tempo, 2007; LIBBY, D. C. e GRAÇA FILHO, A. A. “Reconstruindo a liberdade: Alforrias e forros na freguesia de São José do Rio das Mortes, 1750-1850.” In: **Vária História**, n. 30, UFMG, julho/2003, pp. 112-149.

⁷⁸ FRAGOSO, João Luís Ribeiro; FERREIRA, Roberto Guedes. **Tráfico de Escravos, Mercadores e Fianças – Dois Bancos de Dados (despachos de escravos, passaportes e licenças)**. Relatório final apresentado ao Laboratório Interdisciplinar de Pesquisa em História Social/UFRJ. Página 54. FRAGOSO, João Luís; FERREIRA, Roberto Guedes. “Alegrias e artimanhas de uma fonte seriada. Os códices 390, 421, 424 e 425: despachos de escravos e passaportes da Intendência de Polícia da Corte, 1819-1833.” In BOTELHO, Tarcísio Rodrigues et alii (orgs.). **História Quantitativa e Serial: um balanço**. Goiânia: ANPUH, 2001, especialmente p. 269.

XIX, o comércio era ativo e as autoras atribuem o fato à mudança da capital para o Rio de Janeiro na década de 1760. A maior fiscalização da capital pode ter tornado o Caminho do Sertão menos dispendioso para os vendedores de cativos, pois pagariam menos impostos. Todavia, parece que a região por nós estudada não era contemplada por este comércio, embora não haja especificação de região de destino para os mancípios em Minas em toda a documentação utilizada pelas autoras (código 249 do Arquivo Público da Bahia). Ressaltamos que as autoras perceberam que os mineiros eram os compradores de 58,8% dos escravos oriundos da Bahia, sendo que 91,2% deles eram africanos, mas a região de procedência não é descrita.⁷⁹

Quanto aos escravos do oriente africano, os moçambiques, são muito reduzidos no XVIII e no início do XIX, só apresentando um número significativo a partir de 1815 e, especialmente nos anos 1830, conforme nos informa Karasch⁸⁰. Florentino considera o ano de 1811 como o início do período de importância dos escravos da África Oriental. Segundo ele, entre 1795 e 1811, somente 15 navios chegaram dessa região, ao passo que a partir daquele período até 1830, de lá vieram 239 embarcações para o Rio de Janeiro.⁸¹ Paul Lovejoy destacou o fluxo de escravos da África Oriental para a América da seguinte maneira: cerca de 10.000 até 1810, subindo para 60.000 até 1820 e para cerca de 100.000 nas décadas de 20 e 30 do século XIX, caindo para números insignificantes nos anos

⁷⁹ MARTINS, Maria do Carmo Salazar; SILVA, Helenice Carvalho Cruz da. “Via Bahia: A Importação de Escravos para Minas Gerais pelo Caminho do Sertão, 1759-1772. *Anais do Seminário Diamantino*. 2006 (21p.)

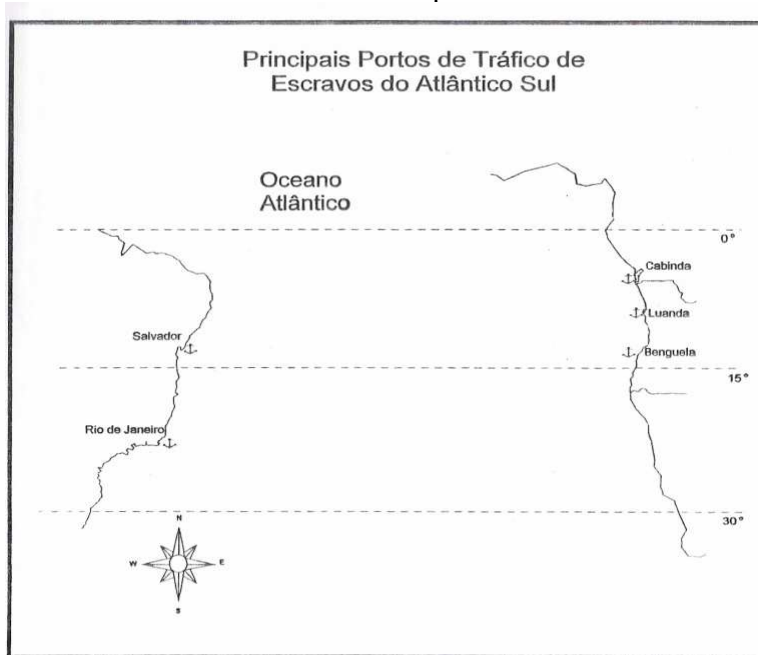
⁸⁰KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, pp. 58-9. Hebe Mattos também menciona que a maioria dos escravos vindos da África para o Brasil eram provenientes do Centro-Oeste ou de Moçambique. MATTOS, Hebe. “Africanos” in VAINFAS, Ronaldo (dir.). *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, p. 31.

⁸¹ FLORENTINO, Manolo. *Em Costas Negras – uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Cia. das Letras, 1997, p. 234.

1840.⁸² Em nossa amostragem, eles somam 5,93% dos africanos, sendo a segunda região que mais forneceu escravos para São José no segundo quartel do século XIX.⁸³

Cabe aqui uma observação apontada por Douglas Libby sobre as denominações de nações de escravos africanos na documentação pesquisada. Segundo o autor, “era possível também mudar de origem: um benguela de 1798 poderia ser um angola em 1802 ou um angola poderia se converter em cassange.”⁸⁴ Isso pode apontar para uma construção identitária de africanos num contexto de escravidão, conforme buscaremos demonstrar no capítulo 3.

Mapa 6



Fonte: FRAGOSO, J; BICALHO, M F; GOUVEA, M F (org) **O Antigo Regime nos Trópicos: a decadência imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 428.

⁸² LOVEJOY, Paul E. **A Escravidão na África. Uma história de suas transformações**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 234.

⁸³ Além dos escravos moçambique, há um escravo macua que compõe esta porcentagem.

⁸⁴ LIBBY, Douglas Cole. **A empiria e as cores: representações identitárias nas Minas Gerais dos séculos XVIII e XIX**. (mimeo), p. 13. Agradeço ao professor por ter cedido gentilmente o material ainda não publicado.

Os escravos brasileiros são em número superior aos africanos, somando 2.172. São descritos nos inventários como crioulos, pardos, cabras e mulatos. Assim como ocorre com os africanos, também com os brasileiros, há problemas de nomenclatura⁸⁵. No contexto da escravidão brasileira, em que existiam dominantes e dominados, devemos perceber que, para além da cor da pele, o que mais importava era o lugar social ocupado pelo indivíduo em seu meio de convivência.

Preto significava ser nascido na África o que, por extensão, carregava o estigma da escravidão. O preto poderia até ser livre, mas fora escravo um dia. Ser reconhecido como preto era, na melhor das hipóteses, ser indicativo que o indivíduo era liberto.⁸⁶

Crioulo é o escravo nascido no Brasil. Douglas Libby aponta que, em Minas Gerais, a terminologia crioulo perpassava algumas gerações de indivíduos, não caracterizando necessariamente, a condição de escravidão, conforme supôs Hebe Mattos. Libby também diferencia a caracterização de crioulo em Minas em relação ao que ocorria no Rio de Janeiro, o que foi apontado por Mariza Soares. Os crioulos mineiros eram aqueles negros nascidos no Brasil, independente da origem dos pais, enquanto os crioulos cariocas seriam filhos de mães africanas nascidos no Brasil. É bom ressaltar que Soares não generaliza suas considerações para outras regiões do Brasil, nem extrapola os limites de tempo estabelecidos por sua pesquisa.⁸⁷ Karasch também informa que no Rio de Janeiro da

⁸⁵Para a discussão sobre a nomenclatura que segue, cf. FARIA, Sheila S. de Castro. “Identidade e Comunidade Escrava: um ensaio”. **Tempo**, vol. 11, n. 22, pp. 122-146; KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, pp. 37-41.

⁸⁶ Cf. FRAGOSO, João Luís Ribeiro; FERREIRA, Roberto Guedes. **Tráfico de Escravos, Mercado e Fianças – Dois Bancos de Dados (despachos de escravos, passaportes e licenças)**. Relatório final apresentado ao Laboratório Interdisciplinar de Pesquisa em História Social/UFRJ. Página 50.

⁸⁷ LIBBY, Douglas Cole. **A empiria e as cores: representações identitárias nas Minas Gerais dos séculos XVIII e XIX**. (mimeo), pp. 10-11. Agradeço ao professor por ter cedido gentilmente o material ainda não publicado; MATTOS, Hebe Maria. “A escravidão moderna nos quadros do Império Português: o Antigo Regime em perspectiva atlântica” in FRAGOSO, J; BICALHO, M F; GOUVEA, M F (org) **O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, pp. 154-5; SOARES, Mariza de Carvalho. **Devotos da cor – Identidade étnica,**

primeira metade do século XIX, havia crioulos africanos, ou seja, oriundos das colônias lusas na África, tais como Cabo Verde, Príncipe, São Tomé, Angola ou Moçambique. Também aponta que os crioulos brasileiros poderiam aparecer com referências às capitânicas, províncias ou vilas de origem (crioulo da Bahia, por exemplo).⁸⁸ Todavia, tais acepções de crioulo não parecem condizer com nossos registros documentais.

Negro era um dos termos mais melindrosos para ser utilizado como referencial a alguém que vivera no Brasil durante os séculos XVIII ou XIX. Negro era sinônimo de escravo. Não existia negro livre. Negro era todo preto, crioulo, pardo, cabra, mulato e até índio, que estivesse sob o jugo da escravidão, que fosse um escravo. Portanto, o termo era considerado ofensivo quando utilizado para designar alguém que um dia tinha sido escravo, mas alcançara a liberdade. Negro e liberdade eram palavras totalmente antagônicas.

E o que dizer sobre a expressão pardo? Pardo, muitas vezes, era indicativo de mestiçagem, o que poderia conduzir à noção de cor da pele. Entretanto existem indicações de que pardo poderia também ser designativo de filho de africanos, porém nascido livre⁸⁹. Era um filho de ex-escravos vindos da África. Como designá-lo? Hebe Mattos sugere que pardo indicava situações especiais, como a mencionada anteriormente. Mesmo não havendo mestiçagem, o termo seria recorrente para especificar casos estranhos. Agiria, dessa forma, como uma expressão curinga, sempre auxiliando em designações referentes a indivíduos de difícil caracterização. Mattos também sugere que pardo seria sinônimo de

religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 100.

⁸⁸ KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 38.

⁸⁹ Todavia, com os inúmeros escravos pardos que figuram nos inventários *post-mortem* de São José essa hipótese não tem fundamento.

“não branco”, sendo muitas vezes associado a sujeitos livres ou libertos.⁹⁰ Mary Karasch considera a expressão pardo como referência a filho de pais africanos e europeus, usado como distintivo dos crioulos, denotando orgulho de quem se utilizava da designação.⁹¹

Tentando resumir esta situação, escreveu Sheila Faria:

Pais “pretos”, indicativo de origem africana, tinham filhos “crioulos”, que se tornavam, por sua vez, pais de “pardos”. Quando libertos, africanos, designados “pretos forros”, tinham filhos (nascidos livres) indicados já como “pardos”, muitas vezes seguido de “forro”, apesar de nunca terem sido escravos.⁹²

Em artigo ainda não publicado, Douglas Libby apresenta algumas considerações acerca das designações de escravos nascidos no Brasil. Segundo ele, pardo era “a mais complexa das representações identitárias ‘nativas.’” Muitas vezes, “indivíduos que passaram a não ser rotulados como libertos [no século XVIII] eram identificados como pardos”.⁹³ A conotação de mestiçagem racial pode estar presente no termo, que sempre se liga à ascendência escrava, quando o encontramos descrito em nossa documentação. Ascendência essa apontada por Hebe Mattos. Todavia a afirmação de Sheila Faria de que pardo seria filho de africano nascido livre é mera conjectura, que carece de comprovação empírica. Não encontramos em nossa documentação nenhuma referência a pardo livre.

⁹⁰ MATTOS, Hebe Maria. “A escravidão moderna nos quadros do Império Português: o Antigo Regime em perspectiva atlântica” in FRAGOSO, J; BICALHO, M F; GOUVEA, M F (org) **O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

⁹¹ KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p.p 38-9.

⁹² FARIA, Sheila de Castro. **A Colônia em Movimento. Fortuna e Família no Cotidiano Colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 307.

⁹³ LIBBY, Douglas Cole. **A empiria e as cores: representações identitárias nas Minas Gerais dos séculos XVIII e XIX**. (mimeo), p. 3. Agradeço ao professor por ter cedido gentilmente o material ainda não publicado.

O viajante Debret, que esteve no Brasil no início do século XIX, descreve o negro nascido no Brasil como crioulo e nos informa a origem das denominações mulato e cabra: são a mistura, respectivamente, de branco com negra e negro com mulato.⁹⁴ Não menciona o termo pardo. Já Rugendas nos informa a questão de cor de uma maneira um pouco diferente, ao colocar os cabras como sinônimos de caboclos e se referindo a mestiços de negros e índios.⁹⁵ Não é o que percebemos na leitura dos inventários de São José. Em Minas Gerais, a aceção mais comum para cabra, segundo Libby, é de mestiço: refere-se a filhos em que os pais apresentam origens mistas (pardo, crioulo, mulato ou africano).⁹⁶ Karasch considera-os os brasileiros menos estimados, de uma mistura racial indeterminada, sendo portanto, termo pejorativo.⁹⁷ No entanto, esta denominação não é preponderante em nossa amostra (6,87%), como podemos perceber ao analisarmos a tabela n.º 7.

⁹⁴ DEBRET, Jean Baptiste. **Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil**. São Paulo: Martins; Brasília: INL, 1975. Tomo I, vol II, p. 87.

⁹⁵ RUGENDAS, João Maurício. **Viagem Pitoresca Através do Brasil**. São Paulo, Martins; Brasília, INL, 1976, p. 75.

⁹⁶ LIBBY, Douglas Cole. **A empiria e as cores: representações identitárias nas Minas Gerais dos séculos XVIII e XIX**. (mimeo), p. 11.

⁹⁷ KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 39. A autora ainda fala dos cafuzos, caribocos, indígenas, não pontuados em nosso trabalho (pp. 39-41). Menciona as expressões “negro novo”, “boçal” e “ladino”, referindo-se ao conhecimento da língua e adaptação ao Brasil (p. 43). Pontua a expressão “de nação”, comum também em nossa amostragem documental. Geralmente aplicava-se para nacionalidades desconhecidas, podendo representar tanto africano como brasileiro (pp. 42-3). Entretanto em nossa documentação, percebe-se que se trata de africanos sem maiores especificações.

Tabela n°. 7*
Escravos de origem nacional, São José Del Rei, 1830-1850

Brasileiros	Crioulos		Cabras		Mulatos		Pardos		Não Identificados	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
1830-1840	575	428	55	45	3	1	110	121	35	39
1841-1850	295	276	28	21	1	4	51	49	15	18
1830-1850	870	704	83	66	4	5	161	136	50	57

Fonte: Escritório Técnico do IPHAN de São João Del Rei. Inventários *post-mortem* da Vila de São José, 1830-1850.

* Estão excluídos desta tabela 36 escravos para os quais não há referência nos inventários quanto ao sexo.



Figura 2 - Prancha 45 – NEGROS CRIoulos (RUGENDAS)⁹⁸

⁹⁸ RUGENDAS, João Maurício. **Viagem Pitoresca Através Do Brasil**. 8ª ed. Belo Horizonte, Itatiaia, São Paulo: EDUSP, 1979.

Analisando a Tabela nº. 7, percebemos que a maioria absoluta dos escravos de origem nacional era composta de crioulos: dos 62% dos escravos nascidos no Brasil (vide Tabela nº.2)⁹⁹, 72,47% são crioulos. Em segundo lugar aparecem os pardos com 13,67% dos escravos. Os cabras somam 6,87% e os mulatos eram apenas 0,41% da escravaria são-joseense, entre 1830 e 1850. Para os demais escravos, cerca de 5% de nossa amostragem, não há referência mais detalhada sobre sua denominação. Pudemos apenas identificá-los como brasileiros, pois nasceram no país. Embora o termo crioulo tenha o significado de “escravo nascido no Brasil”, preferimos não incluir dentro desta categoria, os cativos para os quais os inventários não faziam esta referência. Ainda que tenhamos a designação “crioulo” para os pais, não incorporamos os escravos que os inventários não chamavam de crioulos nesta categoria.

Uma vez demonstrada a composição das escravarias em São José quanto à conjugação da reprodução endógena com a importação de escravos via tráfico atlântico, devemos nos atentar para os sexos dos escravos que viveram na região em tela. Muitos historiadores mencionaram que o desequilíbrio entre os sexos na escravidão brasileira teria sido o responsável pela promiscuidade presente nas senzalas e pelo baixo nível de constituição de famílias.¹⁰⁰ Os números observados nas tabelas nº.s 5 e 7 acima, se não analisados com o devido cuidado, parecem corroborar tal argumentação. Realmente existia um alto índice de masculinidade nas escravarias do termo de São José. Note-se que o desequilíbrio entre os sexos é bem inferior no grupo de escravos nativos se compararmos aos africanos. Dentre os nativos, existem 1,2 homens para cada mulher cativa. Já entre os africanos para cada mulher, há 3,5 homens escravizados. A título de comparação, João José

⁹⁹ Em números absolutos, havia 2172 escravos nativos (62% do total), ao passo que os africanos somavam 1332 (38%).

¹⁰⁰ Vide a discussão realizada no capítulo 2.

Reis encontrou para Salvador e seus arredores na época do levante malê – anos 1830 – uma ligeira vantagem em favor dos crioulos: eram 92 homens para cada 100 mulheres, enquanto os africanos eram 156 para cada 100 africanas.¹⁰¹

Entre os brasileiros não há nenhuma discrepância nas diversas categorias “de cor”. Eduardo Paiva¹⁰² já havia percebido isto para Minas Gerais em sua obra *Escravidão e Universo Cultural na Colônia*. Cristiany Rocha dá uma boa explicação para o fato:

O fato de a maioria dos crioulos ser nascida na própria fazenda provoca uma grande diferenciação no que se refere às proporções entre os sexos para crioulos e africanos (...) o grupo dos crioulos é bem mais equilibrado do que o dos africanos. Isso porque, enquanto o contingente destes se reproduzia via tráfico, o daqueles crescia naturalmente [e o tráfico prefere escravos homens].¹⁰³

Todavia, o caso dos mulatos deve ser especificado: há mais mulheres do que homens neste grupo, que apresenta a média de 0,8 homens por mulher¹⁰⁴. Mas, em números absolutos, nosso contingente não é significativo: são apenas nove mulatos num universo de 2136 escravos para os quais definimos os sexos.

Entre os africanos encontramos desequilíbrio entre os sexos, com os homens em número muito superior às mulheres (vide Tabela nº.5), em todos os períodos de tempo e em todas as nações. Para comparar, Roberto Guedes apontou para Porto Feliz/SP a existência de 74,2% de homens africanos nas escravarias, o que não ocorreria com os crioulos.

¹⁰¹ REIS, João José. **Rebelião Escrava no Brasil. A história do levante dos malês em 1835**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 26.

¹⁰² PAIVA, Eduardo França. **Escravidão e Universo Cultural na Colônia**. Minas Gerais, 1716-1789. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

¹⁰³ ROCHA. Op. cit., p. 78.

¹⁰⁴ As médias de homem por mulher dentre os brasileiros são as seguintes: 1,23 entre os crioulos; 1,26 para os cabras; 0,8 para os mulatos e 1,18 para os pardos.

Percebe-se, portanto, a recorrência do desequilíbrio sexual.¹⁰⁵ A Tabela nº. 8 apresenta as proporções de escravos homens por cada mulher para as principais nações africanas identificadas nos inventários *post mortem*. Não sabemos como explicar o caso extremo dos monjolos que apresentam 48 homens por cada mulher. Na verdade, só encontramos uma mulher desta nação em nossa pesquisa. Não temos, portanto, como responder o porquê, no caso dos monjolos, houve preferência ainda maior pela importação de homens. A única referência que disponho no momento para tentar entender este fato é o relato de Rugendas. Segundo o viajante, “Os Mongolos (sic) são os menos estimados; são em geral pequenos, fracos, muito feios, preguiçosos e desanimados; sua cor tende para o marrom e são os que se comprar (sic) mais barato”.¹⁰⁶ Mas nesta referência não há nenhuma menção à questão sexual. Desta forma, fica em aberto para pesquisas posteriores a situação especial dos escravos monjolos em São José Del Rei, no período de 1830 a 1850.

Tabela nº.8

Proporção de homens para cada mulher dentre os escravos africanos, 1830-1850

Nações	Angola	Benguela	Cabinda	Cassange	Congo	Ganguela	Mina	Moçambique	Mofumbe	Monjolo	Rebolo	Songo
Homens por cada mulher	2,19	3,26	4,78	4,00	5,15	5,00	2,91	5,00	7,00	48,00	3,00	11,00

Fonte: Escritório Técnico do IPHAN de São João Del Rei. Inventários *post-mortem* da Vila de São José, 1830-1850.

O desequilíbrio entre os sexos no caso dos escravos africanos foi debatido por historiadores. Douglas Libby menciona a existência de estudiosos que apontam para a

¹⁰⁵ GUEDES, Roberto. “Estrutura de Posse e Demografia Escrava (Porto Feliz/SP, 1798-1843.” In PAIVA, Eduardo França; IVO, Isnara Pereira. **Escravidão, mestiçagem e histórias comparadas**. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFGM; Vitória da Conquista: Edunesb, 2008, p. 328.

¹⁰⁶ RUGENDAS. Op. cit., p. 74.

maior adaptação dos homens aos trabalhos pesados executados pelos escravos no Brasil. Por outro lado, há autores, destaca Libby, que têm se voltado para um estudo mais acurado da organização do trabalho e das sociedades africanas. Herbert Klein já sinalizou neste sentido. Segundo ele, as condições de oferta africana poderiam ser mais determinantes do que as demandas americanas no tocante à escolha dos sexos para a compra de escravarias. Geralmente, havia dois homens para cada mulher ofertados no mercado. A mulher era mais valorizada no mercado local africano, em especial por políticas matrimoniais, uma vez que muitas sociedades africanas eram matrilineares e matrilocais. Em termos de trabalho na América, homens e mulheres até poderiam realizar as mesmas tarefas, segundo Klein. Portanto, era na África que se decidia quem viria para a América. Mesmo que os fazendeiros pudessem demonstrar preferência por algum grupo, comprariam os escravos que a eles fossem oferecidos. Manolo Florentino também destacou a questão da oferta de mulheres no mercado cativo. Elas seriam mais caras, pois eram a mão-de-obra predominante na agricultura do continente africano, no que concorda Libby.¹⁰⁷ Todavia, ao observarmos os preços das mulheres nos inventários *post-mortem*, percebemos que eram menos valorizadas que os homens nas escravarias brasileiras.

Este predomínio de homens já foi utilizado como argumento para invalidar a existência de famílias escravas consistentes¹⁰⁸, o que nosso trabalho questiona e mostra que, mesmo havendo mais homens que mulheres, as famílias foram constituídas em números consideráveis e conseguiram manter-se estáveis, até em momentos de tensão, como nas

¹⁰⁷ LIBBY, Douglas C. “As Populações Escravas das Minas Setecentistas: um balanço preliminar.” In: RESENDE, Maria E. L. de; VILLALTA, L. C.. **História de Minas Gerais. As Minas Setecentistas 1**. Belo Horizonte: Autêntica, Companhia do Tempo, 2007, p. 420; KLEIN, Herbert S. **A Escravidão Africana – América Latina e Caribe**. São Paulo: Brasiliense, 1987, pp. 165-167; FLORENTINO, Manolo. **Em Costas Negras – uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)**. São Paulo: Cia. das Letras, 1997, pp. 59-60.

¹⁰⁸ QUEIRÓZ. Op cit; GORENDER. Op. Cit; entre outros.

partilhas, no dizer de Maria Lúcia Teixeira.¹⁰⁹ No próximo capítulo, faremos a análise das famílias que se constituíram nas escravarias da região, demonstrando sua estabilidade.

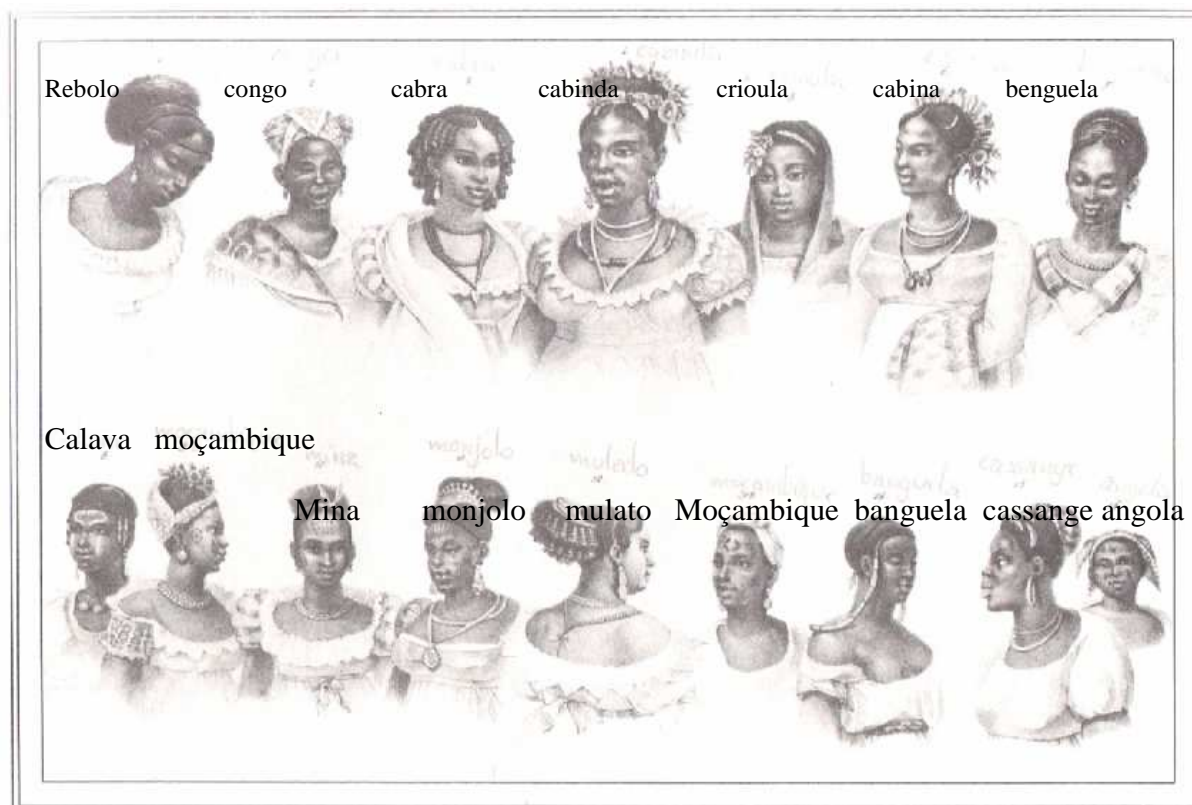


Figura 3 - Prancha 22 (DEBRET: tomo II, vol. II) – Escravas de diferentes nações¹¹⁰

¹⁰⁹ TEIXEIRA, Maria Lúcia Resende Chaves. **Família escrava e riqueza na comarca do Rio das Mortes. O distrito da Lage e o Quarteirão do Mosquito.** São Paulo: Annablume; Coronel Xavier Chaves: Prefeitura Municipal de Coronel Xavier Chaves, 2007, p. 145.

¹¹⁰ DEBRET, Jean Baptiste. **Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil.** São Paulo: Martins, Brasília: INL, 1975, tomo II, vol. III.

Capítulo 2

A estabilidade da família escrava são-joseense

Enquanto escravos, os negros estavam destituídos de todos os direitos, até mesmo sobre sua força de trabalho. Apesar de tudo, constata-se que não ficaram inertes e lutaram de todas as formas para conquistar espaços preciosos que lhes possibilitassem a melhor forma possível de sobrevivência no cativeiro.¹¹¹

Ao estudarmos a história da vida social mineira, percebemos quantas possibilidades de constituição de espaços de convivência e solidariedade eram firmadas na região. A família era um desses espaços privilegiados. Conforme nos informa Júnia Furtado

a família mineira era heterogênea, constituindo-se muito frequentemente à margem da lei, mas dividindo o espaço com as famílias tradicionais de bases patriarcais.(...) Os escravos reproduziam muitos dos valores da sociedade branca, inclusive casando-se legalmente, mas criavam novas normas de comportamento muitas vezes refundindo suas tradições africanas¹¹².

Podemos depreender da citação que a formação de famílias escravas também compunha a realidade brasileira desde o período colonial e, em Minas Gerais, não era diferente. Como se processavam as uniões conjugais entre os escravos mineiros? Para respondermos a essa questão recorreremos aos inventários *post-mortem*.

Por que utilizo os inventários como fontes para o estudo da família escrava e não as fontes paroquiais, como os registros de casamento? Porque naqueles documentos há o reconhecimento dos senhores ao casamento de seus escravos, independentemente do registro paroquial. Mesmo que possam subestimar o número de famílias escravas, os

¹¹¹ FARIA, Sheila de Castro. **A Colônia em Movimento. Fortuna e família no cotidiano colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 398.

¹¹² FURTADO, Júnia Ferreira. **Novas Tendências da Historiografia sobre Minas Gerais no período colonial**. (mimeo), p. 24.

inventários nos fornecem um panorama significativo da vivência familiar entre os escravos reconhecida pelos brancos. Luciano Figueiredo afirma que nas relações amorosas predominavam as famílias ilegítimas.¹¹³ Mesmo não podendo afirmar a legitimidade ou não das famílias com as quais trabalho, o reconhecimento dos próprios senhores da existência delas é o suficiente para percebermos a sua importância. É bem provável que os casais arrolados nos inventários fossem também reconhecidos pela Igreja, ou seja, fossem legalizados, mas não utilizamos as fontes paroquiais para essa confirmação.

2.1 – A Família Escrava na Historiografia Brasileira: as várias interpretações para o mesmo tema

Até os anos 1970, a nossa historiografia postulava que a família escrava não era relevante no contexto brasileiro do escravismo. Os principais argumentos contrários à existência de famílias escravas eram a promiscuidade e a instabilidade dos laços conjugais nas senzalas. Porém, os estudos se renovaram. Novas fontes e metodologias colocaram diferentes questões e interpretações sobre a temática familiar no contexto da escravidão no Brasil.

Gilberto Freyre, em 1933, escreveu uma das principais obras de referência à formação da sociedade brasileira, *Casa Grande e Senzala*, dando bastante destaque para a constituição da família no Brasil colonial. Porém, não fazia uma distinção clara entre a família branca e a família negra. Isto porque sua argumentação pauta-se pelo conceito de “família extensa”, que engloba o marido, a esposa, os filhos, os netos, os avós, os agregados e os escravos, todos interligados pelo domínio patriarcal do marido-senhor¹¹⁴.

¹¹³ FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. **Barrocas Famílias – Vida Familiar em Minas Gerais no Século XVIII**. São Paulo: Hucitec, 1997 (Estudos Históricos), p. 114.

¹¹⁴ FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande e Senzala. Formação da Família Brasileira sob os Regime Patriarcal**. Rio de Janeiro: Record, 1998, 34ª edição.

O autor, embora inovasse na temática e introduzisse o estudo de fontes que viriam a ser valorizadas mais tarde pelos historiadores¹¹⁵, argumentava que a promiscuidade realmente era uma característica da escravidão brasileira. Mas ressalta que esta promiscuidade era fruto do sistema escravista patriarcal do país e não algo que estivesse ligado a uma degeneração dos costumes proveniente do “elemento negro”. Freyre também reconhecia que outras formas familiares, como parapatriarcais, semipatriarcais e antipatriarcias, eram encontradas no Brasil. Partindo para uma reformulação da noção de patriarcalismo, Sílvia Brügger, recentemente, destacou que a inexistência de casamento formal ou sua coexistência com concubinatos não seria motivo para descartar o conceito de patriarcalismo. Segundo a autora, o casamento constituía-se num arranjo familiar baseado nos interesses socioeconômicos e políticos, ao passo que o concubinato satisfaria os interesses pessoais, inclusive no campo afetivo. “A amante não deveria concorrer com a esposa, porque – uma vez mais pode se afirmar – casamento e concubinato não eram instituições equivalentes ou concorrentes.”¹¹⁶

Até os anos 1960, predominaram interpretações mais tradicionais sobre a família no Brasil, como aquela de Freyre, compartilhada por Antônio Candido (a família patriarcal). Os ensaístas Luis de Aguiar Pinto e Alcântara Machado inovaram os estudos sobre famílias ao utilizarem os cronistas e viajantes, sendo que Machado já trabalhava com inventários em suas pesquisas, através dos quais discutiu aspectos da cultura material da sociedade paulista. Todavia, os trabalhos destes ensaístas eram muito mais de genealogia do que problematizações históricas¹¹⁷.

¹¹⁵ Na longa lista de fontes citadas por Freyre, encontramos a valorização da história oral, ao analisar a importância das cantigas das amas negras na formação das crianças brancas, as modinhas, as estórias, as lendas e o folclore, além de ter pesquisado os periódicos e documentos oficiais (chamados pelo autor de “fontes acadêmicas”). In: FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande e Senzala. Formação da Família Brasileira sob o Regime Patriarcal**. Rio de Janeiro: Record, 1998, 34ª edição, pp. lxxviii e lxxix, lxx-lxxii.

¹¹⁶ BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim. **Minas Patriarcal. Família e Sociedade (São João del Rei – Séculos XVIII e XIX)**. São Paulo: Annablume, 2007, pp. 122 e 129. Citação da p. 129.

¹¹⁷ FARIA, Sheila de Castro. “História da Família e Demografia Histórica” in CARDOSO, Ciro; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Campus, 1997, pp. 241-258.

Nos anos 1960, a obra de Freyre passa a ser questionada por um grupo de intelectuais ligados a Caio Prado Jr., que contesta a análise positiva feita pelo autor de *Casa Grande e Senzala* em relação à civilização brasileira. Prado discorda que a relação entre senhor e escravo no Brasil tenha sido mais amena que em outras partes da América. Contesta, portanto, o famoso *mito da democracia racial* brasileira. Não haveria a docilidade nesta relação, como pretendia demonstrar Freyre. Entretanto, cabe ressaltar que Freyre é acusado de criar este mito, embora jamais tenha mencionado esta expressão.

Caio Prado Jr. lamenta a diferença da formação familiar de escravos entre o Brasil e os EUA

... de um lado, a menor proporção de mulheres, pois o tráfico importava muito mais homens, mais úteis para o fim principal visado. Não chegamos nunca à perfeição dos norte-americanos, que “criavam” escravos para negociar com eles; e por isso as mulheres eram menosprezadas. Em segundo lugar pelo fato de militarem contra as alianças com negros – as legais, bem entendido –, preconceitos que são muito maiores que no caso do índio. Esta segunda circunstância tem aliás importância mínima, porque tanto no caso do índio como do negro, a grande maioria dos cruzamentos se realiza fora do casamento.¹¹⁸

Os discípulos de Caio Prado ficaram conhecidos como a Escola Sociológica Paulista. Dentre eles, destacam-se Florestan Fernandes, Roger Bastide e Emília Viotti da Costa. Eles contestaram a benevolência proposta por Freyre e postularam que a escravidão brasileira apresentou um caráter violento e desumano. Desta forma, a família escrava seria inviável dentro da realidade da senzala. A separação por venda ou herança, a significativa desproporção entre os sexos e até o próprio desinteresse dos escravos em constituir famílias impossibilitavam a existência das mesmas¹¹⁹.

¹¹⁸ PRADO JR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 2006, p. 106.

¹¹⁹ Para esta discussão historiográfica, conferir: ROCHA, Cristiany M. **Histórias de famílias escravas – Campinas, século XIX**. Campinas: Editora Unicamp, 2004, cap. 1; SLENES, Robert. **Na senzala, uma flor: as esperanças e recordações na formação da família escrava**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, cap. 1.

Florestan Fernandes elencou todos os elementos acima como os responsáveis pela inexistência de famílias escravas. Já a historiadora Emília Viotti da Costa concordou que a promiscuidade era intensa, devido à escassez de mulheres nas escravarias. Também considerou que os senhores não estavam interessados em promover casamentos de escravos por temerem o ato de separação dessas famílias. No entanto, Viotti percebeu que com o passar do tempo, os casamentos entre escravos tenderam a aumentar, diferentemente do que argumentava Fernandes.

Roger Bastide, atento à desproporção dos sexos nas escravarias, propunha que a promiscuidade levava às relações de uma única mulher com vários homens, o que redundaria em “mãe certa, pai incerto” para os filhos gerados nas senzalas¹²⁰. Suely Queiróz também pretende mostrar que “os escravos não se casavam e, se o faziam, evitavam ter filhos”, pois temiam o desconhecimento dos pais das crianças, dada a promiscuidade reinante.¹²¹

Segundo Sheila Faria, os estudos dos anos 1960 e 1970 que destacavam a inexistência de famílias escravas, devido à desproporção dos sexos e ao desregramento sexual e promiscuidade presente nas senzalas, conduziram à idéia de uma “anomia social”, que sinalizava o fracasso do negro na sociedade brasileira¹²². A partir dos anos 1970, a historiografia brasileira começou a resgatar o estudo da escravidão e ampliou o leque de investigações na área.

As pesquisas de cunho demográfico, adotando as novas fontes, como os registros paroquiais de batismo e casamento, os inventários e testamentos, propiciaram novas interpretações sobre a família escrava brasileira. Ainda nos anos 1970, o estudo da

¹²⁰ ROCHA, Cristiany M. **Histórias de famílias escravas – Campinas, século XIX**. Campinas: Editora Unicamp, 2004, p. 29.

¹²¹ QUEIRÓZ, Suely Robles Reis de. “Escravidão Negra em Debate” in FREITAS, Marcos Cezar de (org.). **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. SP, Contexto, 1998, p. 114.

¹²²FARIA, Sheila S. de Castro. “Identidade e Comunidade Escrava: um ensaio”. **Tempo**, vol. 11, n. 22, pp. 122-146.

economia doméstica e a interdisciplinaridade com as ciências sociais lograram novas perspectivas para o estudo da família¹²³.

A redemocratização do Brasil nos anos 1980, trouxe à tona os estudos sobre os marginalizados dentro da sociedade em que viveram, destacando-se em nosso país a questão da escravidão. Influenciada pelas metodologias de pesquisa francesas e pelo conceito de “economia moral” proposto por Thompson¹²⁴, surgiu a história social da escravidão no Brasil. Neste sentido, as novas fontes demográficas contribuíram para a relativização da imagem da família escrava presente até o momento. Imagem esta, muito influenciada pela visão racista e enviesada dos viajantes europeus do século XIX, conforme veremos no próximo tópico deste capítulo.

Os argumentos que pesam contra a consistência de famílias escravas, tais como os citados por Suely Queiroz (a predominância de escravos homens; a baixa taxa de fecundidade das cativas, que, muitas vezes, praticavam o aborto para terem os filhos “livres” da escravidão, caracterizando o repúdio ao cativo; e a falta de privacidade dentro das senzalas, aliada ao abuso sexual dos senhores em relação às cativas)¹²⁵ passaram a ser questionados pelos novos estudos. Entretanto, ainda há autores que se pautam por estas idéias nos anos 1990. Jacob Gorender¹²⁶, por exemplo, afirma que as famílias escravas seriam inviáveis economicamente, uma vez que os homens compunham a maioria dos cativos nos plantéis, por serem de uma aplicação mais adequada aos trabalhos exaustivos do que as mulheres. O autor critica a reabilitação da escravidão, ao resgatar a benevolência que Freyre postulava nos anos 1930. Cabe aqui

¹²³ FARIA, Sheila de Castro. “História da Família e Demografia Histórica” in CARDOSO, Ciro; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Campus, 1997, pp. 241-258. A autora destaca os trabalhos de Maria Luíza Marcílio e Eni Samara.

¹²⁴ THOMPSON, E.P. “The moral economy of the English crowd in the eighteenth century”. **Past and Present**, nº 50, 1971. Apud: ROCHA, Cristiany M. **Histórias de famílias escravas – Campinas, século XIX**. Campinas: Editora Unicamp, 2004, p. 37.

¹²⁵ QUEIRÓZ, Suely Robles Reis de. “Escravidão Negra em Debate” in FREITAS, Marcos Cezar de (org.). **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. SP, Contexto, 1998, p.111.

¹²⁶ GORENDER, Jacob. **A Escravidão Reabilitada**. São Paulo, Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, Ed. Ática, 1990.

apontar a argumentação de Robert Conrad, que segue a linha de pensamento de Queiroz. Em suas palavras:

Um grande e permanente tráfico de escravos era necessário porque os africanos no Brasil, e seus descendentes, encontraram **condições tão prejudiciais à sua saúde e bem estar que não se reproduziam: não eram capazes de por si mesmos procriar** e formar até a maturidade as gerações de que seus “senhores” necessitavam para plantar os campos e trabalhar nas colheitas.¹²⁷

Mas o debate sobre a escravidão não abalou o estudo da família escrava. Ao contrário, propiciou o surgimento de inúmeros trabalhos de pesquisa em fontes diversificadas.

Um exemplo são as obras de Florentino e de Góes. Eles corroboram a predominância de escravos do sexo masculino citada por Queiroz: a cada quatro cativos que desembarcavam no Rio de Janeiro, sendo a maioria entre 15 e 40 anos, três eram homens. Em trabalho individual, Florentino encontrou na primeira metade do século XIX, uma proporção de 3,2 homens africanos por mulher. Se considerados apenas os adultos esta proporção é de 3,4 por 1. A cada 10 cativos, nove tinham entre 10 e 34 anos¹²⁸. No entanto, Florentino e Góes têm por objetivo comprovar a existência e a estabilidade da família escrava no Rio de Janeiro na transição da colônia para o Império. Postulam que o parentesco nas escravarias adquiria a função de um mecanismo de manutenção do escravismo, na medida em que o tráfico atlântico lançava novos escravos africanos nessas escravarias e havia a necessidade de formação de laços de parentesco que unissem e contribuíssem para a socialização dos mesmos escravos¹²⁹.

¹²⁷ CONRAD, Robert Edgar. **Tumbeiros: o tráfico de escravos para o Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 11, grifo nosso.

¹²⁸ FLORENTINO, Manolo. **Em Costas Negras – Uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)**. São Paulo: Cia das Letras, 1997, p. 59.

¹²⁹ FLORENTINO, Manolo.; GÓES, José Roberto. **A paz das senzalas: Famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1850**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997; FLORENTINO, Manolo. “O tráfico negreiro e o parentesco na família escrava”. **Ciência Hoje**. Rio de Janeiro, v. 27, nº157, fevereiro de 2000, pp 44-51.

Dessa forma, “os cativos faziam e refaziam o parentesco enquanto o mercado produzia e produzia mais uma vez o estrangeiro”¹³⁰.

Elione Guimarães pontua a família escrava num contexto de violência entre cativos em Juiz de Fora, Minas Gerais, na segunda metade do século XIX. Guimarães observou uma tensão maior em pequenos plantéis e a busca por privilégios por parte dos escravos, tais como o pecúlio ou a constituição de família. A autora considera esses privilégios como conquistas adquiridas crescentemente a partir dos anos 1850. Todavia, a constituição de famílias poderia ser motivo de violência, uma vez que rixas amorosas existiam constantemente, agravadas ainda pela desproporção entre os sexos. Elione nos informa que os casos de crimes dos cativos juiz-foranos estavam relacionados às tentativas de constituir família ou às retaliações por separações de membros familiares. Ela acredita que as leis de proteção às famílias escravas eram comumente descumpridas.¹³¹

Teixeira, ao estudar o Distrito da Lage, no termo da Vila de São José, percebeu um alto índice de casamentos escravos formais, tendo em vista as dificuldades impostas pela Igreja e a alta masculinidade escrava nos plantéis. Segundo a autora, nos mapas de casamentos, que surgiram no distrito na década de 1840, havia registro de 85 casamentos dos quais 39 foram de escravos, o grupo que mais casou, pois para os brancos havia 20 registros, eram 18 registros de casamentos entre pardos e 8 registros de pretos livres casados.¹³² Sheila Faria comenta que a crescente presença no nível local da Igreja, instância que se opunha à separação de casais e de pais e filhos, pode ter desincentivado os senhores a formalizarem o casamento entre seus escravos, sobretudo

¹³⁰ FLORENTINO, Manolo.; GÓES, José Roberto. Op. cit., p. 36.

¹³¹ GUIMARÃES, Elione Silva. **Violência entre parceiros de cativo. Juiz de Fora, segunda metade do século XIX.** São Paulo: fapeb, Annablume, 2006, pp. 52-3, 59-61, 147-154.

¹³² TEIXEIRA, Maria Lúcia Resende Chaves. **Família escrava e riqueza na comarca do Rio das Mortes. O distrito da Lage e o Quarteirão do Mosquito.** São Paulo: Annablume; Coronel Xavier Chaves: Prefeitura Municipal de Coronel Xavier Chaves, 2007, quadro 3.1, p. 109.

após 1831, quando parecia que o tráfico africano estava ameaçado e que o mercado de escravos iria internalizar-se.¹³³ Silvia Brügger aponta que para a primeira metade do século XIX, em Minas Gerais, a argumentação de Faria não é corroborada pelos registros de casamentos encontrados em São João Del Rei. De acordo com Brügger, somente na segunda metade do XIX, devido ao processo de romanização da Igreja, haveria maior rigor burocrático, tornando-se um empecilho aos casamentos.¹³⁴ Maísa Faleiros da Cunha menciona a intensa busca de casamentos por parte dos escravos de Franca (São Paulo) durante o século XIX e pontua que um maior número de africanos se casou na região, que apresentava uma maior oferta dos serviços eclesiais. Dessa forma, registraram-se em Franca 29% de escravos casados, sendo 23,8% homens e 34,9% mulheres.¹³⁵ A documentação usada por Teixeira, os mapas de casamento, só surgiram na Lage na década de 1840, quando foi instituída a paróquia no distrito. Para o período anterior existem fontes paroquiais, no escopo documental da Vila de São José, que não foram trabalhadas pela autora. Portanto, não há especificação dos índices de casamentos formais em todo o período por ela estudado (1790-1850). Dessa forma, não podemos cotejar seu argumento com o de Faria, em relação à diminuição de casamentos entre as duas leis de fim do tráfico (1831 e 1850), já que a segunda autora utilizou-se dos inventários *post-mortem* como fonte. Faria utilizou fontes paroquiais com o intuito de estudar a especificidade de Campos e região, a qual apresentava alto índice de legitimidade após 1831. Todavia, os dados de Teixeira são condizentes com a argumentação apresentada por Brügger.

¹³³ FARIA, Sheila de Castro. **A Colônia em Movimento. Fortuna e Família no Cotidiano Colonial.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, pp.53-4.

¹³⁴ BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. **Minas Patriarcal. Família e Sociedade (São João del Rei – Séculos XVIII e XIX).** São Paulo: Annablume, 2007, p. 78.

¹³⁵ CUNHA, Maísa Faleiros da. **Demografia e Família Escrava. Franca – SP, Século XIX.** Campinas: Unicamp, 2009, tese de doutorado, pp. 80-82.

Observando poucos casamentos formais, mas aceitando a existência significativa de famílias escravas, discorre Luciano Figueiredo¹³⁶ acerca da prostituição generalizada entre os pobres (incluindo aqui também os escravos) que ocorria em Minas Gerais no século XVIII. Figueiredo pontua o papel de alcoviteiros que facilitavam a degradação moral da sociedade mineira. Frisa enfaticamente a participação de viúvas, esposas, filhas, cunhadas, irmãs que se prostituíam para melhorar a situação financeira familiar. No caso de escravas, os senhores tentavam, diz ele, “fazer do ventre cativo uma oportunidade de negócio”¹³⁷ e, muitas vezes, realmente aliavam a exploração do trabalho à exploração sexual das negras.

Quanto aos casamentos, nos informa Figueiredo, que era difícil a ocorrência deles em concordância com os preceitos religiosos, devido à burocracia demandada, porém pouco oferecida no interior de Minas Gerais, devido à falta de *profissionais* da Igreja. Aí se encontra, então, a opção pelo concubinato, muito comum nas Minas dos fins do XVIII.

Silvia Brügger matiza a discussão da legitimidade. Para São João Del Rei, no período de 1736 a 1850, a autora percebeu uma variação entre 50 e 60% nos índices de legitimidade dos nascimentos para todos os setores sociais (livres, libertos e escravos).¹³⁸ A ilegitimidade entre os cativos é maior nas cidades, ao que Silvia atribui o fato de haver escravarias menores no meio urbano. Ao mesmo tempo, o período compreendido pelos anos 1831 a 1850, é o que demonstra haver maior índice de filhos ilegítimos nos registros de batismo de mancípios. Talvez a argumentação de Sheila Faria de uma tentativa dos senhores de impedir os casamentos de negros, temendo a

¹³⁶ FIGUEIREDO, Luciano. “Mulheres nas Minas Gerais” in PRIORE, Mary Del. **História das Mulheres no Brasil**. SP, Contexto, 1997, pp. 141-188. Entretanto, cabe ressaltar aqui que o autor generaliza em demasia a promiscuidade, mesmo que se baseie em fontes documentais como as “Devassas”. Seu trabalho é referente ao século XVIII.

¹³⁷ FIGUEIREDO, Luciano. “Mulheres nas Minas Gerais” in PRIORE, Mary Del. **História das Mulheres no Brasil**. SP, Contexto, 1997, p. 164.

¹³⁸ BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. **Minas Patriarcal. Família e Sociedade (São João del Rei – Séculos XVIII e XIX)**. São Paulo: Annablume, 2007, p.73.

interferência da Igreja para que não houvesse dissolução familiar, pudesse ajudar a explicar essa ilegitimidade. Lembremos que esse anos seriam de uma conjuntura de crise das exportações de escravos em alguns períodos.¹³⁹

De qualquer maneira, é bom citar Florentino e Góes mais uma vez:

Ora, embora parte da historiografia se esmera em ressaltar o desregramento nas relações afetivas e familiares entre os escravos, os exemplos (...) mostram que muitas vezes estas relações, mesmo quando não sancionadas, deveriam ser por todos respeitadas. As transgressões poderiam fazer com que os atores se despissem de suas vestes jurídicas de livres e cativos, pondo-os frente a frente apenas na sua condição de homens e mulheres – insinuosos, possessivos, ciumentos e vingativos como quaisquer outros.¹⁴⁰

Isto nos conduz a pensar que a família escrava era um fator de negociação. Slenes diz que senhores e escravos teriam interesse em sua constituição. A família cativa, ao mesmo tempo que promove a autonomia do escravo, também promove sua dependência, tornando-se um arrimo para o escravismo, podendo ser, ainda, o seu abalo.¹⁴¹ Cristiany Rocha concorda com Slenes:

A família escrava era, ao mesmo tempo, fator de manutenção e de limitação do domínio senhorial. Se, de um lado, ela “pacificou” os escravos dentro das senzalas, de outro ela cobrou respeito aos seus laços de parentesco e amizade.¹⁴²

A busca pela formação de famílias escravas pode ser considerada como um instrumento para o escravo na tentativa de socializar-se. Além disso, ao constituir família, muitas vezes, os escravos passavam a ter acesso a terra para trabalhar por conta própria, o que poderia gerar um pecúlio.¹⁴³ As habitações para os casais poderiam ser individuais, isto é, separadas da senzala onde viviam os solteiros, o que permitiria maior

¹³⁹ BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim. **Minas Patriarcal. Família e Sociedade (São João del Rei – Séculos XVIII e XIX)**. São Paulo: Annablume, 2007, pp. 116-120.

¹⁴⁰ FLORENTINO, Manolo.; GÓES, José Roberto. **A paz das senzalas: Famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1850**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997, pp. 80-81.

¹⁴¹ SLENES, Robert. **Na senzala, uma flor: as esperanças e recordações na formação da família escrava**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p.28.

¹⁴² ROCHA, Cristiany M. **Histórias de famílias escravas – Campinas, século XIX**. Campinas: Editora Unicamp, 2004, p. 51.

¹⁴³ Pecúlio era uma quantia ajuntada pelos escravos em trabalhos que lhes eram permitidos realizarem por sua própria conta. Geralmente os escravos tentavam comprar suas alforrias com este pecúlio.

privacidade¹⁴⁴. Este último argumento é muito utilizado para desconstruir a clássica afirmação que os escravos não se interessavam pelo casamento formal¹⁴⁵.

Sheila Faria traz algumas informações e lança hipóteses para a questão das habitações dos negros. Durante o período colonial, as referências em inventários *post-mortem* às casas de morada, no plural, portanto, demonstrava a diversidade da habitação. Todavia, não eram comuns as menções às moradas de cativos. Para as casas de escravos a autora traz três hipóteses. A primeira versa sobre o valor quase nulo das senzalas que, por isso, não seriam avaliadas em inventários. O segundo argumento é que as casas de escravos eram de propriedade deles mesmos, daí não serem avaliadas pelos senhores, o que está de acordo com o que pensava o viajante Rugendas, em especial para os negros casados. Por fim, Sheila Faria tende a acreditar que os escravos moravam junto com o senhor, provavelmente em cômodos separados, mas dentro da casa, onde também havia despensa, cozinha, engenhocas etc. em vários casos, contribuindo para a referência a “casas de morada” ou “casas de vivenda”, no plural. Segundo Faria, no século XIX começam mudanças: a casa é singularizada e há maior referência a senzalas.¹⁴⁶

Slenes argumenta sobre a constituição da morada de escravos, partindo de estudos sobre os viajantes e as representações escritas e imagéticas por eles registradas. O casamento permitiria maior controle sobre a morada para o escravo. Em senzala-pavilhão, o cativo casado teria compartimento idêntico ao do solteiro, porém dividiria o espaço menos congestionado com o parceiro de sua escolha. Onde havia senzalas do tipo “barracão”, os cônjuges negros teriam um recinto menor e separado do barracão, portanto, individualizado, diferente do que ocorreria com os solteiros. Esse recinto

¹⁴⁴ Rugendas menciona a existência de cabanas separadas para os casais escravos.

¹⁴⁵ ROCHA, Cristiany M. **Histórias de famílias escravas – Campinas, século XIX**. Campinas: Editora Unicamp, 2004, p. 51.

¹⁴⁶ FARIA, Sheila de Castro. **A Colônia em Movimento. Fortuna e Família no Cotidiano Colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, pp. 368-373.

deveria localizar-se dentro do próprio barracão ou haveria pequenas cabanas isoladas.¹⁴⁷

Mais adiante, esse assunto é retomado.

A formação da família escrava no Brasil, segundo trabalhos mais recentes, levou em conta fatores ligados à origem étnica e racial dos cativos. Mariza Soares¹⁴⁸ trabalha com a identidade étnica dos escravos que compunham a Irmandade dos Pretos no Rio de Janeiro. Da mesma forma, Marcos Ferreira percebe a importância das nações africanas na configuração de sociabilidades entre os escravos no Brasil em contexto de cativo.¹⁴⁹ Ferreira discute as estratégias senhoriais na composição das escravarias, a dependência do tráfico internacional e a possibilidade de reprodução endógena, bem como a importância dos grupos de procedência e da formação da família escrava e, ainda, como tais estratégias não foram suficientes para construir a paz nas senzalas, como no caso da Revolta de Carrancas.¹⁵⁰

Expostas as questões concernentes ao casamento de escravos, passemos à análise do batismo e do compadrio entre eles, embora não seja nosso objetivo nos estender sobre este assunto. Rugendas¹⁵¹ nos diz que entre os próprios escravos havia o desprezo aos não batizados pelos já batizados, pois os últimos encontravam-se em “concordância” com a ordem vigente ditada por preceitos dos senhores brancos. A função do batismo era livrá-los da condição de selvagens e nivelá-los a todos (os escravos).

Segundo Florentino e Góes, o compadrio era uma oportunidade de estabelecimento de laços de proteção entre os escravos. Geralmente, padrinho e afilhado

¹⁴⁷ SLENES, Robert. **Na senzala, uma flor: as esperanças e recordações na formação da família escrava**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, pp. 149-157.

¹⁴⁸ SOARES, Mariza C. **Devotos da cor. Identidade étnica, religiosidade e escravidão**. Rio de Janeiro, século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

¹⁴⁹ Esta discussão será retomada no capítulo 3.

¹⁵⁰ ANDRADE, Marcos Ferreira de. **Elites regionais e a formação do Estado imperial brasileiro: Minas Gerais - Campanha da Princesa (1799-1850)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

¹⁵¹ RUGENDAS, João Maurício. **Viagem Pitoresca Através Do Brasil**. 8ª ed. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, EDUSP, 1979.

(ambos escravos), pertenciam ao mesmo dono, como mostram os dois autores¹⁵². De acordo com Figueiredo¹⁵³, o compadrio, colocado ao lado dos quilombos, dos batuques e das pequenas vendas, servia para sustentar uma solidariedade e o sentimento de resistência cultural entre os escravos. Hebe de Castro¹⁵⁴ pontua que, mais tarde (segunda metade do XIX), os escravos começariam a reivindicar privilégios, demonstrando noções de “mau cativo” e resistindo através de crimes, mas também e, muito comumente, buscavam a prática do apadrinhamento como resistência. Os escravos atando laços de “parentesco” (padrinho e afilhado) se uniam ainda mais contra o sistema de exploração a eles imposto. Nas palavras de Herbert Klein “laços de amizade e comunidade”¹⁵⁵ eram forjados.

Silvia Brügger sintetiza a prática do compadrio para os escravos em São João Del Rei da seguinte forma:

Para as escravas, a escolha dos padrinhos parecia oscilar, preferencialmente, entre os dois extremos sociais: padrinhos livres, visando provavelmente possibilidades de ganhos, para seus filhos ou para si, ou cativos, para reforçar as teias sociais estabelecidas na própria comunidade escrava.¹⁵⁶

Silvia também percebe que poucas vezes os senhores foram padrinhos de seus escravos: em apenas 1,1% dos casos.

Como afirma Faria,

Freyre colocou os negros na história do Brasil. A escola sociológica paulista responsabilizou a escravidão de homens-objeto pela difícil situação dos negros e de seus descendentes no Brasil contemporâneo. A historiografia

¹⁵² FLORENTINO e GÓES. Op. cit.

¹⁵³ FIGUEIREDO, Luciano. “Mulheres nas Minas Gerais” in PRIORE, Mary Del. **História das Mulheres no Brasil**. SP, Contexto, 1997, pp. 141-188.

¹⁵⁴ CASTRO, Hebe M. M. de. “Laços de Família e Direitos no Final da Escravidão” in ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). **História da Vida Privada no Brasil: Império**. SP, Cia. das Letras, 1997, pp. 338-383.

¹⁵⁵ KLEIN, Herbert. **A Escravidão Africana – América Latina e Caribe**. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 194.

¹⁵⁶ BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. **Minas Patriarcal. Família e Sociedade (São João del Rei – Séculos XVIII e XIX)**. São Paulo: Annablume, 2007, p. 285.

antropológica da escravidão permitiu a visualização da humanidade cultural do escravo¹⁵⁷.

Em suma, é nesta nova perspectiva dos estudos sobre a escravidão brasileira que vislumbramos a pesquisa sobre a família escrava, sua composição e estabilidade.

2.2 – A Visão Europeia da Escravidão Brasileira no Século XIX

Vários foram os viajantes europeus que visitaram o Brasil no início do século XIX. Com a vinda da família real portuguesa, ocorreu, em 1808, a “abertura dos portos brasileiros às nações amigas”. Desta forma, não havia empecilhos para os estrangeiros virem à colônia lusa. Por isso, a primeira metade do XIX, trouxe muitos cientistas e naturalistas curiosos em descreverem e mostrarem para o mundo as maravilhas e riquezas que o Brasil escondia. Com a independência do país, em 1822, mais viajantes aportaram em nossas praias e adentraram o interior deste continente¹⁵⁸.

Ao chegarem ao Brasil, muitos deles tinham objetivos científicos; vieram estudar a terra e o que nela havia. Por isso, ao retornarem para a Europa, escreviam livros narrando suas viagens e pesquisas. Dentre os nossos visitantes, escolhi comentar as obras de alguns que estiveram em Minas Gerais, especialmente os que passaram pela comarca do Rio das Mortes, onde se localizava a Vila de São José. Tentaremos entender como eles percebiam os escravos no Brasil e, em especial, a família escrava. Muitos historiadores que refutaram a presença significativa de famílias escravas pautaram suas obras nesses viajantes. Trabalharemos a seguir com os relatos de Auguste de Saint-Hilaire, que esteve no Brasil entre 1816 e 1822; Jean Baptiste Debret, que veio com a Missão Artística Francesa de 1816; J. B. von Spix e C. F. P. von Martius, os quais

¹⁵⁷ FARIA, Sheila de Castro. “História da Família e Demografia Histórica” in CARDOSO, Ciro; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 258.

¹⁵⁸ Para uma sucinta e clara discussão sobre as obras dos viajantes cf. QUEIROZ, Bianca Martins de. “Relatos de Viagem: um olhar sobre as Minas Gerais oitocentistas”. **XV Encontro Regional de História, Sessão de Minas Gerais, Associação Nacional de História, julho de 2006**.

percorreram o Brasil entre 1817 e 1820; Johann Emanuel Pohl, que viajou entre 1817 e 1821 e veio junto com Spix e Martius; João Maurício Rugendas, que percorreu o país na década de 1820, sendo a primeira edição de sua obra de 1835; Robert Walsh, viajante dos anos de 1828 e 1829 e Richard Burton, viajante posterior ao período de pesquisa aqui vislumbrado, que esteve em viagem por Minas Gerais em 1867, quando algumas mudanças já eram sentidas na escravidão do Brasil.¹⁵⁹

Antes de mencionarmos o que cada um deles nos legou em suas crônicas, devemos fazer uma ressalva importante. Eles podiam ser influenciados por vários fatores ao registrarem suas impressões: o êxito ou o fracasso de seus objetivos, a hospitalidade que encontraram, qual era a formação cultural ou religiosa de cada um.¹⁶⁰ Como seus objetivos não tocavam muito a questão da escravidão,

...eles não se empenhavam em registrar minuciosamente o comportamento e os valores dos escravos na vida íntima. Como resultado desse olhar enviesado e míope, essas fontes têm uma certa coerência entre si, pelo menos na sua superfície. Elas coincidem no registro de um quadro patológico no que diz respeito à família escrava, e é compreensível que sua “unanimidade” nesse sentido tenha seduzido muitos historiadores¹⁶¹.

Porém, o olhar enviesado esconde aspectos que podem ser percebidos nas entrelinhas:

¹⁵⁹ SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000; SAINT-HILAIRE, Auguste. **Segunda Viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e São Paulo - 1822**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. USP, 1974; DEBRET, Jean Baptiste. **Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil**. São Paulo: Martins, Brasília: INL, 1975, tomo I, vol. II, tomo II, vol. III; SPIX, J.B. von, MARTIUS, C. F. P. von. **Viagem pelo Brasil. 1817 – 1820**. São Paulo: Melhoramentos, Brasília: INL, 1976, 3ª edição (3 volumes); POHL, Johann Emanuel. **Viagem no Interior do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: EDUSP, 1976; RUGENDAS, João Maurício. **Viagem Pitoresca Através Do Brasil**. 8ª ed. Belo Horizonte, Itatiaia, São Paulo: EDUSP, 1979; WALSH, Robert. **Notícias do Brasil (1828-1829)**. Belo Horizonte, Itatiaia, São Paulo: EDUSP, 1985, vol. 1; BURTON, Richard. **Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1976.

¹⁶⁰ KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, pp. 21-22.

¹⁶¹ SLENES, Robert. **Na senzala, uma flor: as esperanças e recordações na formação da família escrava**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 132

...é possível usar os textos do século XIX para recuperar os *projetos* dos escravos para a vida familiar e as “esperanças” e “recordações” que os orientavam.¹⁶².

(...) o racismo, os preconceitos culturais e a ideologia do trabalho da época predispunham os viajantes europeus e os brasileiros “homens de bem” a verem os negros (...) como desregrados¹⁶³.

Mas os viajantes também deixaram pistas para mapearmos as famílias escravas brasileiras.

Saint-Hilaire, embora objetivasse recolher plantas para estudá-las e catalogá-las, observou o comportamento dos negros na sociedade mineira¹⁶⁴. Nas entrelinhas, revelam-se percepções de grande valia ao nosso estudo. Os escravos sempre aparecem mencionados apenas como componentes das paisagens das fazendas, uma vez que constituíam sua mão-de-obra. O autor menciona a depravação dos costumes e a promiscuidade das relações sexuais. Vejamos suas palavras:

Um colono dos arredores de S. João, em cuja casa me hospedei, tinha por escrava uma mulata que, sem ser casada, se tornara mãe de vários filhos. Um deles tinha por pai o próprio senhor; os demais pertenciam a vários pais e eram escravos do senhor. Toda essa gente vivia em promiscuidade, e costumes tais são tão generalizados que não espantam a ninguém¹⁶⁵.

Ao mesmo tempo, o francês diz que os percalços para o casamento existem, tais como as despesas com o vigário da vara e os proclamas, o que desencoraja a união de escravos no matrimônio¹⁶⁶. Estes argumentos contribuíram para a construção da ideia de “anomia social” na historiografia sobre os escravos, a qual já foi comentada no primeiro

¹⁶² SLENES, Robert. **Na senzala, uma flor: as esperanças e recordações na formação da família escrava**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 133. Ver também SLENES, Robert; FARIA, Sheila. “Família escrava e trabalho”. **Tempo**. Rio de Janeiro, vol. 3, nº 6, dez. 1998, pp. 37-47.

¹⁶³ SLENES, Robert. **Na senzala, uma flor: as esperanças e recordações na formação da família escrava**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 141.

¹⁶⁴ As obras que analiso de Saint-Hilaire são apenas as que se referem a Minas Gerais, pois é desta província o meu objeto de estudo. Ele também visitou o Rio de Janeiro, Espírito Santo, Goiás, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

¹⁶⁵ SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000, p. 203.

¹⁶⁶ SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000, p. 84.

tópico deste capítulo. Outro comentário interessante de Saint-Hilaire é o episódio de sua passagem pela Fazenda da Cachoeirinha, a caminho de Carrancas. As negras da fazenda estavam enclausuradas separadamente dos negros, pois os senhores estavam ausentes de sua propriedade. À noite, elas começaram a brigar e a “lançar-se em rosto, reciprocamente, as suas aventuras amorosas para, depois, continuarem a cantar como dantes.”¹⁶⁷ As aventuras amorosas e o fato de estarem separadas dos homens da fazenda revelam a existência de relações sexuais entre eles, denotando até um certo ciúme de uma escrava para com a outra, provavelmente em disputa por um homem do plantel.

Se Saint-Hilaire, por um lado, nos fala da promiscuidade e da dificuldade de se casar, por outro, nos descortina uma visão de um escravo acerca do casamento. Isso nos leva a pensar na frequência em que estes casamentos ocorriam, a qual os viajantes não enxergam, provavelmente por causa de seus preconceitos arraigados no inconsciente. Do trecho transcrito abaixo podemos depreender algumas questões que voltarão a ser trabalhadas posteriormente:

“Você naturalmente se aborrece vivendo muito só no meio do mato?” _ Nossa casa não é muito afastada daqui; além disso eu trabalho. _ Você é da costa da África; não sente algumas vezes saudade de sua terra? _ Não: isto aqui é melhor; não tinha ainda barba quando vim pra cá; habituei-me com a vida que passo. _ Mas aqui você é escravo; não pode jamais fazer o que quer. _ Isso é desagradável, é verdade; mas o meu senhor é bom, me dá bastante de comer: ainda não me bateu seis vezes desde que me comprou, e me deixa tratar da minha roça. Trabalho para mim aos domingos; planto milho e mandubis (*Arachis*), e com isso arranjo algum dinheiro. _ É casado? _ Não: mas vou me casar dentro de pouco tempo; quando se fica assim, sempre só, o coração não vive satisfeito. Meu senhor me ofereceu primeiro uma crioula, mas não a quero mais: as crioulas desprezam os negros da costa. Vou me casar com outra mulher que a minha senhora acaba de comprar; essa é da minha terra e fala minha língua.”¹⁶⁸

¹⁶⁷ SAINT-HILAIRE, Auguste. **Segunda Viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e São Paulo - 1822**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. USP, 1974, p. 47.

¹⁶⁸ SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000, p. 53.

Primeiro, a necessidade do casamento para os escravos – “quando se fica assim, sempre só, o coração não vive satisfeito” – o que implica que o casamento provavelmente era um projeto a que almejava a maioria dos escravos. Outra questão de suma importância para o nosso trabalho aqui levantada é a da escolha dos parceiros. Nota-se que havia o desejo de os escravos africanos conseguirem se casar com escravas igualmente africanas. Parece que o inverso também poderia ocorrer – “as crioulas desprezam os negros da costa” – o que indica que elas preferiam os escravos nascidos no Brasil ou, se africanos, que fossem de outra região que não a Costa da Mina. A preferência dos escravos, todavia, não garantia sucesso para seus planos. A determinação senhorial era constante. A análise dos casamentos a partir da documentação por nós usada presente no tópico 2.3 e no capítulo 3 mais adiante demonstra que, embora os senhores pudessem em alguns casos satisfazer anseios de seus escravos, isso só ocorreria mediante a existência de interesse por parte dos donos dos cativos. Segundo João Reis e Eduardo Silva, seria uma estratégia de negociação nas senzalas,¹⁶⁹ mas não significa que os escravos fossem, em última instância, os árbitros das escolhas matrimoniais.¹⁷⁰

Enquanto Saint-Hilaire nos forneceu significativas informações sobre a família escrava, Debret nos é menos explícito nesta questão. Embora não deixe claro em seus textos a configuração de famílias negras, o artista nos revela em suas pranchas importantes cenas do cotidiano da escravidão.

¹⁶⁹ REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

¹⁷⁰ Marcos Ferreira analisa o mesmo trecho de Saint-Hilaire por nós transcrito e aponta as limitações impostas aos cativos pelo sistema escravista em seus projetos pessoais. Cf. ANDRADE, Marcos Ferreira de. **Elites Regionais e a Formação do Estado Imperial Brasileiro**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008, pp. 293-294.



Figura 4 - Prancha 6 (DEBRET: tomo II, vol. II) – Uma senhora brasileira em seu lar.



Figura 5 - Prancha 7 (DEBRET: tomo II, vol. II) – O jantar no Brasil.

A prancha 6 de Debret retrata um lar brasileiro com sua senhora dedicada à costura, calmamente sentada em sua marquesa e uma garota, provavelmente a sinhazinha, filha da senhora, aparentemente fazendo suas lições de leitura. Há duas escravas entretidas no mesmo trabalho que sua senhora, porém sentadas no chão; um jovem escravo vem servir um refresco para a senhora; e, finalmente, compondo o restante da cena, dois negrinhos brincam pelo chão. Não há referências sobre a origem

ou família destes negrinhos. Na mesma atitude de animais de estimação que os pequenos escravos aparecem na prancha 6, eles são retratados na prancha 7. Nesta última, onde é pintado um jantar, observamos que a senhora parece brincar com seus “doguesinhos”.¹⁷¹ Estas crianças escravas deveriam ser filhas de cativos pertencentes aos mesmos senhores. Embora não tenhamos como afirmar com certeza, podemos fazer a interpretação destas crianças como, de certa forma, membros da família senhorial, uma vez que deviam ser filhos dos escravos domésticos. É o que nos aponta o depoimento de outro viajante, Pohl¹⁷² que, embora descrevesse os escravos mais como simples mão-de-obra, procedeu a uma observação de extrema valia para este trabalho. Diz ele:

Se um negro bem comportado se enamora de uma escrava da casa, nada impede que se casem, e aí recebem um aposento para morar. Os seus filhos, aliás escravos também são considerados como membros da família e – tal é o poder da educação e do costume – prestam, depois, os melhores serviços¹⁷³.

Podemos cogitar, então, que os escravos domésticos seriam de maior confiança para os senhores, os quais, em troca, davam-lhes as benesses de se casarem e poderem ter filhos legítimos. Seus filhos seriam congregados à família dos próprios senhores¹⁷⁴.

Os cientistas Spix e Martius¹⁷⁵ estavam muito mais interessados em suas pesquisas do que em desviar-se de seus objetivos com informações do modo de vida no Brasil. Pontuaram a botânica, a zoologia, a geologia e a etnografia. Por isso, em sua obra, os escravos só foram mencionados *en passant*. O único interesse destes autores

¹⁷¹ Esta é a expressão utilizada por Debret para referir-se aos bebês escravos das suas pranchas, os cachorrinhos. DEBRET. Op. cit., vol. II, tomo I, p. 137.

¹⁷² POHL. Op. cit. O austríaco era mineralogista da Missão Francesa, mas acabou se interessando pela botânica brasileira, contribuindo para o seu estudo.

¹⁷³ Idem, ibidem, p. 43.

¹⁷⁴ DEBRET. Op. cit., tomo II, vol.III, p. 174.

¹⁷⁵ SPIX; MARTIUS. Op. cit.

nos escravos era em mencionar os seus “tipos” etnográficos, no que não diferem significativamente do que Rugendas e Debret nos apresentaram.

Já Robert Walsh, embora sem detalhar a questão da família escrava, pontua a existência de mães e filhos. Não é possível perceber, entretanto, em sua obra, se as mães eram casadas ou solteiras.¹⁷⁶

Outro viajante que esteve em Minas Gerais foi Rugendas. Ele menciona que os senhores facilitavam o casamento de seus escravos, pois isto ajudaria em sua adaptação ao cativeiro¹⁷⁷. O autor também nos diz que “... aos recém-casados se dá um pedaço de terra para construir sua cabana e plantar, por conta própria, em certos dias.”¹⁷⁸ Estas cabanas não são mencionadas nos inventários do termo de São José. Onde elas estariam localizadas? Seriam consideradas propriedade exclusiva dos escravos e, por isso, não são mencionadas na descrição de bens dos proprietários? Ou seriam apenas locais separados da senzala como a bibliografia por nós consultada aponta? São questões que não podemos responder no momento e que, com certeza, carecem de documentação para a sua resposta. Vimos as hipóteses apresentadas por Sheila Faria e por Slenes algumas linhas acima.

O último autor comenta a imagem abaixo que compõe a obra de Rugendas: choupana pequena, sem janelas e coberta de palha. Era hábito costumeiro construir as casas dos negros sem janelas. Acreditava-se que impediria a fuga de escravos à noite, momento em que permaneceriam trancados. Todavia, Slenes aponta uma afinidade com os padrões da arquitetura africana. A falta de janelas poderia acenar para uma escolha senhorial num primeiro momento. Mas essa escolha também pode ter sido adotada pelos

¹⁷⁶ WALSH. Op. cit., p. 201. Mas há um fato interessante levantado pelo viajante inglês: a existência de enjeitados. Segundo um Alvará de 1775, todos os filhos de escravos enjeitados deveriam ser considerados livres. Tentou-se não cumprir esta lei, mas um decreto de 1823 fez com que fosse cumprida. A estratégia de libertar os filhos do cativeiro deve ter sido utilizada pelas escravas brasileiras. Infelizmente não trabalharemos com esta questão, por fugir a nossa proposta de pesquisa.

¹⁷⁷ RUGENDAS. Op. cit., p. 142.

¹⁷⁸ RUGENDAS. Op. cit., p. 144.

cativos africanos, retomando valores culturais da África. Nas senzalas, ardia um fogo constante em um cômodo, ao passo que no outro estava a cama armada sobre paus. Estudiosos da África, segundo Slenes, mencionam que este é o padrão comum nas construções tradicionais da África Ocidental e da África Central.¹⁷⁹



Figura 6 - Prancha 85 (RUGENDAS) - Habitação de negros

Por fim, devemos apresentar a percepção de Richard Burton sobre a escravidão no Brasil, numa época em que não mais existia o tráfico negro, no fim da década de 1860. O viajante menciona a benevolência da escravidão no Brasil, onde os cativos tinham direitos como os livres, tais como a instrução, a catequese, a compra da liberdade e a constituição de famílias. Em suas palavras:

¹⁷⁹ SLENES, Robert. **Na senzala, uma flor: as esperanças e recordações na formação da família escrava**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, especialmente pp. 149-180, em que se discute a arquitetura das senzalas.

O escravo é legalmente casado e a castidade de sua esposa é defendida contra o senhor. Tem pouco receio de ser separado da família: os instintos humanos e os princípios religiosos do povo se opõem decididamente a esse ato de barbaridade (...) Um velho costume permite-lhe comprar a própria liberdade com seu trabalho e aplicar seus bens na manumissão da esposa e dos filhos.¹⁸⁰

Apesar dessas observações, Burton não menciona famílias escravas pelos locais por que passou.

O que percebemos ao ler os viajantes é que sua contribuição para o estudo da família escrava é grande, apesar das limitações apresentadas. Nas entrelinhas e em detalhes, como as gravuras, depreendemos aspectos significativos da vivência familiar dos escravos. Após este exercício, passemos a analisar mais detalhadamente a conformação das famílias escravas em São José Del Rei e seu termo, na Comarca do Rio das Mortes, entre os anos de 1830 e 1850.

2.3 – Estabilidade ou separação de famílias: a historiografia das partilhas de escravos entre os herdeiros dos senhores falecidos

Apesar da existência da família escrava ser um fato já comprovado e aceito pela historiografia, o debate sobre a estabilidade da família escrava ainda não foi superado para alguns autores, como Suely Queiroz e Gorender, por exemplo¹⁸¹. Atualmente, a relevância da família escrava nos estudos históricos se relaciona às estratégias de forjar redes de solidariedade e resistência no cativeiro, como nos informam Slenes, Florentino

¹⁸⁰ BURTON, Richard. **Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1976, pp. 233-234.

¹⁸¹ QUEIROZ, Suely R. R. de. Op. Cit; GORENDER, Jacob. **A escravidão reabilitada**. São Paulo: Ática, 1990, ambos discutidos no tópico 2.1.

e Góes em seus trabalhos para as províncias de São Paulo e Rio de Janeiro, respectivamente.¹⁸²

Porém, muitos argumentos já foram levantados para defender a estabilidade familiar entre os escravos e, principalmente, para tentar refutar esta hipótese.

O que atravancaria a constituição de famílias escravas, de acordo com Mary Karasch¹⁸³ pode ser exposto nos seguintes argumentos: não haveria um estímulo para a estabilidade de casais escravos, que eram consensuais, mas sem o reconhecimento dos brancos, pois era mais comum o concubinato de brancos com escravas, porém o casamento era raro. Essa concorrência com o concubinato, em que os brancos ficavam com negras oferecendo-lhes melhores condições que os escravos dificultava mais a situação dos negros.¹⁸⁴ Devemos lembrar também a reticência da Igreja em realizar os casamentos de negros e os altos custos, que fariam com que apenas os escravos de ricos pudessem se casar. Outro fator destacado por Karasch é o de que os africanos não eram convertidos “de fato”, ou seja, aceitavam a religião imposta pelos brancos apenas superficialmente, o que não fazia com que almejassem o casamento cristão. O temor dos donos, pois o casamento cristão seria um empecilho para a venda de escravos, uma vez que se os casais fossem separados, os donos correriam o risco da danação, é outro argumento para a baixa constituição de casamentos de escravos. O desequilíbrio entre os sexos, já que havia mais homens que mulheres e a alta mortalidade escrava, junto à questão da moradia e da privacidade, o que era mais difícil em casos de senhores diferentes, pois o casal busca por um espaço que seja seu¹⁸⁵ e , ainda, a prostituição que

¹⁸² SLENES, Robert W. **Na senzala, uma flor**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999; FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. **A paz das senzalas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. As considerações dos autores já foram devidamente discutidas no capítulo 2.1.

¹⁸³ KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850**. São Paulo, Companhia das Letras, 2000, pp. 379-383; 387-390.

¹⁸⁴ Silvia Brügger discorda da concorrência entre casamento e concubinato, conforme mencionado no tópico 2.1.

¹⁸⁵ Lembrar a referência das cabanas próprias dos escravos casados feita por Rugendas, comentada no tópico 2.2.

afeta a família nuclear, bem como o homossexualismo proveniente da falta de mulheres, completam os fatores contrários ao casamento de negros pontuados pela autora.

Em resumo, entre os fatores que trabalhavam contra a formação de famílias escravas, nucleares ou extensas, estáveis no Rio estavam: uma população masculina transitória capaz de explorar sexualmente escravos(as) e depois partir no próximo navio; o ganho financeiro dos senhores com a prostituição de seus cativos(as); o monopólio da minoria de escravos por homens de alto status, o que exacerbava as dificuldades dos homens escravos para encontrar parceiras; as dificuldades práticas para encontrar moradia e estabelecer um espaço em que o casal pudesse constituir família; e igualmente importante, a oposição dos donos ao casamento entre escravos.¹⁸⁶

Segundo a mesma autora, se eram poucos os casos de famílias estáveis constituídas segundo as normas católicas, as uniões consensuais foram muitas. Os escravos só conseguiriam a estabilidade, segundo Karasch, quando conseguissem aliar o casamento à liberdade, pois a vivência familiar só seria possível dessa forma, uma vez que, enquanto escravos, os membros da família estavam sujeitos aos preceitos e interesses dos senhores, indo trabalhar onde os senhores ordenassem, podendo ficar afastados de seus parentes.¹⁸⁷

Se houve quem argumentasse contrariamente à existência e à estabilidade familiar entre os escravos, houve também, por outro lado, quem defendesse argumentação contrária – os escravos casavam-se, tinham filhos e conseguiam viver juntos durante sua vida.

¹⁸⁶ KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850**. São Paulo, Companhia das Letras, 2000, p. 389.

¹⁸⁷ KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850**. São Paulo, Companhia das Letras, 2000, pp. 389-90.

Já constava nas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, título LXXI, o direito dos escravos se casarem com outros escravos ou livres, sendo condenada a sua separação.¹⁸⁸

Conforme o direito divino, e humano, os escravos, e escravas podem casar com outras pessoas cativas, ou livres, e seus senhores lhe não podem impedir o matrimônio, nem o uso dele em tempo e lugar conveniente, nem por esse respeito os podem tratar pior, nem vender para outros lugares remotos, para onde o outro por ser cativo, ou por ter outro justo impedimento o não possa seguir, e fazendo o contrário pecam mortalmente, e tomam sobre suas consciências culpas de seus escravos, que por este temor se deixa muitas vezes estar, e permanecer em estado de condenação.¹⁸⁹

Florentino e Góes levantam consideração interessante sobre a importância do casamento escravo: o Deus católico não aprovava a separação de casais, por isso a minoria das famílias eram cindidas nas partilhas,¹⁹⁰ daí advindo o temor dos senhores citado por Karasch e presente no texto das Constituições Primeiras. No entanto, o proprietário continuava com plenos direitos sobre seus escravos, demonstrando o grande paradoxo da manutenção de famílias mistas, ou seja, as que um dos cônjuges fosse escravo. Casamentos interplantéis eram raros, pois eram uma brecha para os escravos rebelarem-se por causa de sua separação física, questionando sua situação de acordo com os próprios padrões dos brancos para os casamentos, o que poderia gerar indisposição para o trabalho.¹⁹¹ Sílvia Brügger¹⁹² percebe, para São João Del Rei, vila vizinha de São José, o casamento de cativos de mesmo proprietário, uma vez que havia impedimentos a casamentos com escravos de outros proprietários, o que também é

¹⁸⁸ FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. **Barrocas Famílias – Vida Familiar em Minas Gerais no Século XVIII**. São Paulo: Hucitec, 1997 (Estudos Históricos), p. 84, nota 15.

¹⁸⁹ Apud: FARIA, Sheila de Castro. **A Colônia em Movimento. Fortuna e família no cotidiano colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 310.

¹⁹⁰ FLORENTINO e GÓES. Op. Cit., p. 177.

¹⁹¹ FARIA, Sheila Siqueira de Castro. “Família escrava e legitimidade: estratégias de preservação da autonomia” In: **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, n. 23, dez. 1992, pp.116-117.

¹⁹² BRÜGGER, S. M. J. **Minas Patriarcal – Família e Sociedade (São João Del Rei – séculos XVIII E XIX)**. Niterói, Tese de Doutorado, UFF, 2002.

mencionado por Slenes, no caso de Campinas¹⁹³. Sheila Faria percebe que as mulheres solteiras tinham mais filhos com escravos de outros plantéis, o que demonstra que o casamento realmente era difícil para escravos de diferentes proprietários.¹⁹⁴

É bem verdade que havia riscos para os escravos comporem famílias, uma vez que eles eram uma das principais riquezas de seus senhores, o que poderia torná-los uma solução para problemas financeiros de seus donos. Em caso de crise econômica, os escravos, enquanto parte de um patrimônio senhorial, poderiam ser vendidos. É neste contexto que o temor dos proprietários de terem famílias escravas em seus plantéis se manifestava. A separação das famílias não seria bem vista aos olhos da Igreja, mas tornar-se-ia uma questão de sobrevivência para o *status* senhorial. Esta era uma situação que costumava se manifestar nos pequenos plantéis, devido a uma maior sujeição aos contratempos econômicos.¹⁹⁵ E “a ameaça de separação [para os escravos] sempre existia, pelo menos até 1869-1871, quando leis nacionais proibiram a prática (no que dizia respeito a cônjuges e a pais e filhos menores), restringindo afinal esse abuso do poder privado.”¹⁹⁶. O Decreto Nacional nº 1695 de 15/09/1869, artigo 2º, proibia a separação de escravos casados por venda e também os filhos menores de 15 anos. Em 1872, a Lei Rio Branco diminuiu a idade para 12 anos.¹⁹⁷ Herbert Klein observou a porcentagem de 12% de casamentos formais de escravos no Brasil em 1872, mas ressalta que a informalidade era mais significativa. Entre 1/10 e 1/5 dos escravos casados

¹⁹³ SLENES, R. **Na senzala, uma flor: as esperanças e recordações na formação da família escrava**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 74.

¹⁹⁴ FARIA, Sheila Siqueira de Castro. “Família escrava e legitimidade: estratégias de preservação da autonomia” In: **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, n. 23, dez. 1992, p. 118.

¹⁹⁵ SLENES, R. W. “Senhores e subalternos no Oeste Paulista”. In ALENCASTRO, L F (org). **História da vida privada no Brasil 2: Império – a corte e a modernidade nacional**. São Paulo: Cia das Letras, 1997, pp 275-276; SLENES, R. W. **Na senzala, uma flor: as esperanças e recordações na formação da família escrava**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 72.

¹⁹⁶ SLENES, R. W. “Senhores e subalternos no Oeste Paulista”. In ALENCASTRO, L F (org). **História da vida privada no Brasil 2 :Império – a corte e a modernidade nacional**. São Paulo: Cia das Letras, 1997, p. 276.

¹⁹⁷ SLENES, R. W. **Na senzala, uma flor: as esperanças e recordações na formação da família escrava**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

tinham suas relações sancionadas pela Igreja, que condenava a separação das famílias, entretanto o restante dos cativos casados não teria a proteção legal.¹⁹⁸ Florentino e Góes perceberam que em fases de alta dos preços, havia maior risco de separação das famílias, o que também ocorreria nos menores plantéis. Quanto maior o plantel, maior a possibilidade da estabilidade familiar¹⁹⁹. Porém, mesmo antes da lei, parece que já havia um certo respeito às famílias, como poderemos perceber nos números apresentados em nossa pesquisa no tópico 2.4, a seguir.

Mesmo antes das leis protecionistas à família, os escravos buscavam se casar, conhecedores dos riscos de separação. O que levava o escravo a se casar? Slenes ressalta alguns fatores que fariam com que os escravos buscassem se unir em famílias. O primeiro deles seria a busca de uma “mão amiga” e de consolo para a condição do cativo. Além disso, casar-se significava conseguir uma moradia, o que representava maior liberdade no contexto da escravidão (o fogo próprio para as famílias, a comida fora da comunal, que propiciaria maior controle próprio).²⁰⁰ Eduardo Paiva²⁰¹ e Gilberto Freyre²⁰² mencionam a renda advinda das manufaturas, roças e criação de animais, como a galinha para estes escravos que compuseram família. Tratava-se da tentativa de aproximar-se de padrões africanos, reconstruídos pela experiência da escravidão no Brasil.

Cristiany Rocha menciona um fortalecimento nas relações senhor/escravo, advindo da dependência da boa vontade do senhor para manter as famílias unidas nos momentos de partilha e/ou venda. Reconhece a possibilidade de separação de famílias com a morte do proprietário, mas sugere ser necessário estudar até que ponto isso

¹⁹⁸ KLEIN, Herbert S. **A Escravidão Africana. América Latina e Caribe**. São Paulo: Brasiliense, 1987, pp. 190, 212, 211, respectivamente.

¹⁹⁹ FLORENTINO, M.; GÓES, J. R. **A paz das senzalas: Famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1850**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997, p. 116.

²⁰⁰ SLENES, R. W. **Na senzala, uma flor: as esperanças e recordações na formação da família escrava**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

²⁰¹ Op. Cit., p. 157.

²⁰² Op. Cit.

ocorria.²⁰³ Ela questiona a partilha como momento de separação de famílias como uma regra geral.²⁰⁴ No caso estudado pela autora, houve a separação virtual de 2 dos 5 filhos de um casal, porém os herdeiros que os receberam moraram juntos por toda a vida, o que fez com que a família escrava não fosse separada fisicamente.²⁰⁵

Slenes, em “Senhores e Subalternos no Oeste Paulista” (Campinas), corrobora a hipótese de separação não física: cita um casal vendido para o vizinho do inventariante e o filho libertado em testamento, sob tutela de amigo do inventariante, provavelmente morador na mesma região.²⁰⁶

Luciano Figueiredo diz que no século XVIII era comum no Brasil a coabitação de famílias: “esses domicílios múltiplos representam os mais consoantes com a realidade econômica e social da região [mineradora].”²⁰⁷ Isso poderia explicar a maior estabilidade de casais escravos e a maior separação de filhos escravos em herança. Os herdeiros poderiam viver juntos. Além disso, no caso de órfãos, os escravos eram mantidos unidos na prática. Se isso ocorria no XVIII, teria mudado no século seguinte? Figueiredo acredita que a crise na produção aurífera contribuiu para a desestruturação desse tipo de famílias. Teria realmente acontecido essa desestruturação? Nossos inventários mostram que muitos dos herdeiros permaneciam vivendo juntos após a morte de seus pais, portanto parece que a tese defendida por Slenes e Rocha pode ser verificada também para São José Del Rei.

Maria Lúcia Teixeira diz que a família escrava apresentava um papel disciplinador: evoluiu de um privilégio, no século XVIII, para um infortúnio no momento da partilha. Justifica a separação de famílias da seguinte maneira: os jovens e

²⁰³ ROCHA. Op. Cit., pp. 40-1.

²⁰⁴ ROCHA. Op. Cit., p. 103.

²⁰⁵ ROCHA. Op. Cit., p. 119, nota 47.

²⁰⁶ SLENES, R. W. “Senhores e subalternos no Oeste Paulista”. In ALENCASTRO, L F (org). **História da vida privada no Brasil 2: Império – a corte e a modernidade nacional**. São Paulo: Cia das Letras, 1997, pp. 273-78.

²⁰⁷ FIGUEIREDO, Luciano. **Barrocas famílias**. Op. cit., p. 137.

crianças eram bem valorizados enquanto os casais não, o que permitia que perfizessem um valor e mantivessem-se juntos quando da abertura do Auto de Partilha.²⁰⁸ Porém, o baixo valor para os casais e a boa valorização das crianças não é percebida em grande número em nossa amostra de inventários: os casais apresentam valores significativos, enquanto as crianças têm um valor reduzido, principalmente quando dependem ainda dos cuidados maternos.

Não parece que a família escrava tornou-se um infortúnio no decorrer do século XIX, como sugeriu Maria Lúcia Teixeira.²⁰⁹ Slenes percebe a família escrava como uma via de mão dupla no interior dos plantéis, o que não chega a ser um infortúnio:

Não há dúvida de que a família cativa forjada nesse embate teve uma certa utilidade para os senhores (...) Deixava-os [os escravos] mais vulneráveis às medidas disciplinares do senhor... e elevava-lhes o custo da fuga, que afastava o fugitivo de seus entes queridos... [A]o abrir um espaço para o escravo criar uma 'vida' dentro do cativo, a estabilidade torna mais terrível ainda a ameaça de uma eventual separação de parentes por venda. (...) Apesar de tudo isto, no entanto, acredito que seria um erro transformar a família escrava, cuja 'inexistência' antes era vista como condição *sine qua non* para o domínio dos senhores, em condição 'estrutural' para a manutenção desse mesmo domínio.²¹⁰

Nesta citação, o autor contrapõe seu argumento ao de Florentino e Góes, que percebem a família escrava como estrutural do domínio senhorial nos plantéis.²¹¹ Mas os mesmos autores afirmam que “as *estratégias senhoriais deveriam ser, antes de mais nada, políticas*”,²¹² com o que concordam João José Reis e Eduardo Silva: os senhores

²⁰⁸ TEIXEIRA, Maria Lúcia. **Família Escrava e Riqueza...** Op. Cit., pp. 131-2.

²⁰⁹ TEIXEIRA, Maria Lúcia. **Família Escrava e Riqueza...** Op. Cit., p. 127.

²¹⁰ SLENES, R. W. **Na senzala, uma flor: as esperanças e recordações na formação da família escrava.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, pp. 114-5.

²¹¹ FLORENTINO, M.; GÓES, J. R. **A paz das senzalas: Famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1850.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997, criticado por Slenes em **Na senzala, uma flor: as esperanças e recordações na formação da família escrava**, p. 130, nota 99.

²¹² FLORENTINO, M.; GÓES, J. R. **A paz das senzalas: Famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1850.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997, p.30, itálico no original.

buscavam ser políticos com seus escravos; não ousavam separá-los, pois poderiam rebelar-se e não trabalhar.²¹³

Florentino e Góes dizem que as relações consanguíneas e matrimoniais eram as consideradas no mercado de cativos (grupo familiar primário).²¹⁴ Eles dizem também que a maior parte das famílias permaneceu unida, havendo, no entanto, muitas crianças com até 9 anos listadas sozinhas, sem pertencer a um grupo familiar. Supuseram uma alta mortalidade dos adultos como justificativa.²¹⁵ Nós supomos que as fontes também podem estar reticentes nas relações dessas crianças com outros membros do plantel. Isso porque o número de famílias escravas é subestimado nos inventários: geralmente são mencionados apenas os casais com os filhos menores, sendo que os maiores não são colocados como filhos, a viuvez não é muito mencionada, as mães “solteiras” ou viúvas costumam aparecer com menção apenas aos filhos pequenos.²¹⁶ Sheila Faria percebeu a ocorrência de crianças menores de 13 anos de idade listadas em famílias nos inventários, ao passo que as maiores de 13 anos poderiam não aparecer listadas em filiação. Ela sugere um indicativo de vida adulta e produtiva a partir dessa idade, o que justificaria o fato de não “precisarem” aparecer sob os cuidados de um grupo familiar.²¹⁷ Existem ainda casos em que não há menção de famílias, mas a aparente existência dessas. Eduardo Paiva nos informa que os inventários muitas vezes tomam a constituição de famílias para a elaboração de suas listas, porém costumam não mencionar o parentesco dos escravos presentes.²¹⁸

²¹³ REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e Conflito: A Resistência Negra no Brasil Escravista**. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

²¹⁴ FLORENTINO, M.; GÓES, J. R. **A paz das senzalas: Famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1850**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997, p. 92.

²¹⁵ FLORENTINO, M.; GÓES, J. R. **A paz das senzalas: Famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1850**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997, pp. 99 e 102.

²¹⁶ ROCHA. Op. Cit., pp. 92-3.

²¹⁷ FARIA, Sheila de Castro. **A Colônia em Movimento. Fortuna e família no cotidiano colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 299 e nota 28, p. 352.

²¹⁸ PAIVA, Eduardo França. **Escravidão e Universo Cultural na Colônia. Minas Gerais, 1716-1789**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001, pp. 162-3.

Vejam os alguns exemplos da listagem dos escravos nos inventários de São José. Em 1837, foi feito o inventário de Antônio Rodrigues do Prado²¹⁹, morador na Vila de São José. Ele possuía apenas duas escravas: Eva africana de 20 anos e Teresa, de apenas um mês de idade. O inventário não menciona o parentesco entre as duas, mas provavelmente eram mãe e filha. O inventário de Maria Marcelina de Jesus²²⁰, moradora na Fazenda Taipas, Freguesia de Prados, foi feito em 1832. Ela possuía 5 escravos e assim eles foram listados no documento:

Maria Antônia, benguela, 28 anos, casada com Justino 400\$000*

Justino, crioulo, 36 anos, casado com Maria 400\$000

Rita, crioula, 30 anos 250\$000

Vicência, crioula, 7 anos 150\$000

Pedro, crioulo, 4 anos 120\$000

Os dois últimos escravos, crianças, poderiam ser filhos do casal Maria e Justino ou a escrava Rita poderia ser mãe solteira. Mas não há nenhuma relação especificada entre esses escravos, o que torna difícil analisarmos este plantel.

O exemplo acima citado nos deixava de mãos amarradas, pois era ambíguo em sua análise, o que o torna inviável. Nesse caso, utilizamos na análise de famílias apenas a referência ao casal, ficando as crianças excluídas de qualquer núcleo parental sobre os quais trabalharemos no tópico 2.4 deste capítulo, a seguir.

O caso de Francisca de Paula Rabelo²²¹ nos seduz a enxergar uma família composta por mãe e filhos. Assim são descritos os escravos dessa senhora da Vila de São José:

²¹⁹ Inventário de Antônio Rodrigues do Prado, Vila de São José, 1837, caixa 198, Escritório Técnico do IPHAN de São João Del Rei.

²²⁰ Inventário de Maria Marcelina de Jesus, Fazenda Taipas, Freguesia de Prados, Termo da Vila de São José, 1832, caixa 122, Escritório Técnico do IPHAN de São João Del Rei.

* Leia-se quatrocentos mil-réis. Todos os valores mencionados no texto devem ser lidos dessa forma.

Tomázia, africana, 26 anos 500\$000

Urzalina, crioula, 4 anos 300\$000

Severino, cabra, 3 anos 80\$000

José, crioulo, 3 meses 50\$000

A mesma tentação de perceber uma família está presente no inventário de João Luís da Costa²²², de 1845. O proprietário da Fazenda Caveira, Freguesia de Prados, era o senhor de três escravos abaixo citados:

Francisco, crioulo, 38 anos 560\$000

Rita, crioula, 18 anos 500\$000

Pedro, crioulo, ano e meio 200\$000

Seria uma família escrava? O documento não deixa clara a resposta, o que exclui estes três escravos da análise familiar do próximo tópico do capítulo.

Albina Joaquina da Silva²²³ tinha 20 escravos em 1845, quando faleceu, na Fazenda Carandaí, Freguesia de Prados. Estavam assim arrolados:

Rafael, crioulo, 38 anos, casado com Ana crioula 650\$000

Ana crioula, casada com o dito 600\$000

André, crioulo, filho dos ditos, de 12 anos 600\$000

Bárbara, crioula, 10 anos 600\$000

Marcelino, crioulo, 8 anos 450\$000

Maria, crioula, 6 anos 350\$000

Maximiana, crioula, 4 meses 60\$000

Francisco, crioulo, 4 anos 250\$000

²²¹ Inventário de Francisca de Paula Rabelo, Vila de São José, 1840, caixa 200, Escritório Técnico do IPHAN de São João Del Rei.

²²² Inventário de João Luís da Costa, Fazenda Caveira, Freguesia de Prados, Termo da Vila de São José, 1845, caixa 402, Escritório Técnico do IPHAN de São João Del Rei.

²²³ Inventário de Albina Joaquina da Silva, Fazenda Carandaí, Freguesia de Prados, Termo da Vila de São José, 1845, caixa 240, Escritório Técnico do IPHAN de São João Del Rei.

Manoel, africano, 66 anos, casado com Constância 50\$000

Constância, crioula, 60 anos, casada com o dito, doente 80\$000

Cipriano, crioulo, 22 anos 700\$000

João, crioulo, 50 anos 400\$000

José, africano, 30 anos 600\$000

Miguel, crioulo, 66 anos 40\$000

Nicolau, crioulo, 7 anos 450\$000

Joaquim, crioulo, 5 anos 400\$000

Claudina, crioula, mais de 40 anos 300\$000

Crecência, crioula, 5 anos 400\$000

Porciana, crioula, 38 anos 400\$000

Mariana, africana, 25 anos 400\$000

O parentesco entre o casal Rafael e Ana é explícito em relação ao escravo André. Pela estrutura do inventário, pudemos deduzir que Bárbara, Marcelino, Maria, Maximiana e Francisco também eram filhos deste casal. Já para o escravo Cipriano não conseguimos perceber se era filho do casal de idosos Manoel e Constância. As crianças Nicolau e Joaquim também nos conduziram a dúvidas: de quem seriam filhas? A escrava Crecência parece ser filha de Claudina, mas devido às dúvidas em relação ao parentesco das duas, não as incluímos na análise de parentes.

O inventário de Domingos Dias dos Santos²²⁴, como uma grande parcela da documentação total por nós estudada, nos deixa vislumbrar claramente a existência de famílias de negros. Os escravos que aparecem arrolados junto aos demais bens do proprietário, morador na Vila de São José, em número de quatro, compõem uma

²²⁴ Inventário de Domingos Dias dos Santos, Vila de São José, 1842, caixa 232, Escritório Técnico do IPHAN de São João Del Rei.

família: Gregório Crioulo de 40 anos é casado com Mariana Africana, com quem tem dois filhos, a saber, Sipriano Cabra, de 22 anos, e Carolina Parda, de 12 anos.

2.4 – As partilhas nos inventários e a confirmação da estabilidade familiar

Antes de percebermos como se processavam as partilhas dos inventários são-joseenses, vejamos como se configuravam os plantéis da região. Tomando como modelo as faixas de posses de escravarias trabalhadas por Douglas Libby e Clotilde Paiva ²²⁵, os resultados são os seguintes: os donos de pequenos plantéis (até 5 escravos) representam 43,84% dos proprietários de escravos inventariados, mas detinham apenas 10,32% dos 3886 cativos de nossa amostra de 333 inventários, com uma média de 2,75 escravos por plantel com até 5 cativos. As grandes posses (mais de 30 escravos) são raras, porém significativas: 9,01% dos proprietários concentram 38,21% do total dos escravos inventariados, com a altíssima média de 49,5 seres por escravaria. Por outro lado, as propriedades pequenas entre 6 e 9 escravos representam 19,22% dos proprietários e 11,84% da escravaria. Já as médias (de 10 a 30 mancípios), significam 27,93% dos senhores de escravos, englobando a maior parcela dessa população, num total de 1540 pessoas, ou seja, 39,63% dos escravos, com a média de 16,56 cativos por plantel. Somando as escravarias de 6 a 30 mancípios, encontramos 47,15% dos senhores e 51,47% dos escravos. A média geral de quantidade de escravos para o termo da Vila de São José Del Rei é de 11,67 escravos por plantel. A tabela n.º 9 visualiza estes dados.

²²⁵ LIBBY, Douglas C. **Transformação e trabalho...**, op. cit. PAIVA, C. A. **População e economia nas Minas Gerais do século XIX**, op.cit.; GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro, op.cit.

Tabela n.º 9

Estrutura de posses de escravos por tamanho de escravaria, São José Del Rei, 1830-1850

Tamanho da escravaria	n.º de proprietários	n.º de escravos	% proprietários	% escravos
Até 5 cativos	146	401	43,84	10,32
6 a 9 cativos	64	460	19,22	11,84
10 a 30 cativos	93	1540	27,93	39,63
Mais de 30 cativos	30	1485	9,01	38,21
Total	333	3886	100	100

Fonte: Escritório Técnico do IPHAN de São João Del Rei. Inventários *post-mortem* da Vila de São José, 1830-1850.

A título de comparação, citamos a média de escravos por propriedade demonstrada por Eduardo Paiva para Minas Gerais: 10,4. Maior que a de Luna, apresentada por Paiva - 3,7 a 6,5 - e bem próxima aos 11,67 escravos por propriedade de São José. A média de Paiva não é calculada por testador ou inventariado, ela é feita por proprietário. Ele percebe a alta concentração de escravos com os grandes proprietários²²⁶. Afonso Alencastro, trabalhando com os dados dos censos de 1831-32 para 9 distritos sanjoanenses, região vizinha a São José, percebeu a existência média de 15 escravos por proprietário.²²⁷ Já Douglas Libby apontou uma desconcentração da propriedade cativa em Minas, pois 48,2% dos escravos pertenciam a proprietários de 1 a 10 mancipios. Todavia, ainda predominavam os donos dos maiores plantéis: 51,8% da escravaria era pertencente àquele grupo.²²⁸ Marcos Andrade encontrou 13% dos

²²⁶ PAIVA, Eduardo França. **Escravidão e Universo Cultural na Colônia. Minas Gerais, 1716-1789.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001, p. 130.

²²⁷ GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. **A Princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais, São João del Rei(1831-1888).** São Paulo: Annablume, 2002, p. 113. Os distritos sanjoanenses analisados foram Conceição de Carrancas, Espírito Santo de Carrancas, Nazareth, Piedade do Rio Grande, Onça, Brumado, Cajuru, Conceição do Porto e Madre de Deus.

²²⁸ LIBBY, Douglas C. **Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no Século XIX.** São Paulo: Brasiliense, 1988, pp. 106-7.

proprietários concentrando 46% da escravaria sul-mineira, ao analisar os inventários da região.²²⁹

Para a vila de Porto Feliz (no Oeste paulista), Roberto Guedes percebeu o seguinte perfil da propriedade escrava entre 1798 e 1843: os pequenos senhores (até 10 cativos) variavam entre 59,9% a 76,9%, nunca detendo mais de 38,3% dos escravos. Os proprietários médios (entre 11 e 20 escravos) giravam em torno de 12,2% e 17,7%, concentrando entre 31,3% e 15% dos cativos. Já os grandes escravistas (com mais de 21) eram de 7,9% a 26,3%, possuindo entre 31,3% e 70% dos mancipios.²³⁰

Florentino e Góes percebem no agro fluminense, maior número de pequenas propriedades, porém com maior concentração de escravos nas grandes.²³¹ Afonso Alencastro e Douglas Libby também mencionam o fato.²³² Nossa amostragem corrobora esta afirmação, conforme pode ser constatado nas tabelas abaixo. Slenes percebe que os casamentos são em maior número nas maiores propriedades. Pequenas têm de 1 a 9 escravos e médias e grandes, a partir de 10 escravos. 26% das mulheres acima de 15 anos são casadas nas pequenas e 67% nas maiores.²³³ De qualquer maneira vale destacar que famílias escravas são encontradas nas posses de todos os tamanhos, como nos informa Eduardo Paiva e nos atestam os nossos inventários *post-mortem*.²³⁴

Nosso trabalho objetiva demonstrar como se constituíram as famílias escravas em São José Del Rei, entre os anos de 1830 e 1850, e como estas se mantiveram

²²⁹ ANDRADE, Marcos Ferreira de. Elites regionais e a formação do Estado imperial brasileiro: Minas Gerais - Campanha da Princesa (1799-1850). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

²³⁰ GUEDES, Roberto. "Estrutura de Posse e Demografia Escrava (Porto Feliz/SP, 1798-1843." In PAIVA, Eduardo França; IVO, Isnara Pereira. **Escravidão, mestiçagem e histórias comparadas**. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFGM; Vitória da Conquista: Edunesb, 2008, pp. 317-318.

²³¹ FLORENTINO, Manolo.; GÓES, José Roberto. **A paz das senzalas: Famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1850**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997, p.54.

²³² LIBBY, Douglas, GRAÇA FILHO, Afonso A. **A economia do Império Brasileiro**. São Paulo: Atual, 2004 (Discutindo a História), p. 19.

²³³ SLENES, Robert. "Escravidão e família: padrões de casamento e estabilidade familiar numa comunidade escrava (Campinas, século XIX)", **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 17, n.2, maio-ago. 1987, pp 217-227. ROCHA, Cristiany M. **Histórias de famílias escravas – Campinas, século XIX**. Campinas: Editora Unicamp, 2004, p. 69.

²³⁴ PAIVA, Eduardo França. **Escravidão e Universo Cultural na Colônia. Minas Gerais, 1716-1789**. Belo Horizonte: Ed. UFGM, 2001, p. 155.

estáveis após a morte de seus proprietários. Uma das formas de testarmos essa hipótese da estabilidade da família escrava é tomarmos o ato de partilha dos bens, quando da morte de seu proprietário, como um momento de possível desagregação dos casais de cativos entre os herdeiros, conforme já aludimos.²³⁵

Para a análise quantitativa dos casais escravos nos inventários *post-mortem* da Vila de São José, entre os anos de 1830 e 1850, podemos encontrar informações para 236 casais nucleares, com ou sem filhos, 12 escravos casados sem referência ao cônjuge, um escravo e uma escrava casados com cativos de outros proprietários, 90 mães sem referência ao cônjuge, um viúvo, uma viúva, 277 filhos com os pais declarados vivendo no plantel, 2 filhos de mães forras e um caso de filho em que a mãe não pertencia ao senhor. Há referência, portanto, a 858 escravos com relação familiar declarada nos inventários, o que comporta 22,08% de todos os escravos arrolados em nossa documentação. Por comparação, com o intuito de demonstrarmos a significância de nossa amostragem, Florentino e Góes trabalharam com 374 inventários para o agro fluminense de 1790 a 1830, compostos de 6620 cativos, e encontraram 138 grupos familiares, congregando 377 parentes²³⁶.

Os 236 casais nucleares encontrados em nossa documentação representam 12,15% do total de escravos são-joseenses. Na distante Rio de Janeiro, Florentino e Góes perceberam a variação entre 35% e 25% de casamentos entre cativos para o período 1790-1830, enquanto na vizinha São João, entre 1831-32, Silvia Brügger observou a ocorrência de casamentos para 25,44% dos homens e 45,02% das mulheres

²³⁵ Entretanto há que se ter em mente que os Autos de Partilha dos inventários não querem dizer exatamente a realidade da situação dos escravos quando da morte de seu senhor. Estes documentos têm apenas o objetivo de dividir as riquezas entre os herdeiros, sendo os escravos, uma significativa parcela desta riqueza.

²³⁶ FLORENTINO e GÓES, op. cit., p.116.

cativas, observados nas listas nominativas.²³⁷ Se somarmos todas as referências a casamentos de escravos de nossos inventários (casais nucleares, casais incompletos na documentação e viúvos) para o período entre 1830-1850, totalizamos 12,56% dos municípios. Tomando as informações da lista nominativa de 1831 para o termo de São José Del Rei, observamos que 12,59% dos escravos eram casados, conforme atestam os dados da Tabela n.º10. Portanto, as porcentagens dos inventários e do censo de 1831 são parecidas. Analisando a tabela, percebemos que as mulheres eram essenciais no mercado de matrimônios, pois mesmo representando apenas 39% da população municipal, elas compunham 15,71% do contingente escravo casado da região, sendo a parcela mais representativa dos casamentos de escravos.

Tabela n.º 10

População escrava do termo de São José Del Rei, segundo o censo de 1831

	n.º de escravos	n.º de escravos casados	% escravos casados em relação ao total de escravos
Homens	8098	853	10,53
Mulheres	5335	838	15,71
TOTAL	13433	1691	12,59

Fonte: Lista nominativa do termo de São José Del Rei, 1831, organizada pela equipe da Prof. Clotilde Paiva. CEDEPLAR, UFMG.

Para o caso dos 236 casais de cativos inventariados em São José, encontramos as informações na partilha para 199, sendo que para os demais 37 não constam informações de destino nos inventários, pois estes poderiam estar embargados, danificados ou incompletos. Dos casais que pudemos mapear o destino no Auto de Partilha, apenas 19 foram separados, enquanto 180 permaneceram juntos, o que perfaz

²³⁷ GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro; PINTO, Fábio Carlos Vieira. “Tráfico e Famílias Escravas em Minas Gerais: o Caso de São José do Rio das Mortes (1743-1850).” In PAIVA, Eduardo França; IVO, Isnara Pereira (orgs.). **Escravidão, mestiçagem e histórias comparadas**. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFMG; Vitória da Conquista: Edunesb, 2008, especialmente p. 48.

90,45% dos casais de cativos no período total da amostra. Este dado evidencia a grande preocupação dos senhores em respeitar a estabilidade dos laços familiares construídos no cativo.

Na análise da partilha dos casais do agro fluminense, Florentino e Góes perceberam que 3 entre 4 famílias permaneciam unidas após a distribuição da herança. Nos momentos de decréscimo do tráfico negreiro, período de 1790-1807, cerca de 75% das famílias encabeçadas por crioulos mantinham-se unidas na divisão das heranças e as de maridos africanos alcançaram o percentual de quase 90%. O incremento do tráfico, entre 1810-25, reduziu esses percentuais para, respectivamente, 40 e 75% ²³⁸. Em São José as percentagens de estabilidade também eram altas: 87,94% dos brasileiros casados mantiveram-se unidos após a partilha e os africanos eram em número ainda mais elevado, 94,12%, para os anos 1830 a 1850.

A mesma preocupação não era tão elevada em relação ao destino dos filhos, especialmente das mães sem referência ao cônjuge. De 280 filhos arrolados nos inventários, cujas idades variavam de recém-nascidos até os 25 anos e que representavam 7,20% dos escravos, 85 foram separados dos pais durante a partilha, o que significa 30,36% dos casos. Das 90 mães com filhos, sem referência aos pais, temos informações para 83 delas, das quais 32 foram separadas da prole (38,55%). Observamos que a separação era maior nesses casos, porém, ainda assim, existiam índices bastante significativos de manutenção da família escrava.

Apesar da separação dos filhos não ser predominante em termos relativos, era significativa em relação ao percentual de casais que mantiveram sua integridade após a partilha. Devemos também fazer a ressalva de que essas separações filiais diminuem quando excluimos a prole já em idade ativa. Por exemplo, se considerarmos as

²³⁸ FLORENTINO e GÓES, op. cit., p.116-17.

separações filiais ocorridas até a faixa etária de 15 anos, teremos 26,43% dos casos, conforme adiante na Tabela nº 11.

Tabela nº 11

Filhos separados dos pais durante a partilha, com idade declarada (1830-1850)

Faixa etária	Nº filhos (frequência acumulada)	Nº filhos separados (frequência acumulada)	% Nº filhos separados (frequência acumulada)	% filhos separados/ total de filhos da amostra
<2	84	19	22,35	6,78
<6	162	49	57,65	17,50
<10	204	65	76,47	23,21
<16	229	74	87,06	26,43
<19	236	77	90,59	27,50
<26	238	78	91,76	27,86
Total*	280	85	100,00	30,36

Fonte: Escritório Técnico do IPHAN de São João Del Rei. Inventários *post-mortem* da Vila de São José, 1830-1850.

*Na totalização dos dados foram acrescentados os casos de filhos que não conseguimos informações sobre a idade.

As famílias escravas, assim como nos estudos de Slenes²³⁹ e de Florentino e Góes, foram mais representativas nas médias e grandes fazendas, não deixando, no entanto, de estarem presentes também em pequenos plantéis²⁴⁰.

²³⁹ SLENES, Robert W. “Escravidão e família: padrões de casamento e estabilidade familiar numa comunidade escrava (Campinas, século XIX)”, **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 17, n.2, maio-ago. 1987.

²⁴⁰ Isto também é verificado para o distrito da Lage, pertencente ao município de São José, como demonstra o trabalho de TEIXEIRA, Maria Lúcia Resende Chaves. **Família escrava e riqueza na comarca do Rio das Mortes. O distrito da Lage e o Quarteirão do Mosquito**. São Paulo: Annablume; Coronel Xavier Chaves: Prefeitura Municipal de Coronel Xavier Chaves, 2007, p. 115: “(...) mesmo com intensidade menor, a reprodução natural esteve presente nos menores domicílios.”

Tabela nº 12
Escravarias e casais de escravos de S. José, 1830-1850

Tamanho da escravaria	Escravos		Casais*	
	Nº	% sobre o total de escravos	Nº	% sobre o total de casais
<11	951	24,47	28	11,86
11 a 20	841	21,64	54	22,88
21 a 30	609	15,67	31	13,13
>30	1485	38,21	123	52,12
Total	3886	99,99	236	99,99

Fonte: Escritório Técnico do IPHAN de São João Del Rei. Inventários *post-mortem* da Vila de São José, 1830-1850.

*Estamos contabilizando apenas os casais nos quais ambos os cônjuges aparecem nomeados claramente nos inventários.

Observamos na Tabela nº.12 que mais de 50% dos casamentos entre escravos ocorreu em escravarias que tinham mais de 30 cativos. 65% dos casamentos ocorreram nas escravarias superiores a 20 mancípios.

Os poucos casos de casais separados, 19 no total, se distribuíram em 5 ocorrências nos plantéis com até 10 cativos, 7 nos acima de 10 até 20 cativos, 5 entre 21 e 30 cativos e 2 nas escravarias superiores ao patamar de 30 mancípios. Apesar da pequena incidência da separação de cônjuges escravos em São José, encontramos aqui o mesmo padrão dos estudos já mencionados: maior instabilidade para os casais nas pequenas e médias escravarias.

Quanto à existência de casais incompletos, podemos supor que o cônjuge ausente era livre ou forro; era pertencente a outro senhor; ou fora separado por venda. No entanto, seria necessário um cruzamento dos dados de nossos inventários com outras

fontes, tais como os registros de casamentos, para podermos clarear esta situação. Deixamos, porém, esta tarefa para outra ocasião.

A existência daquelas mães sem cônjuges pode indicar a presença de uniões consensuais, que hipoteticamente poderiam ter se originado com parceiros dentro do mesmo plantel ou de outro senhor. Embora raro o casamento interplantel, nossa amostragem consta de dois exemplos: há um escravo e uma escrava que se casaram com negros pertencentes a outro senhor. Sheila Faria demonstrou que embora difíceis, não eram impossíveis os casamentos interplantéis. Todavia, as mães solteiras tinham mais filhos com pessoas de outras paragens: 75,3% apresentaram este comportamento. Já as escravas casadas só o tinham em 8,1% dos casos pesquisados pela autora, no interior carioca.²⁴¹

As mães “solteiras” que constam de nossa documentação podem ser também casos de matrimônios legitimados pela Igreja, que o escrivão esqueceu de registrar os maridos por se tratar de viuvez ou de cônjuge forro ou escravo domiciliado fora das propriedades dos inventariados, caso quase excepcional, como é sabido pela historiografia, porém que poderia ocorrer, conforme os exemplos supracitados²⁴².

Feitas as considerações acerca da estabilidade da família escrava em São José, no próximo capítulo analisaremos a constituição dos casais escravos: existia alguma preferência na escolha de cônjuges? Alguém teria alguma preponderância nessa escolha?

²⁴¹ FARIA, Sheila de Castro. **A Colônia em Movimento. Fortuna e família no cotidiano colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 318 e quadro V.10, p. 319.

²⁴² SLENES, Robert W. **Na senzala, uma flor**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

Capítulo 3

São José Del Rei: endogamia ou exogamia?

Pois não nos esqueçamos do fato de que divididos por ódios ou rivalidades de castas, de línguas, de regiões e de cultos em moçambiques e congos, minas e coromatins, ladinos e negros da Costa, os africanos e os descendentes de escravos no Brasil sofreram influências no sentido de sua coesão.²⁴³

A historiografia tradicional²⁴⁴ dizia que os escravos tinham sido ocidentalizados e cristianizados, restando pouco ou nada de sua cultura africana. Hoje, porém, é reconhecida a permanência e a herança dos valores africanos. Mas, a diversidade de nações teria propiciado solidariedade entre os escravos ou teria conduzido a divergências? Foi possível a formação de uma comunidade escrava? A constituição de famílias escravas foi recorrente?

Sheila Faria²⁴⁵ enumera alguns autores que discutem a questão. Começemos com Manolo Florentino e José Roberto Góes²⁴⁶. Para estes autores as rivalidades étnicas teriam impossibilitado a mobilização dos escravos contra os senhores, mas a possibilidade de constituir famílias teria amenizado o “estado de guerra” que se encontrava nas senzalas. Com o tempo, a criouliização²⁴⁷ tenderia a gerar laços de solidariedade maiores entre os negros. Porém, a entrada constante de escravos estrangeiros no plantel evitaria este problema. Dessa forma, senhores e escravos

²⁴³ FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos. Decadência do Patriarcado Rural e Desenvolvimento Urbano**. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 1998, p. 509.

²⁴⁴ Conferir discussão bibliográfica no capítulo 2.

²⁴⁵ FARIA, Sheila S. de Castro. “Identidade e Comunidade Escrava: um ensaio”. **Tempo**, vol. 11, n. 22, pp. 122-146.

²⁴⁶ FLORENTINO, Manolo.; GÓES, José Roberto. **A paz das senzalas: Famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1850**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997; FLORENTINO, Manolo. “O tráfico negreiro e o parentesco na família escrava”. **Ciência Hoje**. Rio de Janeiro, v. 27, nº157, fevereiro de 2000, pp 44-51.

²⁴⁷ Criouliização é o aumento no número de crioulos nas escravarias, isto é, homogeneidade conseguida nos plantéis com o aumento de escravos nascidos no Brasil.

auferiam ganhos: os primeiros evitariam enfrentar revoltas e rebeliões dos cativos, enquanto os negros teriam, na família, um mínimo de solidariedade, que lhes ajudaria a suportar a sua condição.

Hebe Mattos²⁴⁸ argumenta que a aproximação dos escravos em relação à cultura branca conduziria mais à dissensão do que à solidariedade entre os negros. Segundo ela, os ladinos e crioulos teriam, no contato com o branco e num certo privilégio adquirido com este contato, que os deixou culturalmente mais próximos aos senhores, adquirido interesse na mobilidade social que daí poderia resultar. A autora afirma, ainda, que mesmo após o fim do tráfico negreiro, novas peças²⁴⁹ eram introduzidas nas escravarias. Estrangeiros provenientes do tráfico inter e intraprovincial contribuiriam para dificultar a formação de uma comunidade negra. Neste ponto, Mattos concorda com a ideia de “estado de guerra” nas senzalas, proposta por Florentino e Góes, embora não utilize esta expressão. Menciona também que, ocasionalmente, os escravos poderiam se considerar parceiros uns dos outros, o que ocorreria em momentos de tensão.

Discordando dos autores anteriores, encontramos Robert Slenes²⁵⁰. Para ele não há um “estado de guerra” nos plantéis; ao contrário, o que Slenes percebe é uma comunidade escrava, instituída com base nas línguas e costumes comuns, provenientes da África. Sugere para a região Sudeste a existência de uma “protonação *banto*”, ou seja, sob o substrato da cultura *banto* teria sido forjada uma comunidade negra no sudeste brasileiro.

²⁴⁸ CASTRO, Hebe Maria Mattos de. **A Cor Inexistente. Os significados da Liberdade no Sudeste Escravista**, 2a ed., Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998, p. 127.

²⁴⁹ Peças é empregada no sentido de escravos.

²⁵⁰ SLENES, Robert. **Na senzala, uma flor: as esperanças e recordações na formação da família escrava**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999; _____. “Malungo, Ngoma Vem!: África Coberta e Descoberta no Brasil” in **Redescobrir os Descobrimentos: as Descobertas do Brasil**. São Paulo, Revista USP, nº 12, 1991-1992.

João José Reis²⁵¹ concorda até certo ponto com Slenes: as origens étnicas comuns de alguns escravos permitiram a eles constituir uma comunidade. Entretanto, Reis menciona a polarização dos escravos africanos, de um lado, e os crioulos, de outro. As origens africanas comuns levaram à construção de solidariedades escravas, mas os crioulos não se enquadravam nestas comunidades. A proximidade dos escravos nascidos no Brasil em relação ao universo dos brancos, fato também mencionado por Mattos, teria contribuído para esta polarização, o que dificultava a existência de comunidades.

Entretanto, acreditamos, como também nos informa Mattos, que em determinados momentos, sob a situação de escravidão, forjaram-se solidariedades em torno de um objetivo comum. O próprio João Reis percebe, para a Bahia, que havia instituições que conseguiram congregar pretos e crioulos, tornando-se um centro de representação e negociação dos negros, como o exemplo do candomblé.²⁵²

Todavia, percebemos com o próprio João José Reis que mesmo ocorrendo

adaptações e inovações culturais impostas pela condição de escravo e o contato com diferentes grupos étnicos num novo ambiente os africanos retiveram, ou pelos menos tentaram reter, laços fortes com o passado (...) não obstante a inegável presença da matriz africana (...) as comunidades escravas e afro-americanas reconstituíam sua vida cultural a partir, sobretudo, de princípios cognitivos mais gerais, partilhados ou negociados entre africanos com experiências históricas diversas, além da decisiva e inevitável influência do modo de vida e da visão de mundo dos colonizadores e escravistas europeus e seus descendentes.²⁵³

²⁵¹ REIS, João José. **Rebelião Escrava no Brasil. A história do levante dos Malês em 1835**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 321.

²⁵² REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e Conflito: A Resistência Negra no Brasil Escravista**. São Paulo: Cia. das Letras, 1989, p. 53. Marcia Amantino também menciona a (re)construção de uma comunidade de negros no contexto escravista do Rio de Janeiro e de Minas Gerais. Cf. AMANTINO, Márcia. "Caxambu, Cateretê e Feitiçaria Entre Escravos do Rio de Janeiro e de Minas Gerais no Século XIX." In PAIVA, Eduardo França; IVO, Isnara Pereira. **Escravidão, mestiçagem e histórias comparadas**. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFMG; Vitória da Conquista: Edunesb, 2008, pp. 257-276.

²⁵³ REIS, João José. **Rebelião Escrava no Brasil. A história do levante dos Malês em 1835**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 310.

Embora trabalhando com a África e a América Hispânica coloniais, entre os séculos XVI e XVIII, Eliane Garcindo de Sá pontua relações entre escravidão e mestiçagem que nos são úteis. A autora percebe uma reconstrução e reorganização de identidades, que podemos nos apropriar para o contexto brasileiro da primeira metade do século XIX.

Do convívio entre sociedades e grupos distintos nas suas trajetórias e composição étnico-cultural diferenciadas se impõe a (re)construção de sistemas de reconhecimento e referência de identidades e alteridades para todos os elementos constitutivos de uma nova articulação econômico-social-cultural de âmbito mundial.

(...)

Os atores sociais que vivenciam as novas condições e relações atuam nesse cenário, avaliando e refletindo sobre as práticas e representações que se forjam. Constroem novos sistemas de referências através dos quais se posicionam e definem diretrizes e projetos aos quais emprestam adesão.²⁵⁴

Apesar de a autora mencionar as novas referências criadas pelos senhores e pelos mestiços latino-americanos e africanos, acreditamos que o processo de constituição da imagem do africano no Brasil poderia beber dessa fonte. Todavia, apresenta-nos a questão proposta por Slenes, das africanidades banto. Não teríamos no caso dos escravos no Sudeste do Brasil “sociedades e grupos distintos” de tamanha maneira como os apresentados por Eliane Sá, que foram também apontados por Mintz e Price para o Caribe.²⁵⁵

Constatando a constituição de famílias escravas estáveis, juntamente à existência de um grande número de nações e grupos de “cor” entre os mancípios, tentaremos perceber como se processavam os casamentos. A família escrava age na criação de laços de solidariedade que seriam vantajosos duplamente: para os próprios escravos e para os

²⁵⁴ SÁ, Eliane Garcindo de. “Escravidão e Mestiçagem na Crônica Colonial: entre América e África.” In PAIVA, Eduardo França; IVO, Isnara Pereira (orgs.). **Escravidão, mestiçagem e histórias comparadas**. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFMG; Vitória da Conquista: Edunesb, 2008, pp. 123-124.

²⁵⁵ MINTZ, Sidney W.; PRICE, Richard. **O Nascimento da Cultura Afro-Americana. Uma perspectiva antropológica**. Rio de Janeiro: Pallas, Centro de Estudos Afro-Brasileiros, 2003.

senhores.²⁵⁶ Para os escravos, amenizando os traumas da escravidão. Para os senhores, contribuindo para a manutenção da escravaria, diminuindo a tensão das relações de poder no interior do plantel²⁵⁷. Mas essa tensão existiria no momento de casamentos entre grupos escravos distintos? Benguela só se uniria a benguela? Ou benguela se casaria com outro africano? Ou, ainda, benguela buscaria contrair matrimônio com crioulo? Busquemos respostas para estas questões. Começemos, todavia, por entender a constituição da figura do “ser africano” no Brasil escravista.

3.1 – O “considerar-se africano” no Brasil escravista

A África não é um todo homogêneo. Como teria surgido, então, uma ideia de *africano* no Brasil do fim da Colônia e início do Império? É sabido que os africanos “compartilham um certo número de entendimentos e pressupostos culturais (...) Não cremos, porém, que se possa dizer que os africanos escravizados e transportados para o Novo Mundo compartilhavam uma *cultura*.”²⁵⁸ A visão homogeneizadora da África é europeia. Mintz e Price, em trabalho antropológico sobre a América Latina, especialmente o Caribe, cunharam a noção de formação de uma cultura africana na América. Mesmo havendo uma herança africana, não podemos considerá-la, por si, uma cultura. O substrato comum aos vários povos africanos que teria contribuído para a formulação de uma cultura nova nas terras americanas foi o contexto de escravidão na

²⁵⁶ Já observava Rugendas no século XIX: “Em geral, os colonos facilitam casamentos entre escravos, pois sabem, por experiência, que é a melhor maneira de prendê-los à fazenda e a mais forte garantia de sua boa conduta.” In: RUGENDAS, João Maurício. **Viagem Pitoresca Através do Brasil**. São Paulo, Martins; Brasília, INL, 1976. p.142.

²⁵⁷ PAIVA, Eduardo França. **Escravidão e Universo Cultural na Colônia. Minas Gerais, 1716-1789**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001, p. 150; FLORENTINO, Manolo.; GÓES, José Roberto. **A paz das senzalas: Famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1850**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

²⁵⁸ MINTZ, Sidney W.; PRICE, Richard. **O Nascimento da Cultura Afro-Americana. Uma perspectiva antropológica**. Rio de Janeiro: Pallas, Centro de Estudos Afro-Brasileiros, 2003, p. 20, *italico* no original.

América. “Os africanos de qualquer colônia do Novo Mundo só se transformaram de fato numa *comunidade* e começaram a compartilhar uma *cultura* na medida e na velocidade que eles mesmos as criaram.”²⁵⁹

Mariza Soares argumenta que os escravos criaram grupos de identificação na América, utilizando de fatores oriundos da África, como a região de procedência do continente negro. “Nos grupos de procedência são valorizados critérios como portos de embarque, ao lado de alguns componentes culturais como, por exemplo, a língua. Mas mesmo os componentes culturais adotados não são necessariamente étnicos.” Todavia, entendo que os grupos de procedência estão ligados à ideia de nação, que não corresponderia à noção de identidade étnica que Soares apresenta.²⁶⁰ Nação é algo mais amplo, uma categoria recriada no Brasil escravista que, no caso de nossa região de estudo, demonstra uma identificação forjada com base nas relações entre senhores e escravos. Os senhores classificam seus cativos em nações e esses cativos adotam essa categorização, transformando-a em fator identitário.²⁶¹

Slenes²⁶² ressalta o trabalho de Rugendas em relação ao conhecimento sobre a África que pôde ser construído em nosso país. No Brasil, podia-se vislumbrar um grande número de “tipos” africanos em um único espaço. Embora aparentemente Rugendas exponha de forma bastante superficial o seu texto sobre os escravos²⁶³, o artista fez um grande esforço etnográfico, entrevistando escravos e coletando dados

²⁵⁹ MINTZ, Sidney W.; PRICE, Richard. **O Nascimento da Cultura Afro-Americana. Uma perspectiva antropológica.** Rio de Janeiro: Pallas, Centro de Estudos Afro-Brasileiros, 2003, p. 32-33, *italico* no original.

²⁶⁰ SOARES, Mariza. **Devotos da Cor. Identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, pp. 117-9 e 188-9. A citação é da página 117.

²⁶¹ Rezende, Rodrigo Castro. “Origens Africanas ou Identificações Mineiras? Uma Discussão sobre a Construção das Identidades Africanas nas Minas Gerais do século XVIII.” *In* PAIVA, Eduardo França; IVO, Isnara Pereira (orgs.). **Escravidão, mestiçagem e histórias comparadas.** São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFGM; Vitória da Conquista: Edunesb, 2008, pp.335-351, especialmente p. 336.

²⁶² SLENES, Robert. “Malungo, Ngoma Vem!: África Coberta e Descoberta no Brasil” *in* **Redescobrir os Descobrimientos: as Descobertas do Brasil.** São Paulo, Revista USP, n° 12, 1991-1992.

²⁶³ RUGENDAS, João Maurício. **Viagem Pitoresca Através do Brasil.** São Paulo, Martins; Brasília, INL, 1976.

sobre o vocabulário de línguas africanas e até mesmo conseguindo identificar etnias *de fato*, ou seja, grupos étnicos africanos e não apenas uma denominação genérica para escravos embarcados em uma determinada região da África²⁶⁴.

No entanto, relegou estes estudos para outras pessoas, pois não os incorporou em sua obra por questões editoriais. De acordo com Slenes, Rugendas destinava sua obra a um público branco, não habituado nem interessado em minúcias sobre a vida dos negros.

Através de novas coletas de informações acerca dos escravos no Brasil, pôde-se concluir que havia uma forte ligação entre os grupos que se instalaram no país. Diferentemente do que Mintz e Price apontaram para o Caribe²⁶⁵, foi descoberta a existência de uma família lingüística africana, denominada *banto*, que teria fornecido muitos escravos para o Brasil. Comprovou-se, desta forma, que as regiões da África Central e Austral comungavam de uma unidade lingüística. Graças aos estudos feitos no Brasil, com os africanos escravizados, os cientistas europeus puderam descobrir mais sobre a África, sendo que Rugendas foi um dos precursores ao recolher pistas para estes estudos. As informações do naturalista passaram a ser consideradas por muitos “mais uma curiosidade do que uma contribuição ao saber”²⁶⁶, devido aos novos dados encontrados por outros estudiosos. Mas não deve ser tirado seu mérito em anotar dados por causa dos novos estudos.

Slenes afirma que os europeus descobriram a África no Brasil devido à miscelânea de nações encontradas neste país. Afirma, também, que os próprios africanos encontraram a África no Brasil logo que aqui chegaram, pois ao serem

²⁶⁴ Para uma discussão sobre a nomenclatura atribuída aos escravos, conferir capítulo 1.

²⁶⁵ Mintz e Price. Op. Cit., p. 39. Os autores informam que os africanos importados para a América eram de línguas muito diferentes, não sendo possível a constituição de comunidades de fala no início de sua convivência.

²⁶⁶ SLENES, Robert. “Malungo, Ngoma Vem!: África Coberta e Descoberta no Brasil” in **Redescobrir os Descobrimientos: as Descobertas do Brasil**. São Paulo, Revista USP, nº 12, 1991-1992, p. 51.

misturados e transportados para o Brasil perceberam profundos elos culturais que os ligava, tendo como substrato comum a língua *banto*.²⁶⁷ Entretanto, a “creme nata brasileira”²⁶⁸ não captou esta África, que permaneceu encoberta aos seus olhos. Os grupos dominantes não apreciavam as culturas africanas *em si*²⁶⁹. Apresentavam, sim, um conhecimento prático sobre os africanos, visando não se deparar com “surpresas desagradáveis”. Mas os contatos seriam esporádicos e não era necessária uma observação mais acurada da cultura dos cativos. Valendo-se disso e do elemento cultural comum (a “África”) descoberto pelos negros na América, estes se fizeram grandes dissimuladores. Os cativos aprenderam a mover-se com destreza no universo branco²⁷⁰. Sendo desconhecidos poderiam até se tornar perigosos, alerta Slenes. A língua configurou-se no principal objeto dessa dissimulação: termos “africanos” foram forjados nas relações cotidianas entre os escravos e os tais termos eram compreendidos somente pelo grupo escravizado, o que se configurou em um código que era utilizado pelos escravos para planejarem algo ou se comunicarem sem que houvesse a interferência de elementos externos ao grupo.²⁷¹

Durante a primeira metade do século XIX, um imenso número de escravos provenientes da África foi lançado no Brasil, em especial na região centro-sul, via tráfico negreiro. Este grande contingente representava 32% da população total, em 1850.²⁷² Grande parte dos cativos eram originários de regiões da África *banto*.

²⁶⁷ Na verdade, Slenes sugere que a formação de solidariedades entre os negros iniciava-se na África, durante a viagem do interior até a costa. Também nos informa que o sucesso desse processo dependia da existência de outras afinidades entre os escravos. SLENES, Robert. “Malungo, Ngoma Vem!: África Coberta e Descoberta no Brasil” *in Redescobrir os Descobrimientos: as Descobertas do Brasil*. São Paulo, Revista USP, nº 12, 1991-1992, p. 55.

²⁶⁸ Leia-se elite branca.

²⁶⁹ SLENES, Robert. “Malungo, Ngoma Vem!: África Coberta e Descoberta no Brasil” *in Redescobrir os Descobrimientos: as Descobertas do Brasil*. São Paulo, Revista USP, nº 12, 1991-1992, p. 49.

²⁷⁰ REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito: A Resistência Negra no Brasil Escravista*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

²⁷¹ SLENES, Robert. “Malungo, Ngoma Vem!: África Coberta e Descoberta no Brasil” *in Redescobrir os Descobrimientos: as Descobertas do Brasil*. São Paulo, Revista USP, nº 12, 1991-1992, p. 62.

²⁷² SLENES, Robert. “Malungo, Ngoma Vem!: África Coberta e Descoberta no Brasil” *in Redescobrir os Descobrimientos: as Descobertas do Brasil*. São Paulo, Revista USP, nº 12, 1991-1992, p. 55.

No processo da travessia do Atlântico, desde os momentos iniciais, ainda no interior do continente negro, iniciaram-se trocas e interações culturais entre as diversas etnias. O tráfico permitia que fronteiras étnicas fossem redesenhadas e que solidariedades fossem estabelecidas entre os cativos. João Reis explicita isso:

Cada um tinha uma história própria que fundamentava e fortalecia e identificação grupal no exílio, mas aqui as fronteiras identitárias foram ampliadas, congregando grupos diversos em novas nações africanas (...) mas não o fizeram de modo arbitrário. As nações tinham suas genealogias enraizadas em regiões específicas na África, onde se nutriam de elementos culturais comuns àqueles que sobre ela se abrigavam, sobretudo a língua.²⁷³

Entretanto, os africanos, ao aportarem no Brasil, perceberam que seria difícil romper barreiras culturais impostas pela escravidão. Os crioulos eram mais bem aceitos e privilegiados que os pretos, o que impedia a elaboração de projetos de melhoria das condições de vida e mesmo intenções de liberdade para os africanos. Estes últimos conseguiam tecer estratégias para este fim, porém não conseguiriam consolidar projetos. Mas “não devemos subestimar as possibilidades dos africanos de manterem vivas suas identidades originais” nem seu êxito em “formar laços com pessoas de outras origens.” Neste sentido, podemos acionar a ideia de *transculturação* entre os africanos, ou seja, “a superação de fronteiras étnicas antigas e a formação de uma nova identidade *banto*”²⁷⁴, tendo por base a solidariedade construída através das palavras de origem *banto*, no caso do sudeste brasileiro.

Não estamos dizendo que existia uma cultura *banto* já organizada na África. Frisamos que havia um substrato cultural comum. A partir dele, houve a reconstrução de identidades no contexto escravista do Brasil. Em Minas Gerais, podemos entender

²⁷³ REIS, João José. **Rebelião Escrava no Brasil. A história do levante dos Malês em 1835**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 311.

²⁷⁴ SLENES, Robert. “Malungo, Ngoma Vem!: África Coberta e Descoberta no Brasil” in **Redescobrir os Descobrimientos: as Descobertas do Brasil**. São Paulo, Revista USP, nº 12, 1991-1992., pp. 57 e 59, respectivamente.

que houve a criação das nações africanas pelos brancos, mas essas nações tornaram-se herdeiras das origens africanas trazidas pelos próprios escravos, que passaram a congrega-se nelas, cunhando identidades.²⁷⁵ Nos dizeres de Chartier, a sociedade cria representações que fazem sentido para os grupos que participam desta sociedade – “embora aspirem à universalidade (...) são sempre determinadas pelo interesse dos grupos que as forjam”²⁷⁶ – ou seja, os senhores brancos criaram categorias de identificação para seus cativos e os negros transformaram essas categorizações em fatores de congregação de seus interesses. Seria a formação de uma “comunidade imaginada”, tomando emprestada a expressão criada por Benedict Anderson.²⁷⁷ Fredrik Barth percebe que os grupos étnicos relacionam-se à auto-identificação dos sujeitos, que depende de escolhas individuais.²⁷⁸ Parece que nas escravarias de São José muitos indivíduos escolheram perceber-se como africanos, pois traçavam alianças matrimoniais entre os grupos oriundos do continente negro sempre que possível. Todavia, os casamentos de escravos africanos com os nascidos no Brasil predominaram na escravaria são-joseense, conforme veremos no próximo tópico.

Os casamentos entre africanos tornam-se uma estratégia de sobrevivência no sistema escravista brasileiro, bem como a flexibilidade de encontrar parceiros matrimoniais em grupos etnicamente distintos, reelaborados sob a ideia de “nação”. Vejamos, então, como se configuraram estes casamentos.

²⁷⁵ Rezende, Rodrigo Castro. “Origens Africanas ou Identificações Mineiras? Uma Discussão sobre a Construção das Identidades Africanas nas Minas Gerais do século XVIII.” In PAIVA, Eduardo França; IVO, Isnara Pereira (orgs.). **Escravidão, mestiçagem e histórias comparadas**. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFGM; Vitória da Conquista: Edunesb, 2008, p. 337.

²⁷⁶ CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990, p. 17.

²⁷⁷ ANDERSON, Benedict. **Imagined communities**. Londres, 1991.

²⁷⁸ BARTH, Fredrik. “Grupos étnicos e suas fronteiras.” In POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne (orgs.). **Teorias da etnicidade**. São Paulo: Editora da Unesp, 1997, pp. 185-227.

3.2 – Casamentos de escravos em São José Del Rei oitocentista: endogamia e casais mistos

Enquanto Florentino e Góes²⁷⁹ crêem que os homens crioulos mais velhos dominavam o mercado para a escolha de cônjuges, Cristiany Rocha acredita que as mulheres o faziam.

Se as mulheres se encontravam em menor número, era de se esperar que elas tivessem maior ‘poder de barganha’ nesse mercado, escolhendo seus parceiros e não sendo escolhidas, como pensam Florentino e Góes. Portanto, podemos acreditar que, se as mulheres cativas mais novas tendiam a se casar com os escravos mais velhos, principalmente crioulos, era porque elas tinham motivos para preferir estes aos mais jovens e estrangeiros. Tais motivos poderiam, por exemplo, estar ligados às vantagens oferecidas por escravos nascidos na fazenda, tais como, maior proximidade com os senhores, roças de subsistência e algum pecúlio acumulado ao longo de suas vidas.²⁸⁰

Por seu turno, Slenes ressalta o papel dos senhores nessa escolha conjugal. Mesmo que não houvesse imposição aos casamentos escravos em todo momento, a arbitragem dos proprietários na escolha dos casais de escravos a eles pertencentes, fazia-se presente.

...não defendo a hipótese de que os escravos podiam escolher seus cônjuges à vontade, longe da influência da casa-grande, como tampouco a de que os proprietários impunham sua seleção à revelia da senzala. Ao formar seus ‘lares’, os cativos tinham um poder real de escolha, mas o exercício desse poder esbarrava sempre na prepotência de seus senhores.²⁸¹

Mesmo com a intervenção dos senhores nos casamentos de seus cativos, notamos que havia a possibilidade de os escravos participarem na escolha de seu futuro conjugal. Observamos para São José Del Rei, entre 1830 e 1850, uma quadro bem diversificado de casamentos de escravos, mapeado através dos inventários *post-mortem*.

²⁷⁹ FLORENTINO, Manolo.; GÓES, José Roberto. **A paz das senzalas: Famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1850**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

²⁸⁰ ROCHA, Cristiany M. **Histórias de famílias escravas – Campinas, século XIX**. Campinas: Editora Unicamp, 2004, p. 72.

²⁸¹ SLENES, Robert. **Na senzala, uma flor: as esperanças e recordações na formação da família escrava**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 94.

Percebemos 61 combinações diferentes de origem dos cônjuges, portanto, uma significativa variação, como podemos observar no Quadro n.º 1 abaixo.

Quadro n.º 1

Composição dos casais de escravos de São José, 1830-1850

AFRICANOS		BRASILEIROS		MISTOS	
Africanos de mesma nação	n.º de casais	Brasileiros de mesma nação	n.º de casais		
Benguela-benguela	8	Crioulo-crioulo	20		
Congo-congo	5	Pardo-pardo	4		
Angola-angola	1				
Africanos	n.º de casais	Brasileiros	n.º de casais	Brasileiros/africanos	n.º de casais
Congo-benguela	7	Crioulo-cabra	7	Crioulo-benguela	26
Rebolo-cabinda	2	Crioulo-pardo	1	Crioulo-monjolo	2
Congo-rebolo	2			Crioulo-rebolo	6
Congo-cassange	1			Crioulo-cabinda	7
Angola-benguela	2			Crioulo-angola	6
Congo-cabinda	3			Crioulo-moçambique	2
Congo-angola	3			Crioulo-ganguela	2
Benguela-cassange	1			Crioulo-congo	13
Benguela-mofumbe	1			Crioulo-mina	4
Rebolo-monjolo	1			Crioulo-cassange	1
Ganguela-mofumbe	1			Crioulo-nação	1
Rebolo-benguela	1			Pardo-angola	1
Rebolo-angola	2			Pardo-congo	1
Angola-cassange	1			Pardo-benguela	1
Mina-benguela	2			Cabra-benguela	1
Mina-congo	2			Cabra-congo	2
Mina-angola	1			Cabra-rebolo	1
Moçambique-cabinda	1				
Congo-macua	1				
Quissamá-mina	1				
Nação-angola	1				
Nação-congo	1				
Nação-nação	1				
Preto-preto	1				
TOTAL	54		32		77

Fonte: Escritório Técnico do IPHAN de São João Del Rei. Inventários *post-mortem* da Vila de São José, 1830-1850.

* Nos números apresentados no quadro aparecem 48 das 61 combinações de casamentos entre escravos percebidas em nossos inventários. As demais são as seguintes: em 12 casos não encontramos a nação de um dos cônjuges, um casal não tem registro de nação para nenhum dos companheiros. Além disso, 7 denominações de nações são de casos de escravos sem o cônjuge na escravaria de origem (12 seres, sendo 6 crioulos, 5 africanos do centro-oeste e um africano para o qual não pudemos definir a nação).

Vários fatores podem influenciar nas variações das composições étnicas nos casamentos de escravos, como, por exemplo, o tráfico atlântico (com entrada de grande número de africanos nos plantéis). Carla Almeida²⁸² percebeu a exogamia em 49,5%

²⁸² ALMEIDA, C. M. C. de. **Alterações nas unidades produtivas mineiras: Mariana – 1750 - 1850**. Niterói: UFF, 1994, dissertação de mestrado.

dos casamentos em Mariana, entre 1750 e 1850. Enquanto isso, Florentino e Góes²⁸³, para o agro-fluminense entre 1790 e 1830, observaram apenas 23% de casamentos mistos, sendo que entre 1826-1830, esse índice era de 11%, somente. Por seu turno, Slenes nos diz que “... havia uma grande preferência entre escravos e escravas campineiros por cônjuges de seu próprio grupo.”²⁸⁴ Complementa a informação mencionando a existência de muitos casos de casais mistos, o que, segundo ele, não prova que existia endogamia com tensões étnicas. Maísa Cunha observou a origem dos escravos casados em Franca - São Paulo, no século XIX, para 107 homens e 114 mulheres, num universo de 160 casais. 57% dos maridos eram africanos ao passo que 59,6% das esposas eram crioulas. A participação africana na constituição dessas famílias chegou a 48,4%.²⁸⁵ Em obra conjunta com Afonso Alencastro e Carlos Malaquias, aponto que “as preferências endógamas conviveram com a aceitação de práticas exógamas”²⁸⁶ em São José. Sheila Faria sugeriu uma tendência endogâmica tanto entre crioulos quanto entre africanos, sendo que os nascidos no Brasil teriam maior dificuldade de encontrar parceiros, devido à busca dos africanos por cônjuges também oriundos da África. Todavia, não quantificou essa situação em sua obra.²⁸⁷ Klein menciona que os crioulos, ao contrário do que supôs Faria, comporiam maior número de famílias, pois o desequilíbrio entre os sexos era menor para os escravos nascidos no Brasil.²⁸⁸ Não percebemos a conjuntura apontada por Klein para

²⁸³ FLORENTINO, Manolo.; GÓES, José Roberto. **A paz das senzalas: Famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1850**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

²⁸⁴ SLENES, Robert. **Na senzala, uma flor: as esperanças e recordações na formação da família escrava**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 78.

²⁸⁵ CUNHA, Maísa Faleiros da. **Demografia e Família Escrava. Franca – SP, Século XIX**. Campinas: Unicamp, 2009, tese de doutorado, p. 148.

²⁸⁶ GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro ; PINTO, Fábio Carlos Vieira ; MALAQUIAS, C. O. “Famílias escravas em Minas Gerais nos inventários e registros de casamento - o caso de São José do Rio das Mortes, 1743-1850”. **Varia História**. Belo Horizonte, Editora UFMG: 2007, vol. 23, nº 37, p. 186.

²⁸⁷ FARIA, Sheila de Castro. **A Colônia em Movimento. Fortuna e família no cotidiano colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, pp. 335-6.

²⁸⁸ KLEIN, Herbert S. **A Escravidão Africana. América Latina e Caribe**. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 189.

São José. Porém, em Franca, Maísa Cunha percebeu que “os casamentos nos quais ambos os cônjuges eram crioulos foram os mais freqüentes, seguidos de perto pelos que uniram africanos às crioulas e pelos de africanos com africanas. Aqueles entre homens crioulos e mulheres africanas ocorreram em menor número.”²⁸⁹

Acompanhando a conceituação adotada por Cristiany Rocha e Douglas Libby, consideramos como casais endogâmicos aqueles em que os escravos têm a mesma origem, ou seja, brasileiros casados com brasileiros e africanos casados com africanos, em oposição aos casais mistos, compostos por crioulos e africanos²⁹⁰. Esta conceituação permite a percepção de que uma *identidade africana* foi forjada pelos escravos no contexto do cativo na América, como foi discutido acima, no item 3.1 deste capítulo.

Karasch menciona a busca por um casamento com escravo de mesma nação ou, pelo menos, de mesma origem (africanos buscam africanos), em grande parte dos casamentos de escravos do Rio de Janeiro no início do século XIX.²⁹¹ Florentino e Góes descobriram que a maioria dos escravos que contraíram casamento no Rio de Janeiro daquela época eram africanos que se uniram a africanos ou crioulos que se juntaram a crioulos. Portanto, eram poucos os casamentos mistos. Os autores perceberam, ainda, que em fases de expansão do tráfico negreiro, aumentavam os casamentos de crioulos, pois estes tendiam a se fechar em seu grupo, tendo em vista que o momento de grande entrada de africanos tornava-se, também, um momento de tensão acirrada entre brasileiros e estrangeiros. Por sua vez, os africanos tendiam a se casar dentro da mesma “etnia” (preferimos o termo nação, como já aludido) em momentos de estabilidade econômica, o que era mais difícil em fases de entrada maciça de africanos nos plantéis,

²⁸⁹ CUNHA, Maísa Faleiros da. **Demografia e Família Escrava. Franca – SP, Século XIX**. Campinas: Unicamp, 2009, tese de doutorado, p. 149.

²⁹⁰ ROCHA, Cristiany M. **Histórias de famílias escravas – Campinas, século XIX**. Campinas: Editora Unicamp, 2004, pp. 115-116; LIBBY, Douglas Cole. **A empiria e as cores: representações identitárias nas Minas Gerais dos séculos XVIII e XIX**. (mimeo), p. 21. Agradeço ao professor por ter cedido gentilmente o material ainda não publicado.

²⁹¹ KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850**. São Paulo, Companhia das Letras, 2000, p. 385.

época em que “quase 4 em 5 uniões ligavam etnias diferentes.” É neste momento que surge o *africano*, pois há, também, um maior número de nações aportando no Brasil.²⁹²

Sheila Faria afirma que os crioulos casavam menos devido à dificuldade em encontrar parceiros, uma vez que os africanos, que eram em grande número nas senzalas, tinham tendências endogâmicas. Além disso, havia interditos ao casamento com escravos de outros senhores.²⁹³ Maria Lúcia Teixeira percebeu que era mais raro o casamento de crioulo com crioulo na Lage, entre 1780 e 1850. O casamento entre escravos era comum, mas o índice mais elevado era de africano com africano ou de africano com crioulo, sendo a ocorrência de casamentos de crioulo com crioulo bastante reduzida.²⁹⁴ Interessante notar que no Rio de Janeiro era mais raro o casamento misto, o que na Lage era diferente, segundo a autora. Douglas Libby, em trabalho ainda inédito baseado em listas nominativas, encontrou importantes índices de endogamia para os escravos casados em São José: em 1795 eram 58,8%, no ano de 1831 passaram a representar 76,3% e, em 1838, já somavam 92,4%.²⁹⁵ Os inventários não apontaram esses números.

Segundo alguns autores, notadamente João José Reis, para a Bahia do início do século XIX, os grupos de origem banto (em especial os angolas) e os crioulos teriam

²⁹² FLORENTINO, Manolo.; GÓES, José Roberto. **A paz das senzalas: Famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1850.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997, p. 150, nota 35 da p. 190 e apêndice 17 da p. 248

²⁹³ FARIA, Sheila Siqueira de Castro. “Família escrava e legitimidade: estratégias de preservação da autonomia” **Estudos Afro-asiáticos**, 1992, p. 122.

²⁹⁴ TEIXEIRA, Maria Lúcia Resende Chaves. **Família escrava e riqueza na comarca do Rio das Mortes. O distrito da Lage e o Quarteirão do Mosquito.** São Paulo: Annablume; Coronel Xavier Chaves: Prefeitura Municipal de Coronel Xavier Chaves, 2007, pp. 121-122. Nas palavras da autora: “Um levantamento da raça/origem dos cônjuges escravos, pais dos filhos legítimos, apresentou aproximadamente o seguinte comportamento: 67% dos casais apresentou (sic) um ou os dois cônjuges africanos; 25% não apresentou (sic) referência explícita à raça/origem dos cônjuges; 8% se constituiu (sic) comprovadamente por ambos os cônjuges crioulos.”

²⁹⁵ LIBBY, Douglas Cole. **A empiria e as cores: representações identitárias nas Minas Gerais dos séculos XVIII e XIX.** (mimeo), pp. 20-21. Agradeço ao professor por ter cedido gentilmente o material ainda não publicado.

maior adaptabilidade a novas configurações culturais, no que poderíamos inserir a questão dos casamentos.

Crioulos e angolanos parecem ter desenvolvido estratégias assemelhadas de sobrevivência e resistência à escravidão. Talvez porque os angolanos estivessem aqui desde o início da colonização, por terem sido pais e mães dos primeiros crioulos e pardos; se outros continuavam a chegar de Angola, os aqui presentes introduziam-nos às maneiras e malícias da terra do branco, facilitando pela experiência a adaptação dos novos.²⁹⁶

Na citação acima podemos notar a adoção do que Barth chama de “círculos de pertencimento”.²⁹⁷ Sem cair no anacronismo, pois o autor está conceituando as sociedades modernas em sua obra, podemos tomar de empréstimo seu conceito para percebermos a recorrência em São José dos casamentos mistos, conforme veremos adiante. Como Reis postulou, os escravos crioulos eram filhos de africanos e isso contribuiria para a formação de casamentos mistos.

Nossa análise da composição “étnica” dos casamentos de São José aponta para resultados parecidos com os de Teixeira. Devemos recordar que o Arraial da Lage (hoje, a cidade de Resende Costa) era parte integrante do termo da Vila de São José Del Rei.²⁹⁸ Nossos números apontam para 61 combinações diferentes de casamentos de escravos para o período de 1830 a 1850. Há 12 casos em que só conseguimos mapear nos inventários a nação ou a cor de apenas um dos cônjuges. Nestes casos, havia 9 combinações de africanos com uma nação desconhecida, perfazendo 26 casais, e 3 combinações em que um dos cônjuges é brasileiro e o outro é desconhecido, o que perfaz 21 casais dos 237 que compõem a nossa amostra documental. Ainda há 27 casais de escravos para os quais não há nenhuma referência de origem para nenhum dos

²⁹⁶ REIS, João José. **Rebelião Escrava no Brasil. A história do levante dos Malês em 1835**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, pp. 332-333, grifo nosso.

²⁹⁷ BARTH, Fredrik. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000, p. 170.

²⁹⁸ Vide item 1.2 acima, que explica a conformação geográfica abarcada por esta pesquisa.

parceiros. Também existem 12 seres em que o cônjuge não se encontra no mesmo plantel, sendo 6 crioulos, 5 africanos de origem *banto* e 1 africano sem mais referências de origem. Para os restantes 163 casais, procedemos à divisão em três grupos: casais de africanos, casais de brasileiros e casais mistos, como pode ser visto na Tabela n.º 13. Conforme mencionamos acima, consideramos como casais endogâmicos, para efeito de nossa análise, os compostos por mancipios de mesma origem, a saber: africana ou brasileira.

Tabela n.º 13

Casais de escravos por origens, 1830-1850

Período	n.º casais africanos	% casais africanos	n.º casais brasileiros	% casais brasileiros	n.º casais mistos	% casais mistos	Total de Casais
1830-1850	54	33,13	32	19,63	77	47,24	163

Fonte: Escritório Técnico do IPHAN de São João Del Rei. Inventários *post-mortem* da Vila de São José, 1830-1850.

Trabalharemos, a partir de agora, somente com os três grupos de escravos acima especificados. Percebemos, como já mencionado em trabalho anterior, que a maioria de casais fora composta exclusivamente de africanos ou de casamentos mistos (em que há um cônjuge africano), ao passo que os casamentos de brasileiros era numericamente reduzido²⁹⁹.

Os casamentos mistos em São José, em nosso recorte temporal, perfizeram um total de 77 casos, o que corresponde a 47,24% das ocorrências de uniões matrimoniais.³⁰⁰ Esta alta percentagem de casamentos mistos pode ser explicada pelo desequilíbrio sexual entre as diversas procedências dos cativos. Conforme mencionamos no capítulo 1, dentre os nativos, existiam 1,2 homens para cada mulher

²⁹⁹ GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro ; PINTO, Fábio Carlos Vieira ; MALAQUIAS, C. O. “Famílias escravas em Minas Gerais nos inventários e registros de casamento - o caso de São José do Rio das Mortes, 1743-1850”. *Varia História*. Belo Horizonte, Editora UFMG: 2007, vol. 23, nº 37, p. 194.

³⁰⁰ Os cálculos percentuais apresentados doravante respondem por um universo de 163 casais de escravos, separados em três grupos (africanos, brasileiros e mistos) para os quais pudemos mapear a origem de ambos os cônjuges.

cativa. Já entre os africanos para cada mulher, havia 3,5 homens escravizados. “Essa presença francamente majoritária de homens entre os africanos fazia com que a reprodução das escravarias dependesse em boa parte dos casamentos mistos”.³⁰¹

Além da grande ocorrência de casamentos mistos, os casamentos endógamos de escravos africanos foram muito representativos. Há em nossa amostragem 54 casais de africanos (33,13% do total). Dentre eles, 28 casais (51,85%) são de negros de nações diferentes, mas provenientes do centro-oeste africano, ou seja, de origem *banto*. Além destes, há 14 (25,92%) casais de cônjuges de mesma nação, também *banto*. Isso implica que 77,78% dos escravos africanos casados com outros africanos em São José Del Rei compartilhavam traços culturais comuns, que aumentavam seu elo de ligação com a África. O “conhecer-se africano” na América, torna-se claro com estas porcentagens: 77% dos cativos que se casaram em nossa região de estudo, buscaram solidificar laços de solidariedade mútua, contribuindo para a conformação de uma *protonação banto*, nos dizeres de Slenes.³⁰² Mais significativo ainda é o fato de nações africanas sem ligações culturais fortes terem se aproximado na América no contexto dos casamentos, buscando forjar a figura do *africano* (os outros 12 casais, que correspondem a 22,22% dos casamentos entre africanos são-joseenses). As maiores ocorrências de casais de africanos de mesma nação situam-se entre os benguelas (8 casais ou 57% do total). Devemos ressaltar que este grupo era a maioria entre os africanos de nossa amostra. Dentre os casamentos mistos, também se destacavam os benguelas que buscavam casar-se com crioulos: 33,77% dos casamentos mistos apresentavam esta conformação.

³⁰¹ GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro; PINTO, Fábio Carlos Vieira ; MALAQUIAS, C. O. “Famílias escravas em Minas Gerais nos inventários e registros de casamento - o caso de São José do Rio das Mortes, 1743-1850”. *Varia História*. Belo Horizonte, Editora UFMG: 2007, vol. 23, nº 37, p. 203.

³⁰² SLENES, Robert. “Malungo, Ngoma Vem!: África Coberta e Descoberta no Brasil” in **Redescobrir os Descobrimientos: as Descobertas do Brasil**. São Paulo, *Revista USP*, nº 12, 1991-1992; SLENES, Robert. **Na senzala, uma flor: as esperanças e recordações na formação da família escrava**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

Segundo Mariza Soares, a endogamia por grupos de procedência poderia sugerir a existência de regras matrimoniais entre os africanos. No entanto, “que regras são essas, quem as cria e quem as faz cumprir são perguntas ainda sem respostas.”³⁰³

Os crioulos, conforme já ressaltamos acima, casavam menos. Encontramos 32 casais de brasileiros, sendo 24 deles entre escravos de mesma cor (4 casais de pardos e 20 de crioulos). Os brasileiros casados com outros brasileiros representam 19,63% dos cativos casados para os quais dispomos das referências de origem de ambos os cônjuges. Não há nenhuma ocorrência de mulatos casados, o que não surpreende, devido à baixa representatividade deste grupo em nossa escravaria, 0,41% do total de escravos existentes em São José Del Rei no período.

Tendo exposto estes números, podemos concluir com as palavras de Slenes: “As preferências endógamas dos escravos não impediam a prática significativa da exogamia, o que evidencia um forte movimento em direção à formação de uma ‘comunidade’, apesar da contínua reprodução das diferenças étnicas pelo tráfico.”³⁰⁴ O que parece importar para os escravos era a formação de casamentos, visando a solidificação de laços sociais, os quais contribuiriam para os cativos na superação da sua condição de mancípios no Brasil da primeira metade do século XIX. Ou pelo menos poderia ser uma tentativa para isso.

³⁰³ SOARES, Mariza. **Devotos da Cor. Identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 123.

³⁰⁴ SLENES, Robert. **Na senzala, uma flor: as esperanças e recordações na formação da família escrava.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 50.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Demonstramos a significância do estudo da família escrava para o contexto escravista brasileiro do século XIX. Mesmo que ainda haja autores que se esforçam por argumentar que a “anomia social” é a tônica das relações estabelecidas pelos escravos, elucidamos que as pesquisas atuais têm derrubado esta hipótese, desde os anos 1980. Os escravos mostraram-se atores sociais participantes de seus destinos.

Percebemos que era grande o número de nascimento de escravos no Brasil, o que nos levou a concluir que tanto a reprodução endógena da escravaria quanto o tráfico atlântico de escravos contribuíram para a conformação das escravarias são-joseenses. Nossa amostragem consta de 62% de brasileiros e 38% de africanos, uma vez que o período estudado refere-se à conjuntura de fim do tráfico negreiro, devido às pressões inglesas. Mesmo com essas pressões, a entrada de pretos no Brasil era de valor significativo, ao passo que é verificado um aumento no número de escravos nascidos no país a partir de 1820.

Avaliamos a participação das principais nações africanas nos plantéis de São José e percebemos que a maioria dos escravos eram provenientes da região centro-ocidental da África (75,67%).

Percebemos que há a busca por um parceiro de origem minimamente comum entre os escravos para a constituição de famílias: africanos procuram por africanos (33,13%) e brasileiros, por brasileiros (19,63%). Mesmo assim, há grande número de casamentos mistos, entre nativos e estrangeiros (47,24%). Entretanto, neste caso, há um predomínio de casamentos entre crioulos com benguelas (33,77%), o que poderia ser uma espécie de formação de aliança interétnica.

Sobre o desequilíbrio entre os sexos nas escravarias pudemos observar que era maior entre os africanos, acentuando a preferência geral pelos homens para os trabalhos pesados do eito. Sabemos que isto foi uma característica comum ao tráfico negreiro. Porém, entre os escravos nativos esta situação é bem mais equilibrada. Mesmo com a superioridade numérica de homens, houve a conformação de casamentos em significativa parcela de nossas escravarias. O papel dos casamentos mistos neste contexto foi relevante e deve ser ressaltado: 47,24% dos matrimônios de cativos se deram entre africanos com brasileiros. A tendência endogâmica (33,13% de casais compostos só por africanos e 19,63% de casais em que ambos os cônjuges eram brasileiros) conviveu, portanto, com as práticas de casamentos mistos. Entre os casamentos de africanos 25,92% eram de escravos com a mesma etnia; 51,85% tinham a mesma origem *banto*, apesar de não serem de mesma denominação e os restantes 22,22% eram de escravos africanos sem laços culturais muito fortes na região de origem na África, mas que passaram a entender-se como *africanos* no Brasil escravista.

Quanto à estabilidade dos casais escravos em São José, num índice elevado de permanências dos cônjuges após a partilha dos bens entre os herdeiros (90,45%), nos deparamos com a situação de maior separação dos filhos: enquanto menos de 10% dos casais foram separados, os filhos tiveram um índice de separação de 30,36%. Por inferência com a cidade vizinha de São João, deduzimos que poderia ocorrer a manutenção das famílias fisicamente, ou seja, a separação que se processa nos inventários é meramente uma divisão de riquezas e as famílias poderiam permanecer morando na mesma fazenda, pois muitos dos filhos dos inventariados ainda moravam com os pais por serem menores de idade ou solteiros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes primárias manuscritas

Inventários *post-mortem* da Vila de São José Del Rei, 1830 – 1850. Escritório Técnico do IPHAN de São João Del Rei. (333 documentos).

Fontes primárias digitalizadas

Lei de 7 de Novembro de 1831. Declara livres todos os escravos vindos de fora do Império e impõe penas aos importadores dos mesmos escravos. In: <http://www.icmc.usp.br/ambiente/saocarlos/?historia/o-processo-de-abolicao-e-a-vinda-dos-imigrantes-europeus/lei-de-1831>.

Lei número 581, de 4 de setembro de 1850 – Lei Eusébio de Queirós. In: http://www.prr1.mpf.gov.br/nucleos/nucleo_criminal/trabalho_escravo_indigena/doutrina/trabalho_escravo/legislacao/lei_581_4_set_1850_lei_eusebio_de_queiros.htm.

Lista nominativa de 1831 – São José Del Rei, organizada pela equipe da Professora Clotilde Paiva, CEDEPLAR, UFMG.

Fontes primárias impressas

BURTON, Richard. **Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1976.

DEBRET, Jean Baptiste. **Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil**. São Paulo: Martins; Brasília: INL, 1975. Tomo I, vol II, tomo II, vol. III.

POHL, Johann Emanuel. **Viagem no Interior do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: EDUSP, 1976.

RUGENDAS, João Maurício. **Viagem Pitoresca Através Do Brasil**. 8ª ed. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, EDUSP, 1979.

SAINT-HILAIRE, Auguste. **Segunda Viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e São Paulo - 1822**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. USP, 1974.

SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.

SPIX, J.B. von, MARTIUS, C. F. P. von. **Viagem pelo Brasil. 1817 – 1820**. São Paulo: Melhoramentos, Brasília: INL, 1976, 3ª edição (3 volumes).

WALSH, Robert. **Notícias do Brasil (1828-1829)**. Belo Horizonte, Itatiaia, São Paulo: EDUSP, 1985, vol. 1.

Fontes secundárias

ALENCASTRO, Luiz Felipe. **O Trato dos Viventes. Formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

ALGRANTI, L M. “Famílias e vida doméstica”. SOUZA, L M (org). **História da vida privada no Brasil 1: cotidiano e vida privada na América Portuguesa**. São Paulo: Cia. das Letras, 1997, pp. 84-132.

ALMEIDA, C. M. C. de. **Alterações nas unidades produtivas mineiras: Mariana – 1750 - 1850**. Niterói: UFF, 1994, dissertação de mestrado.

AMANTINO, Márcia. “Caxambu, Cateretê e Feitiçaria Entre Escravos do Rio de Janeiro e de Minas Gerais no Século XIX.” In PAIVA, Eduardo França; IVO, Isnara Pereira. **Escravidão, mestiçagem e histórias comparadas**. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFMG; Vitória da Conquista: Edunesb, 2008, pp. 257-276.

ANDERSON, Benedict. **Imagined communities**. Londres, 1991.

ANDRADE, Marcos Ferreira de. **Elites regionais e a formação do Estado imperial brasileiro: Minas Gerais - Campanha da Princesa (1799-1850)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. **Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais**. Belo Horizonte, Rio de Janeiro: Itatiaia, 1995.

BARTH, Fredrik. “Grupos étnicos e suas fronteiras.” In POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne (orgs.). **Teorias da etnicidade**. São Paulo: Editora da Unesp, 1997, pp. 185-227.

BARTH, Fredrik. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.

BERGAD, Laird W.. **Escravidão e História Econômica; Demografia de Minas Gerais, 1720-1880**. Bauru: EDUSC, 2004.

BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. **Minas Patriarcal. Família e Sociedade (São João del Rei – Séculos XVIII e XIX)**. São Paulo: Annablume, 2007.

BRÜGGER, S. M. J. “Legitimidade, casamento e relações ditas ilícitas em São João Del Rei (1730-1850)”, in LIBBY, D. C. e PAIVA, C. A. (orgs.) **20 anos do Seminário sobre a Economia Mineira**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, vol. 2, 2002.

BRÜGGER, Silvia Maria Jardim; RESENDE, Maria Leônia Chaves de (org.). **Caminhos Gerais: estudos históricos sobre Minas (séc. XVIII-XIX)**. São João Del Rei: UFSJ, 2005.

CAMPOS, Maria Augusta do Amaral. **A Marcha da Civilização. As Vilas Oitocentistas de São João Del Rei e São José do Rio das Mortes – 1810/1844.** Belo Horizonte: Fafich, UFMG, 1998. (dissertação de mestrado).

CANO, Wilson. “Economia do ouro em Minas Gerais (século XVIII)”. In: **Contexto**, São Paulo: Hucitec, n.3, julho de 1977.

CASTRO, Hebe M. M. de. “Laços de Família e Direitos no Final da Escravidão” in ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). **História da Vida Privada no Brasil 2: Império.** SP, Cia. das Letras, 1997, pp. 338-383.

CASTRO, Hebe Maria Mattos de. **A Cor Inexistente. Os significados da Liberdade no Sudeste Escravista**, 2a ed., Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações.** Lisboa: Difel, 1990.

CONRAD, Robert Edgar. **Tumbeiros – o tráfico de escravos para o Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1985.

CUNHA, Maísa Faleiros da. **Demografia e Família Escrava. Franca – SP, Século XIX.** Campinas: Unicamp, 2009, tese de doutorado.

ELTIS, David. **Economic growth and the ending of the transatlantic slave trade.** Oxford: Oxford University Press, 1987.

FARIA, Sheila de Castro. “História da Família e Demografia Histórica” in CARDOSO, Ciro; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Campus, 1997, pp. 241-258.

FARIA, Sheila de Castro. **A Colônia em Movimento. Fortuna e Família no Cotidiano Colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FARIA, Sheila S. de Castro. “Identidade e Comunidade Escrava: um ensaio”. **Tempo**, vol. 11, n. 22, pp. 122-146.

FARIA, Sheila Siqueira de Castro. “Família escrava e legitimidade: estratégias de preservação da autonomia” In: **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, n. 23, dez. 1992.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. **Barrocas Famílias – Vida Familiar em Minas Gerais no Século XVIII**. São Paulo: Hucitec, 1997 (Estudos Históricos).

FIGUEIREDO, Luciano. “Mulheres nas Minas Gerais” in PRIORE, Mary Del. **História das Mulheres no Brasil**. SP, Contexto, 1997, pp. 141-188.

FLORENTINO, Manolo. “O tráfico negreiro e o parentesco na família escrava”. **Ciência Hoje**. Rio de Janeiro, v. 27, nº157, fevereiro de 2000, pp 44-51.

FLORENTINO, Manolo. **Em Costas Negras – uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)**. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

FLORENTINO, Manolo.; GÓES, José Roberto. **A paz das senzalas: Famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1850**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FRAGOSO, J. **Homens de grossa aventura – Acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FRAGOSO, J; BICALHO, M F; GOUVEA, M F (org) **O Antigo Regime nos Trópicos: a decadência imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro; FERREIRA, Roberto Guedes. **Tráfico de Escravos, Mercadores e Fianças – Dois Bancos de Dados (despachos de escravos, passaportes e licenças)**. Relatório final apresentado ao Laboratório Interdisciplinar de Pesquisa em História Social/UFRJ.

FRAGOSO, João Luís; FERREIRA, Roberto Guedes. “Alegrias e artimanhas de uma fonte seriada. Os códices 390, 421, 424 e 425: despachos de escravos e passaportes da Intendência de Polícia da Corte, 1819-1833.” In BOTELHO, Tarcísio Rodrigues et alii (orgs.). **História Quantitativa e Serial: um balanço**. Goiânia: ANPUH, 2001, pp. 239-278.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande e Senzala. Formação da Família Brasileira sob o Regime Patriarcal.** Rio de Janeiro: Record, 1998, 34ª edição.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos. Decadência do Patriarcado Rural e Desenvolvimento Urbano.** Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 1998.

FURTADO, Júnia Ferreira. **Novas Tendências da Historiografia sobre Minas Gerais no período colonial.** (mimeo).

GORENDER, Jacob. **A Escravidão Reabilitada.** São Paulo, Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, Ed. Ática, 1990.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro; PINTO, Fábio Carlos Vieira; MALAQUIAS, C. O. “Famílias escravas em Minas Gerais nos inventários e registros de casamento - o caso de São José do Rio das Mortes, 1743-1850”. **Varia História.** Belo Horizonte, Editora UFMG: 2007, v. 23, pp. 184-207.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. **A Princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais, São João del Rei(1831-1888).** São Paulo: Annablume, 2002.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro; PINTO, Fábio Carlos Vieira. “Tráfico e Famílias Escravas em Minas Gerais: o Caso de São José do Rio das Mortes (1743-1850).” In PAIVA, Eduardo França; IVO, Isnara Pereira (orgs.). **Escravidão,**

mestiçagem e histórias comparadas. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFMG; Vitória da Conquista: Edunesb, 2008, pp. 41-58.

GRAÇA FILHO, Afonso A., LIBBY, Douglas. **A economia do Império Brasileiro.** São Paulo: Atual, 2004 (Discutindo a História).

GUEDES, Roberto. “Estrutura de Posse e Demografia Escrava (Porto Feliz/SP, 1798-1843.” In PAIVA, Eduardo França; IVO, Isnara Pereira. **Escravidão, mestiçagem e histórias comparadas.** São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFMG; Vitória da Conquista: Edunesb, 2008, pp. 311-333.

GUIMARÃES, Elione Silva. **Violência entre parceiros de cativeiro. Juiz de Fora, segunda metade do século XIX.** São Paulo: Fapeb, Annablume, 2006.

KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

KLEIN, Herbert S. **A Escravidão Africana – América Latina e Caribe.** São Paulo: Brasiliense, 1987.

KLEIN, Herbert S. **O tráfico de escravos no Atlântico.** Ribeirão Preto: Funpec, 2004.

LENHARO, Alcir. **As Tropas da Moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1802-1842.** São Paulo, Símbolo, 1979.

LIBBY, D. C. e GRAÇA FILHO, A. A. “Reconstruindo a liberdade: Alforrias e forros na freguesia de São José do Rio das Mortes, 1750-1850.” In: **Varia História**, n. 30, UFMG, julho/2003, pp. 112-149.

LIBBY, Douglas C. “As Populações Escravas das Minas Setecentistas: um balanço preliminar.” In: RESENDE, Maria E. L. de; VILLALTA, L. C.. **História de Minas Gerais. As Minas Setecentistas 1**. Belo Horizonte: Autêntica, Companhia do Tempo, 2007, pp. 407-438.

LIBBY, Douglas C. **Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no Século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

LIBBY, Douglas Cole. “Minas na mira dos brasilianistas: reflexões sobre os trabalhos de Higgins e Bergad.” In BOTELHO, Tarcísio Rodrigues et alii (orgs.). **História Quantitativa e Serial: um balanço**. Goiânia: ANPUH, 2001.

LIBBY, Douglas Cole. “Protoindustrialização em uma sociedade escravista: o caso de Minas Gerais”. In SZMRECSÁNYI, Tamás; LAPA, José Roberto do Amaral (org.). **História Econômica da Independência e do Império**. São Paulo: HUCITEC/Fapesp/ABPHE, 1996, pp. 237-280.

LIBBY, Douglas Cole. **A empiria e as cores: representações identitárias nas Minas Gerais dos séculos XVIII e XIX**. (mimeo).

LOVEJOY, Paul E. **A Escravidão na África – uma história de suas transformações.**
Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

LUNA, F. V.; CANO, W. “Economia Escravista em Minas Gerais”. **Cadernos IFCH/UNICAMP**, Campinas, outubro de 1983.

MARTINS, Maria do Carmo Salazar. “Fontes para o estudo da Província de Minas Gerais.” In BOTELHO, Tarcísio Rodrigues et alii (orgs.). **História Quantitativa e Serial no Brasil: um balanço.** Goiânia: ANPUH-MG, 2001, pp.185-204.

MARTINS, Maria do Carmo Salazar; SILVA, Helenice Carvalho Cruz da. “Via Bahia: A Importação de Escravos para Minas Gerais pelo Caminho do Sertão, 1759-1772. **Anais do Seminário Diamantino.** 2006 (21p.).

MARTINS, Roberto Borges. “Minas e o tráfico de escravos no século XIX, outra vez”. In SZMRECSÁNYI, Tamás; LAPA, José Roberto do Amaral (org.). **História Econômica da Independência e do Império.** São Paulo: HUCITEC/Fapesp/ABPHE, 1996, pp. 99-130.

MARTINS, Roberto. **A economia escravista de Minas Gerais no século XIX.** Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 1982.

MATTOS, Hebe Maria. “A escravidão moderna nos quadros do Império Português: o Antigo Regime em perspectiva atlântica” in FRAGOSO, J; BICALHO, M F;

GOUVEA, M F (org) **O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

MATTOS, Hebe. “Africanos” in VAINFAS, Ronaldo (dir.). **Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, pp. 237-240.

MINTZ, Sidney W.; PRICE, Richard. **O Nascimento da Cultura Afro-Americana. Uma perspectiva antropológica**. Rio de Janeiro: Pallas, Centro de Estudos Afro-Brasileiros, 2003.

MOURA, Clóvis. **Dicionário da escravidão negra no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2004.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. **Negócios de Famílias. Mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira – 1780-1870**. Bauru: Edusc; Juiz de Fora: Funalfa, 2005.

PAIVA, C. A. de. **População e economia nas Minas Gerais do século XIX**. São Paulo: USP, 1996, tese de doutorado.

PAIVA, Clotilde Andrade; KLEIN, Herbert S. “Escravos e livres nas Minas Gerais do século XIX: Campanha em 1831.” **Estudos Econômicos**. São Paulo: s.n, v.22, n.1, pp. 129-151, jan./abr. 1992.

PAIVA, Eduardo França. **Escravidão e Universo Cultural na Colônia. Minas Gerais, 1716-1789**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

PAIVA, Eduardo França. **Escravos e libertos nas Minas Gerais do Século XVIII**. São Paulo: Annablume, 1995.

PINTO, Fábio Carlos Vieira. **A Escravidão em São José Del Rei – Aspectos Demográficos (1743-1850)**. Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Sociais, Políticas e Jurídicas, da Universidade Federal de São João Del Rei para a obtenção do título de Bacharel em História. UFSJ: 2005.

PRADO JR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

QUEIROZ, Bianca Martins de. “Relatos de Viagem: um olhar sobre as Minas Gerais oitocentistas”. **XV Encontro Regional de História, Sessão de Minas Gerais**, Associação Nacional de História, julho de 2006.

QUEIROZ, Suely Robles Reis de. “Escravidão Negra em Debate” in FREITAS, Marcos Cezar de (org.). **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. SP, Contexto, 1998.

REIS, João José. **Rebelião Escrava no Brasil. A história do levante dos malês em 1835**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

REZENDE, Rodrigo Castro. “Origens Africanas ou Identificações Mineiras? Uma Discussão sobre a Construção das Identidades Africanas nas Minas Gerais do século XVIII.” In PAIVA, Eduardo França; IVO, Isnara Pereira (orgs.). **Escravidão, mestiçagem e histórias comparadas**. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFGM; Vitória da Conquista: Edunesb, 2008, pp.335-351.

ROCHA, Cristiany M. **Histórias de famílias escravas – Campinas, século XIX**. Campinas: Editora Unicamp, 2004.

SÁ, Eliane Garcindo de. “Escravidão e Mestiçagem na Crônica Colonial: entre América e África.” In PAIVA, Eduardo França; IVO, Isnara Pereira (orgs.). **Escravidão, mestiçagem e histórias comparadas**. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFGM; Vitória da Conquista: Edunesb, 2008.

SANTOS, R. F.; CORRÊA, C. P. “A Trajetória Econômica da Comarca do Rio das Velhas: Um Estudo das Estruturas de Posse de Escravos e as Relações com o Mercado Internacional de Escravos (Século XVIII).” In PAIVA, Eduardo França; IVO, Isnara Pereira. **Escravidão, mestiçagem e histórias comparadas**. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFGM; Vitória da Conquista: Edunesb, 2008, pp. 277-291.

SCHWARTZ, Stuart. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Bauru: Edusc, 2001

SLENES, R. W. “Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX”, **Cadernos IFCH/UNICAMP**, n. 17, 1985.

SLENES, R. W. “Senhores e subalternos no Oeste Paulista. In ALENCASTRO, L F (org). **História da vida privada no Brasil 2: Império – a corte e a modernidade nacional**. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

SLENES, Robert. “Escravidão e família: padrões de casamento e estabilidade familiar numa comunidade escrava (Campinas, século XIX)”, **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 17, n.2, maio-ago. 1987, pp 217-227.

SLENES, Robert. **Na senzala, uma flor: as esperanças e recordações na formação da família escrava**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SLENES, Robert. “Malungo, Ngoma Vem!: África Coberta e Descoberta no Brasil” in **Redescobrir os Descobrimientos: as Descobertas do Brasil**. São Paulo, Revista USP, nº 12, 1991-1992.

SLENES, Robert; FARIA, Sheila. “Família escrava e trabalho”. **Tempo**. Rio de Janeiro, vol. 3, nº 6, dez. 1998, pp. 37-47.

SOARES, Mariza de Carvalho. **Devotos da cor – Identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SOARES, Mariza. “Histórias Cruzadas: os mahi setecentistas no Brasil e no Daomé”. In: FLORENTINO, Manolo (org.). **Tráfico, Cativo e Liberdade – Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

TEIXEIRA, Maria Lúcia Resende Chaves. **Família escrava e riqueza na comarca do Rio das Mortes. O distrito da Lage e o Quarteirão do Mosquito.** São Paulo: Annablume; Coronel Xavier Chaves: Prefeitura Municipal de Coronel Xavier Chaves, 2007.

TEIXEIRA, Paula Chaves. “Família E Negócios: O Caso Gervásio Pereira Alvim.” **Anais do XV Encontro Regional de História**, Sessão de Minas Gerais, Associação Nacional de História – ANPUH-MG, julho de 2006.

VAINFAS, Ronaldo (org.). **Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808).** Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

VAINFAS, Ronaldo (org.). **Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889).** Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)